

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Os impactos das receitas de *royalties* de recursos hídricos: um estudo comparativo entre os municípios brasileiros



Jovem Profissional

Informação contábil de qualidade
é investimento

Exclusiva Abracicon

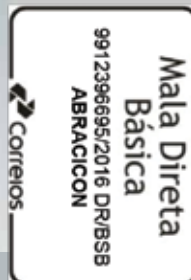
Relação professor-aluno no processo
ensino-aprendizagem em docência
superior

Perfil

Eliseu Martins



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



INVISTA NA SUA ATUALIZAÇÃO E TENHA UMA EXPERIÊNCIA COMPLETA.

Conheça o **PROCONTAB** - Programas de Atualização em Contabilidade desenvolvidos pelo Secad em parceria com a **ABRACICON**, a maneira mais simples para você se manter sempre atualizado.



Desenvolvido por **profissionais renomados**



Receba o material **no seu endereço**



Acesso ao **Portal Virtual**



Estude **quando e onde quiser**



Até 120 horas de atualização profissional

CHANCELADOS PELA:



www.secad.com.br

info@secad.com.br | (51) 3025.2550



artmed
panamericana
EDITORA

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
 EDIÇÃO Nº 15 – FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL
 2016 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
 (ABRACICON)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
 andar, CEP: 70.070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
 abraciconsaber@abracicon.org.br

**DIRETORIA DA ABRACICON
 Gestão 2014 a 2017****Presidente**

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretora de Administração e Finanças

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Diretora Operacional

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Antonio Carlos Nasi (RS)

CONSELHO FISCAL**Gestão 2014 a 2017****Membros Efetivos**

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros Suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Doutora Gardênia Maria Braga de
 Carvalho

Conselho Editorial

Doutor José Antonio de França

Acadêmico Elias Dib Caddah

Acadêmico Doutor Vicente Pacheco

Acadêmico Walter Roosevelt Coutinho

Acadêmico José Eustáquio Geovannini

Colaborador

Paulo Fernando Torres Veras

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica: Qualytá**Tiragem:** 6.000 exemplares**Fotos:** Cedidas pelas Academias Regionais e
 ABRACICON

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
 desde que citada a fonte. Os conceitos
 emitidos em artigos assinados são de
 exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 15

A Revista ABRACICON Saber comemora sua décima quinta Edição. O leitor que vem nos prestigiando, número após número, pode comprovar a evolução ascendente deste veículo de comunicação, sempre focado no estreitamento dos laços institucionais da nossa Academia com o seu público externo, relevante segmento da Classe Contábil Brasileira.

O Artigo Prime deste número, sob o título “Os impactos das receitas de royalties de recursos hídricos – Um estudo comparativo entre municípios brasileiros”, assinado pelos pesquisadores Neusa Higa e Jorge Eduardo Scarpin, ambos da Universidade Federal do Paraná, trata de tema atualíssimo e da maior relevância para o exercício da cidadania.

A análise da matéria suscita interessantes questionamentos, tais como: (1) As receitas públicas de exploração de recursos naturais, destinadas a compensar os danos causados ao meio ambiente, estariam gerando prosperidade econômica para o Município? (2) Referidas receitas, não decorrentes da cobrança de tributos aos municípios – portanto, obtidas de maneira fácil –, poderiam levar o Governante a fazer gastos mais facilmente? (3) Em que medida essas mesmas receitas estariam proporcionando melhoria da qualidade de vida da população ou, ao contrário, incentivando práticas de malversação dos recursos públicos?

Para além das questões técnicas inerentes à pesquisa, o Artigo em foco (imagino) ainda instigaria o leitor a avaliar as amplas oportunidades do trabalho destinado aos Profissionais da Contabilidade, não apenas no trato dos recursos hídricos! Mas, especialmente, no que tange ao controle e à aplicação das receitas que decorreriam da exploração adequada dos recursos naturais, em sentido amplo, deste tão imenso quanto rico território nacional.



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente da ABRACICON

Qualquer avanço nesse espaço competitivo – até pela sua dimensão global –, demanda elevada capacitação e eficácia profissional do competidor. Felizmente, o Brasil vem fazendo, há várias décadas, o seu “dever de casa”, sob a supervisão segura do Sistema CFC/ CRCs. E, nos últimos anos, cuida-se mais intensivamente da sistematização do desenvolvimento tecnológico e científico, através do movimento aglutinador dos nossos pensadores contábeis, a cargo da ABRACICON e das Academias Regionais, hoje atuantes em 19 (dezenove) Unidades Federativas.

Para gáudio de todos os colegas acadêmicos, no próximo mês de setembro, em Fortaleza-CE, teremos o “I Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis”, integrando a pauta oficial do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade - CBC. Com a conquista desse invejável espaço – que, seguramente, terá continuidade assegurada enquanto houver CBC –, estaremos cumprindo a missão institucional da ABRACICON. Abrindo espaço privilegiado para o lançamento de obras e a divulgação da bibliografia científica; inspirando novos escritores e, acima de tudo, motivando as futuras gerações de Contadores para a importância de fazer e aplicar Ciência no seu trabalho.

Matéria de Capa

26

Os impactos das receitas de *royalties* de recursos hídricos:
Um estudo comparativo entre os Municípios brasileiros



Regionais



05 | Solenidade de Lançamento da Academia Mato-grossense (AMACIC) e posse de seus acadêmicos



Academia

13 | Contabilidade brasileira é apresentada em eventos de Portugal

Quintas do Saber



14 | *Compliance* foi tema da 17ª edição do Quintas do Saber

Jovem Profissional



16 | Informação contábil de qualidade é investimento



Boas Práticas de Ensino

20 | Como os núcleos de apoio fiscal podem promover a educação empreendedora aos acadêmicos de ciências contábeis

Perfil



68 | Eliseu Martins

Exclusiva Abracicon



30

Relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem em docência superior

Indicações



70 | Livros

Solenidade de Lançamento da Academia Mato-grossense (AMACIC) e posse de seus acadêmicos



Em solenidade conjunta com o Conselho Regional de Mato Grosso, no dia 26 de fevereiro, quando foram empossados o novo Conselho Diretor e os novos Conselheiros para a gestão 2016/2017, ocorreu a primeira solenidade de posse dos Acadêmicos da AMACIC.

Compuseram a mesa de honra: a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), Maria Clara Cavalcante Bugarim; o vice-governador de Mato Grosso, Carlos Henrique Baqueta Fávaro; o vice-presidente de Política Institucional do CFC, contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho, representando o presidente do CFC, contador José Martonio Alves Coelho; a presidente do CRCMT, contadora Sílvia Mara Leite

Cavalcante; o presidente da AMACIC, contador Ivan Echeverria; presidente do CRCDF, contador Adriano Marrocos; a presidente da JUCEMAT, contadora Gercimira Rezende; o representante do SINCON, contador Ederaldo Lima; o presidente do SESCON, contador Ironei Santana; o representante do Instituto Fenacon, técnico em contabilidade Anderson Sampaio de Oliveira; o chefe da Controladoria Geral da União em Mato Grosso, Sergio Akutagawa; a delegada da RFB em Mato Grosso, Marcela Matos Rizzi; o conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado, Moisés Maciel, e a presidente da Academia Mato-grossense de Letras, acadêmica Marília Beatriz de Figueiredo Leite.

Na sequência, coube ao presidente Ivan Echeverria empossar os Acadêmicos nas respectivas cadeiras e patronos, a saber: Acad. Sirio Pinheiro da Silva - nº 2, Patrono Odil Freitas de Souza; Acad. Iseorene Canavarros Bernardino - nº 3, Patrono Edgard Bernardino; Acad. Aloisio Rodrigues da Silva - nº 4, Patrono Altamiro Reis Barbosa; Acad. Valdiva Rossato de Souza - nº 5, Patrona Roseni de Lourdes Bonafé; Acad. Sofia Ines Niveiros - nº 6, Patrono Giovanni Gomes Moreira; Acad. Benedito Albuquerque da Silva - nº 7, Patrono Arquimínio de Almeida Moraes; Acad. João Soares da Costa - nº 8, Patrono Geraldo Malvezzi; Acad. Sílvia Mara Leite Cavalcante - nº 9, Patrono Odilon Ribeiro Cavalcante;



A presidente da ABRACICON, Maria Clara Bugarim, depois de declarar aberta a sessão solene de lançamento da Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis, a posse de seus acadêmicos e da Diretoria Gestão 2016/2017, empossou o Presidente da AMACIC, acadêmico Ivan Echeverria, na cadeira nº 1, cujo patrono é Domingos de Matos.





Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da AMACIC, Gestão 2016/2017.

Acad. Nilza Queiroz Freire - nº 10, patrono Darcy Avelino da Silva Gomes; acad. Evandro Benedito dos Santos - nº 11, patrono Elizabeth Kohlhasse Ribeiro; acad. Jovane Marconi Zago - nº 12, patrona Delza Teixeira Lema; acad. Ednei Pinhal da Luz - nº 13, patrono Acyndino Brasil; acad. Yuiti Shimada - nº 14, patrono Leôncio Balbino de Paula Filho; acad. João Bernardes Ferreira Junior - nº 15, patrono Roberto Luis Machado; acad. Ney Mussa de Moraes - nº 16, patrono Edilson Leite Bezerra; acad. Paulo Cesar Santos Rühling - nº 17, patrono José de Carvalho; acad. Luiz Gonzaga Warmling - nº 18, patrono Severiano Benedito de Almeida; acad. José Ricarte de Lima - nº 19, patrono Nicanor Duqueviz; acad. Acy Castrillon Ferreira - nº 20, patrono Alencastro Maria Alves; acad. Agda Eduarda Salcedo - nº 22, patrono Vanderlei Marquez; acad. Elcida Helga Maier - nº 23, patrona Maria Sonia de Souza; acad. Giseli Alves Silvente - nº 24, patrona Esmeralda França; acad. Josemar Ribeiro de Oliveira - nº 27, patrono

Adalto Sebastião Savazzi; acad. Varlindo Alves da Silva - nº 28, patrono Clovis Sabo de Oliveira; acad. Edeval Dorico da Cruz e Silva - nº 29, patrono Persio Luiz Esteves; acad. José Arlindo do Carmo - nº 30, patrono Moisés Fernandes; Acad. Elba Vicentina de Moraes Pinheiro - nº 31, patrono Edgar Pinto de Castro; acad. Vander da Silveira Melo - nº 32, patrono Belmiro Maia de Almeida; acad. Mauro Kosis - nº 33, patrono Themistocles Pinto Brasil; acad. Aldo Nuss - nº 34, patrono João Corbelino; acad. Joilson Gonçalves da Silva - nº 35, patrono Elpidio Gonçalves Preza; acad. Gustavo Schenfelder Salgueiro - nº 36, patrono Ayrton Pulcherio; acad. Roberto Anacleto da Costa - nº 37, patrono Sebastião Clemente Rodrigues. Na solenidade de posse os acadêmicos receberam a Pelerine, a medalha com o emblema da Academia Mato-grossense de ciências contábeis e o respectivo diploma.

De acordo com seu Estatuto Social a Academia Mato-grossense de Ciências

Contábeis outorgou cinco honrarias na solenidade:

Diploma de Acadêmico Benemérito ao contador Aecim Tocantins, decano da profissão contábil em Mato Grosso, o primeiro presidente do CRCMT, foi recebido por seu filho, o Dr. Mário Luiz Corrêa Tocantins.

Diploma de Acadêmico Honorário à sua excelência, o Governador do Estado, José Pedro Gonçalves Taques.

Diploma de Acadêmico Honorário à sua excelência, o vice-governador Carlos Henrique Baqueta Fávaro.

Diploma de Acadêmica Correspondente à acadêmica contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente da ABRACICON.

Diploma de Acadêmico Correspondente ao acadêmico contador José Martonio Alves Coelho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

O acadêmico Aloisio Rodrigues a Silva, em nome dos empossados, proferiu o discurso de posse. A seguir a palavra coube ao Acadêmico Ivan Echeverria, discursando em nome da AMACIC. O discurso de encerramento da solenidade de posse foi proferido pela acadêmica Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente da ABRACICON.



Acadêmica da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) recebe Comenda de São Mateus 2015

A Academia de Ciências Contábeis do Paraná em sessão realizada no dia 12 de dezembro outorgou a Comenda de São Mateus, instituída para laurear personalidades de destaque da área contábil brasileira, para a acadêmica Eliody Werneck Andrade, em reconhecimento a sua brilhante atuação em prol do engrandecimento da profissão contábil brasileira. A cerimônia foi prestigiada por diversas autoridades locais, acadêmicos e familiares, que vivenciaram um momento de grande emoção, proporcionada pela justa homenagem.



O presidente da ACCPR, acad. Luiz Carlos de Souza fez a entrega da comenda e destacou em seu discurso que a acad. Eliody Werneck Andrade é um exemplo de profissional a ser seguido, pois mesmo em épocas que eram difíceis para as mulheres ocuparem espaço no mercado de trabalho

contábil, a mesma já se destacava em atividades na área de fiscalização do Bacen e na área de fiscalização da Receita Federal, funções que desempenhou sempre com muito brilhantismo e energia, em mais de 50 anos de trabalho'. A professora Eliody, como é conhecida, foi professora

de diversos acadêmicos e de diversos profissionais que hoje são destaques da área contábil brasileira e portanto a ACCPR prestou à mesma uma homenagem desejada por todos aqueles que vivenciam a oportunidade da desfrutarem da sua amizade e convivência.

Acadêmico da Abracicon recebe título de Professor Emérito da USP

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) realizou no dia 18 de abril Sessão Solene para outorga de título de Professor Emérito ao acadêmico Eliseu Martins. O evento foi realizado no Anfiteatro Prof. Dr. Ivo Torres, no Bloco A da FEA-RP/USP.



Eliseu Martins recebeu título de Professor Emérito da USP

Academia Alagoana de Contabilidade (ALACICON) tem como foco a Educação Continuada

A Academia Alagoana de Contabilidade (ALACICON) foi constituída no início de 2014 retomando seu registro e empossando seus membros. O resgate da Academia foi uma conquista da classe contábil e vai proporcionar outras conquistas fundamentais em educação continuada. Esse é o foco da presidente eleita que pretende renovar parcerias com empresas contábeis, sindicatos e instituições.

A presidente da ALACICON, Adriana Araújo, ressalta a necessidade de fortalecer os projetos que estimulam o crescimento acadêmico dos profissionais, além de proporcionar mais qualidade nos serviços prestados.

Entre os projetos já traçados, Adriana aponta a realização da Convenção Brasileira de Contabilidade, uma parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), destinada aos estudantes e profissionais. A ideia, segundo ela, é capacitar profissionais e atrair os jovens estudantes para o universo



Presidente da ALACICON, Adriana Araújo, ressaltou a necessidade de fortalecer os projetos que estimulam o crescimento acadêmico dos profissionais.

profissional, gerando mais conhecimento acerca das diversas possibilidades ofertadas pela área contábil. "Queremos estimular também a produção literária entre os profissionais e acadêmicos, estimular a pesquisa para que tenhamos profissionais mais preparados no futuro", frisou a presidente.

Adriana Araújo afirma que sentiu necessidade de realizar um trabalho voltado para a Educação continuada após ouvir alunos, coordenadores de curso e profissionais. "Muitas demandas surgiram no mercado tornando obrigatória a atualização dos profissionais da área

contábil; em virtude disso, queremos realizar um trabalho que capacite e prepare a classe para uma atuação mais eficiente", disse.

Trajetória - A presidente da Alacicon é Acadêmica da cátedra número cinco. É bacharel em Ciências Contábeis e, atualmente, é mestranda em Administração pela Universidad de La Empresa de Montevideo – UY. Atua como superintendente de Auditoria da Controladoria Geral do Estado de Alagoas e coordena o curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios – FAN.

Livro contará a história da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas (ACCA)

O projeto prioritário da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas (ACCA), neste ano de 2016, é a publicação do livro Registros da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas, em cujas páginas poderão ser encontrados os dados históricos de sua fundação, o estatuto e o regimento interno da Entidade, bem como os registros dos principais eventos realizados, desde as reuniões pré-instalação, em 2008, até a confraternização de final de ano e comemoração do seu 7º aniversário, em dezembro de 2015.

A respeito da obra literária, o acadêmico Raimundo Colares Ribeiro, presidente da Academia, informou que os arquivos, contendo os originais do livro, estão disponíveis na Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, para diagramação e publicação.



Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON) realiza evento sobre o Terceiro Setor

Na tarde de 06 de abril, a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON) realizou um encontro sobre o Terceiro Setor, na sede do CRCPE. O evento foi realizado com o objetivo de debater sobre o tema, com alguns dos autores do livro "Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor", do CFC/FBC, que abordaram a importância do assunto para a sociedade contábil. O presidente da APECICON, Francisco Galvão, realizou a abertura do evento que teve como palestrantes os acadêmicos Severino Vicente, Álvaro Andrade e João Lopes Cruz. O evento foi um sucesso, com auditório lotado, mais de 90 participantes prestigiaram o encontro da Academia.



Da esq. para a dir: Álvaro Andrade (acadêmico da APECICON), Francisco Galvão (presidente da APECICON), José Campos (Presidente do CRCPE), Severino Vicente (acadêmico da APECICON) e João Lopes Cruz (Acadêmico da APECICON).



Caminhada Contabilista recebeu apoio da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON) em Recife

Realizada em 30 de abril a terceira edição da Caminhada Contabilista CRCPE contou, mais uma vez, com o apoio da APECICON e fez a alegria de cerca de mil participantes, entre profissionais da contabilidade de todas as idades e estudantes do curso de Ciências Contábeis.

Ao som de trio elétrico, os participantes se reuniram no Marco Zero e caminharam por todo Recife antigo, mostrando que qualidade de vida tem valor para a classe contábil pernambucana.

Ao todo, foram arrecadados mais de uma tonelada de alimentos a serem destinados a instituições carentes.



Presidente da APECICON, Francisco Galvão, dá boas aos participantes

Academia Baiana de Ciências Contábeis (ABACICON) participa da III Jornada do Conhecimento Contábil e Tributário



ABACICON
Academia Baiana de Ciências Contábeis



Na manhã do dia 23 de fevereiro, o presidente da Academia Baiana de Ciências Contábeis (ABACICON), Adeildo Osório de Oliveira, participou da terceira edição da Jornada do Conhecimento Contábil e Tributário, no salão Itapuan do Othon Bahia Palace Hotel, em Salvador. Reunindo grandes nomes da classe contábil baiana e brasileira, o evento coroa o debate de temas indispensáveis ao profissional contábil, como o fechamento das demonstrações contábeis de 2015 para as PME's, as alterações da legislação do ICMS e Sped Contábil.

Além de Adeildo Osório, a mesa de abertura do evento contou com a presença do vice-presidente do Sescap-BA, Altino Alves; da conselheira do

CRCBA e vice-prefeita do Salvador, Célia Sacramento; do presidente do CRCBA, Antônio Carlos Nogueira Cerqueira; do vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional, Wellington Cruz; da conselheira do CFC, Maria Constança Carneiro Galvão e do detentor da medalha Militino Rodrigues Martinez, Wilson Thomé Sardinha.

O presidente Antônio Nogueira, recém empossado para dirigir o Conselho de Contabilidade da Bahia durante o biênio 2016-2017, saudou os diletos integrantes da mesa, conselheiros, delegados e todos os profissionais e estudantes presentes. "Quero pedir a Deus que sejamos brindados com um dia maravilhoso, com grandes conquistas

e muito conhecimento. Estaremos aqui conferindo de perto colhendo um pouco dos muitos ensinamentos que nossos grandes palestrantes preferirão aqui hoje. Desejo a todos um excelente dia e excelente proveito das nossas atividades".

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional Wellington Cruz, saudou os presentes e convidou a classe contábil a acompanhar a programação de educação continuada no site do CRCBA, para debater os temas propostos. Também falou sobre a retomada de alguns projetos. "Vamos voltar a realizar cursos às quintas e aos sábados na sede do CRCBA, para que os profissionais e estudantes, que não têm tanta disponibilidade de tempo, possam

acompanhar nossos eventos”. Também orientou aos profissionais que enviem sugestões de temas para o CRCBA, por meio de sua Ouvidoria, para um melhor atendimento das demandas da profissão.

A vice-prefeita do Salvador e conselheira do CRCBA, Célia Sacramento, falou de alegria em participar de um trabalho de construção profissional, por meio da qualificação e do aperfeiçoamento. “Eu me orgulho muito de ser contadora e tudo que eu sou eu devo à classe contábil, à minha família, aos amigos, aos professores Icó, Sudário, Adeildo, pessoas que sempre edificaram a classe contábil. Quero saudar os conselheiros, profissionais e estudantes presentes, e agradecer-los por estarem aqui contribuindo, como beija-flores, na construção de uma profissão cada vez melhor”.

Após os pronunciamentos da mesa diretora, foi realizada a posse dos acadêmicos da Academia Baiana de Ciências Contábeis – Abacicon, em solenidade liderada pelo presidente Adeildo Osório de Oliveira. O conselheiro Vitor Maciel e o ex-presidente do CRCBA José Antônio Moreira Icó da Silva,



Acadêmicos da ABACICON na III Jornada do Conhecimento Contábil Tributário

foram empossados como ocupantes das cátedras de número 19 e de número 02, respectivamente. Emocionados, os novos integrantes receberam a medalha e o pelerine da Academia ao lado de ilustres membros dessa plêiade de conhecimento, como o professor Wilson Sardinha, professor Sudário Cunha, a contadora Maria Constança, a vice-prefeita Célia Sacramento, o vice-presidente Wellington Cruz, a vice-presidente Graciela Mendes, membros presentes na solenidade.

Na sequência, foi dado início à programação técnica do evento com o painel “Contabilidade para as PME’s com enfoque no fechamento das Demonstrações Contábeis de 2015”,

apresentada por Adeildo Osório de Oliveira – Abacicon e Wellington Cruz – CRCBA. Logo após, a consultora tributária Dilza Rodrigues abordou as novidades da legislação do ICMS para 2016. Os professores Francisco Aguiar e Luiz Carlos Oliveira – IOB finalizaram o evento com o painel “Sped Contábil e suas implicações no encerramento das Demonstrações Contábeis de 2015. Ao final do evento, foi sorteada uma meia bolsa de pós-graduação na área contábil, oferecida pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação – IPOG, que apoiou a realização do evento.

Fonte: Comunicação CRCBA



ABRACICON empossa cinco novos acadêmicos

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON) realizou, na noite de 15 de março de 2016, no Teatro Brasília – Royal Tulip, em Brasília (DF), a cerimônia de posse de cinco novos acadêmicos, que proferiram discurso onde agradeceram a oportunidade e falaram sobre suas responsabilidades como integrantes da ABRACICON.



Verônica Cunha de Souto Maior:

bacharel e mestre em Ciências Contábeis; professora dos cursos de graduação e pós-graduação do departamento de Ciências Contábeis e atuariais da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Sócia-diretora da empresa “Souto Maior Contadores Associados”. Coordenadora Técnica do Comitê Gestor da Convergência no Brasil; de operações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis; do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do CFC; do Grupo de Estudos do Código de Ética do CFC e foi vice-presidente Técnica do CFC (2012 a 2015).



Márcia Martins Mendes de Luca:

bacharel em Ciências Contábeis, mestre e doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora adjunta da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Capes (2011-2017). Membro da Comissão Assessora do Enade 2012-2014, junto ao Inep, da área de Ciências Contábeis. Possui experiência na área de Contabilidade e Controladoria, atuando em pesquisas e produção científica com ênfase nos seguintes temas: controladoria, contabilidade financeira, governança corporativa,



responsabilidade socioambiental, sustentabilidade, reputação e educação na área contábil.



Eduardo Augusto Rocha Pocetti:

bacharel em Ciências Contábeis pela Fecap – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou por 39 anos na função de Auditoria Contábil, coordenando trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis de empresas e conglomerados empresariais de diversos segmentos. Líder classista, presidiu o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) na gestão 2012/2014. Atualmente é representante do CFC no Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif) e atual presidente do Conselho de Administração do Ibracon.



José Antonio de França:

bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Possui mestrado em Amministrazione e Controllo pela Università degli Studi di Torino e em Administração Contábil e Financeira pela Universidade de Brasília –UnB; e doutorado em Ciências Contábeis pela UnB. É presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal (ACICONDF). É professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB. Possui experiência em Contabilidade Corporativa, com ênfase

em Contabilidade Societária, Contabilidade Tributária, Auditoria, Contabilidade do Terceiro Setor, Normas de Contabilidade e Análise de Desempenho. Nos campos de ensino e pesquisa têm se dedicado à pesquisa empírico-teórica quantitativa, teoria da contabilidade, sistema de informações contábeis, relacionamento contabilidade x economia.



Clovis Belbute Peres:

bacharel em Ciências Contábeis, Física, Administração e Direito; mestre e doutor em física; Auditor da Receita Federal do Brasil, exercendo a função de supervisor nacional da RFB do Sistema de Escrituração Digital (Sped). Membro do Churchill College da Universidade de Cambridge.

Para ser eleito a uma cadeira em vacância (que se dará por morte, exclusão ou renúncia), o profissional da contabilidade é indicado por dois acadêmicos e aprovação expressa de 2/3 dos membros efetivos por meio de votação em assembleia.

De acordo com a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, “a incorporação desses renomados profissionais à Academia agregará significativo saber científico à comunidade contábil brasileira”, analisa Clara.

Fonte: Comunicação CFC

Contabilidade brasileira é apresentada em eventos de Portugal



Presidente da ABRACICON, Maria Clara Cavalcante Bugarim, participa da XIV Conferência Anual da (FCM)

A XIV Conferência Anual da Federation des Experts Comptables Méditerranéens (FCM) e XXXII Seminário Internacional do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), realizados conjuntamente nos dias 8 e 9 de abril, em Porto (Portugal), contaram com a participação da presidente da ABRACICON, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho.

Os eventos, que tiveram como lema "A profissão contábil no Mediterrâneo e na

América Latina - Ferramentas para o crescimento e investimento", também tiveram, entre os organizadores, a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) de Portugal. O presidente do CFC representou a profissão contábil brasileira nas cerimônias de abertura e de encerramento dos eventos.

Maria Clara Bugarim participou do painel "PME e PMP como motor de crescimento na Região da América Latina".

Durante a palestra, Maria Clara falou sobre a relevância das empresas de serviços

contábeis para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas brasileiras. Atualmente, há no País 59.400 empresas de serviços de contabilidade em operação.

Maria Clara explicou aos participantes, oriundos de três continentes, que, no Brasil, "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensam às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las quanto à simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei". Ela destacou ainda uma série de dados e afirmou que "estima-se que dos 60,6 milhões de trabalhadores em Serviços, indústria e comércio, 90% são empregados nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e todas têm a assistência de uma empresa contábil".

Ao final da palestra, Maria Clara aproveitou a oportunidade para divulgar o 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC) aos participantes da XIV Conferência Anual da Federation des Experts Comptables Méditerranéens (FCM) e do XXXII Seminário Internacional do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea). Fonte: CFC



Compliance foi tema da 17ª edição do Quintas do Saber

O papel da contabilidade na prevenção de violação de leis concorrenciais pelas organizações foi tema da 17ª Edição do projeto Quintas do Saber, realizado excepcionalmente no dia 15 de março, pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), no mesmo espaço em que ocorreu o seminário de Gestão e Planejamento do Sistema CFC/CRCs, em Brasília.

Durante a abertura, a presidente da ABRACICON, Maria Clara Bugarim, lembrou que o projeto discute, mensalmente, temas importantes para a sociedade e para a classe contábil. "Reunimos autoridades, acadêmicos e profissionais para discutir temas de mais alta relevância e impacto no dia a dia da contabilidade brasileira e nesta 17ª edição não será diferente. A compliance

é um tema atual e está diretamente relacionado ao fazer contábil", afirmou. Maria Clara agradeceu o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martonio Alves Coelho, pelo apoio à iniciativa. "A ABRACICON tem encontrado no CFC um parceiro de primeira hora para esta iniciativa que envolve toda a classe".

Participaram do debate o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Vinícius de Carvalho, o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Eliseu Martins, e o auditor e consultor de empresa, Antoninho Marmo Trevisan.

O CADE colocou em prática um programa de compliance que conta com uma cartilha e um programa de incentivo a todas as empresas, independente do tamanho, a manter uma política de prevenção de violação das leis concorrenciais. "O CADE tem três linhas de atuação, a preventiva, a repressiva e a educativa. O guia está incluído nesta terceira linha de atuação.



Acreditamos que é mais barato para qualquer empresa evitar cometer o ilícito que pagar os custos dele”, afirmou Vinícius de Carvalho.

Segundo Carvalho, embora a contabilidade não seja o ponto central do trabalho do profissional de defesa econômica, ela perpassa toda a ação. “Grande parte do trabalho do profissional de defesa econômica é entender o mercado em que as empresas atuam e para isto solicitam dados das companhias que vêm da contabilidade”, afirmou Carvalho. Carvalho lembrou ainda que em todas as ações do Conselho há dados que precisam ser extraídos da contabilidade das organizações. “Em um processo de fusão, por exemplo, a empresa precisa garantir que não está concentrando o mercado e os dados que comprovam isso virão das contabilidades das empresas. Quando duas empresas justificam a união como instrumento de redução de custo para população, elas depois precisam comprovar que atingiram o objetivo e, novamente, são com dados contábeis que comprovam isso”.

O professor Eliseu Martins demonstrou preocupação com os dados utilizados pelo

CADE para interpretação do mercado em que as empresas atuam. “É indispensável que as informações enviadas pelas empresas ao CADE sejam contabilmente

“ Segundo Carvalho, embora a contabilidade não seja o ponto central do trabalho do profissional de defesa econômica, ela perpassa toda a ação. ”

certificadas, para garantir a veracidade delas. Há, por exemplo, mil formas de calcular o custo e, dependendo deste cálculo há impacto no faturamento”, afirmou.

Antoninho Trevisan destacou a necessidade do constante aperfeiçoamento do profissional da contabilidade. “A comunidade contábil vem se esforçando enormemente para acompanhar as mudanças que têm acontecido na contabilidade. O Brasil, a cada trinta anos, registra mudanças radicais no mundo contábil, em linha com a economia. A contabilidade é imprescindível de depois da lei de sociedade de curações, que abre os demonstrativos contábeis das empresas com ações na bolsa. A partir de 2007 passamos a tratar da convergência das normas brasileiras de contabilidade às internacionalmente aceitas, permitindo a comparabilidade entre os resultados das empresas brasileiras e as do mundo todo e agora, o CADE lança um manual de compliance que será executado, na prática, pelos profissionais da contabilidade nas empresas”, afirmou.

O presidente do CADE demonstrou preocupação com a possibilidade de os dados apresentados durante a análise de mercado e afirmou que buscará apoio das entidades contábeis para aprofundar sobre o tema.



Da esq. para dir: Acadêmico, Eliseu Martins, o presidente do CFC, José Martonio Coelho, a presidente da ABRACICON, Maria Clara Bugarim, o presidente do CAD, Vinícius Marques de Carvalho e o acadêmico, Antoninho Trevisan.

Informação contábil de qualidade é investimento

Por Christiane Feraz de S. D. Rocha

Devido a ascensão da tecnologia, também conhecida como “Era Digital”, o mundo se globalizou, intensificando grandiosamente as relações comerciais e empresariais, e como resultado desta evolução, cresceu de forma inimaginável o volume de usuários das informações geradas pelas organizações, sendo elas públicas, mistas ou privadas.

Até poucos anos atrás a figura do contador estava relacionada com a de um “guarda livros”, ou seja, o contador, era aquele profissional que vivia escondido atrás das grandes pilhas de papel e livros fiscais. Felizmente essa figura já não retrata o perfil do profissional

“ Pela avaliação da empresa de recrutamentos Wyser, neste ano de 2016 as empresas vão continuar optando por profissionais com maior capacidade de inovação e oportunidades de crescimento ”

contábil que é uma peça fundamental nas tomadas de decisões das empresas, independentemente do porte, por ser este o detentor do grande poder, um valioso tesouro, “a informação”, segura, atualizada e informatizada.

Infelizmente alguns profissionais da classe contábil não tem a noção deste “Poder” que tem nas mãos, por se consumir diariamente com volumosas rotinas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, dentre outras, em vez de concentrar suas atividades na avaliação e análise de informações de forma a subsidiar as empresas com informações para a otimização dos resultados.

Ao se manter como um profissional contábil somente dedicado a apuração de tributos, emissor de guias e responsável por uma escrituração contábil via de regra sempre em atraso, o profissional em muitos dos casos é visto como um “custo” da operação em vez de um grande “investimento”. Quando o profissional da contabilidade se apresenta como especialista da informação, seja nas áreas de custo, gestão empresarial e especialmente fiscal e tributária, é capaz de apresentar um novo cenário para os resultados societários, comercial, tributário e econômico das empresas, se valendo unicamente da legalidade aplicada de forma atual e inteligente tornando investimento para as organizações.

Em face do contexto de evolução tecnológica e da mudança do perfil do profissional da contabilidade, consolidado principalmente com a harmonização dos padrões internacionais de contabilidade, a contabilidade é sim a profissão de grande demanda. Inclusive pela avaliação da empresa de recrutamentos Wyser, neste ano de 2016 as empresas vão continuar optando por profissionais com maior capacidade de inovação e oportunidades de crescimento, para que possam gerar rentabilidade aos negócios. Chegou a nossa vez!



Christiane Feraz de S. D. Rocha é Consultora Tributária da Valloriza Consultoria e Gestão de Negócios, Auditora Independente pelo CFC e Ibracon, pós-graduada em Contabilidade Fiscal e Direito Tributário pelo IPOG, e Graduada em Ciências Contábeis pela FUMEC e Direito pela FEAD, Instrutora de Cursos de Capacitação profissional pela Valloriza e pelo CRC/MG.

Sonhos sobre Contabilidade



Entrevista com a estudante do curso de ciências contábeis, Letícia Silva Vieira, da Universidade Federal de Santa Catarina, que também é bolsista da UFSC.

P: Por que você escolheu contabilidade?

R: Inicialmente, busquei uma profissão que envolvesse números, administração e leis brasileiras. Me veio a contabilidade.

Entrei na Universidade Federal de Santa Catarina em 2014 e hoje presto a quinta fase do curso. Comecei meu estágio na terceira fase e continuo até hoje.

P: Como você, com olhos de estudante, enxerga a contabilidade?

R: Consigo ver a contabilidade com uma área que abrange vários setores do conhecimento. Não é possível associar apenas a um estudo que busca o lucro no fim do exercício de uma empresa para divulgar aos seus agentes. Por trás disso há um imenso cálculo, conhecimentos específicos das áreas da empresa, leis brasileiras, entre outros. Desde a abertura da empresa até o fechamento da mesma, a presença de um contador é necessária. E um dos pontos que valoriza a profissão.

P: O que você espera do mercado de trabalho? Você acha o profissional contábil valorizado?

R: Como um futuro para a profissão, vejo que é necessário que a classe se valorize para que assim a sociedade valorize o contador. No decorrer do curso, consigo observar que o mercado de trabalho exige um bom contador. Não apenas uma pessoa que emite guias, mande faturas e exige um pagamento mensal. Mas um profissional que acompanhe a rotina empresarial, se atualize nas leis e esteja disposto a ajudar.

P: No curso de contabilidade, como é associado a teoria e a prática?

R: Como graduanda, posso observar o Conselho Federal de Contabilidade, juntamente com os seus representantes regionais, buscam dar auxílio aos futuros profissionais da área na caminhada dos estudos. O que motiva e ajuda a entender melhor a profissão são os encontros e congressos promovidos pelos órgãos de classe. Outra questão interessante, que favorece a aproximação com a área são os estágios. Na Universidade Federal de Santa Catarina, o estágio não é obrigatório, porém há um incentivo dos professores para que os alunos façam o estágio.

P: Todo graduando que quiser exercer a profissão de forma correta deve realizar o exame de suficiência. O que você acha disso?

R: Vejo o exame como uma forma de valorização dos contadores. E também de estar elevando os níveis de estudos dos estudantes, uma vez que precisam estar preparados para essa etapa.

P: Se você pudesse dar um conselho para um estudante que está iniciando o curso agora, o que você diria?

R: Diria que contabilidade não é uma área isolada. Para atender as necessidades que o mercado de trabalho exige deve se estar conectado com tudo. Em tudo há contabilidade. A situação da Petrobrás começou com um contador que não escreveu exatamente como deveria; a situação econômica brasileira não é diferente. E o quanto antes se envolver com a prática contábil, melhor.

P: O que você reivindicaria no seu curso?

R: Mais aulas de laboratório, que simulassem o dia a dia de um escritório de contabilidade, por exemplo. E mais congressos e encontros que nos colocassem diretamente em contato com os profissionais da área.



Letícia Silva Vieira é da Universidade Federal de Santa Catarina, que também é bolsista da UFSC.



O pensamento crítico como requisito à atividade científica: reflexões aos futuros pesquisadores em contabilidade

A atividade científica proporciona novos conhecimentos que auxiliam no processo de compreensão da realidade. A pesquisa em contabilidade é uma atividade intensa com muitos desafios e satisfações, que desperta uma "inquietação", instigando novas descobertas e a disseminação de ideias. Esse é um processo colaborativo, os pesquisadores avançam o conhecimento a partir mútuas contribuições que se constituem em um todo coerente. O pensamento crítico é uma pauta para conjecturas sob distintas perspectivas, que se disseminam dentre as mais variadas áreas do conhecimento científico, como a contabilidade.

O pensamento pela crítica tem potencial de confrontar o limite do saber sobre os mais variados temas da contabilidade; uma vez que o raciocínio crítico comumente é equiparado ao ato de questionar, enquanto não aceitação passiva de fatos e informações. Assim, a crítica pode ser tomada como motivação ao aprofundamento de conhecimentos, o que não está orientado a um questionamento negativo sobre o conhecimento e sim, à busca de novos

saberes. Por tudo isso, diz-se que o raciocínio crítico é uma necessidade premente àqueles que almejam sua formação como pesquisadores em contabilidade.

Importante destacar que não se trata de uma especulação leviana sobre o conhecimento, mas a busca incessante de novas evidências por meio de pesquisas, numa prática orientada e fundamentada por procedimentos investigativos da realidade. Um dos primeiros passos para a carreira de pesquisador é o desenvolvimento do hábito da leitura.

A realização de leituras assume um papel relevante ao estímulo do raciocínio crítico, pois tem em si o poder de fomentar a imaginação, a criatividade, a argumentação, o desenvolvimento da escrita, enfim, fornece subsídios favoráveis ao pesquisador. A troca de experiências através da discussão em grupos, de leitura ou de pesquisa, também assume relevância crescente, pois nesses momentos têm-se a possibilidade de confrontar posicionamentos e o aprendizado é somente um dos muitos resultados.

O importante é que o pesquisador em contabilidade expanda seus limites do saber a partir da acumulação de informações. A ideia é que a "força das palavras" se torne um diferencial quando da construção de reflexões sobre a realidade que circunda a contabilidade. Assim aderindo ao pensamento crítico, os indivíduos terão contribuições ao seu próprio crescimento pessoal, o que culmina na edificação de um papel como membro ativo na construção do conhecimento.

O pensamento crítico é um posicionamento extremamente desejável

de Mestrandos e Doutorandos, sendo muito incentivado para o estudantes do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - PPGCONT/UFPR, prevalecendo esta prática nas discussões em sala de aula, seminários, grupos de pesquisa, encontros metodológicos, oficinas temáticas e palestras, sempre orientados ao questionamento constante dos fatos e da forma como o conhecimento é legitimado. Este arranjo sinaliza que o saber pode ser percebido enquanto construção coletiva, e por isso mesmo a inserção de novos pesquisadores na academia coopera para expansão da atividade científica.



Ana Claudia Afra Neitzke é Doutorado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná - UFPR



Diones Fernandes Zanin é Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná - UFPR



O princípio da competência na contabilidade aplicada ao setor público

Por Waldir Jorge Ladeira dos Santos

A atualização da contabilidade aplicada ao setor público revela o elevado esforço de muitos estudiosos que reforçaram a necessidade do reconhecimento do objeto de estudo da contabilidade também para este importante campo de aplicação de nossa Ciência.

O enfoque patrimonial enfatizado pelas NBC T ASP 16, e não mais apenas o orçamentário regido pela lei 4.320/64, trouxe à discussão a aplicação dos princípios contábeis que, como toda Ciência, vem evoluindo através dos tempos.

A questão da essência sobre a forma é de suma importância para a prática de toda a teoria, em que pese a força que a hierarquia jurídica nos impõe em razão da lei ser superior as normas e, quando se trata de prestação de contas, o caminho dos julgadores tem sido a adoção da forma da lei sobre a essência da teoria.

Nesse embate encontramos resistência legal sobre a aplicação teórica do princípio contábil da Competência, pois os momentos de reconhecimento da receita e da despesa, pela essência contábil, devem ser pelo fato gerador, ou seja, lançamento para a receita e

liquidação para a despesa; no entanto, a forma legalista imposta pelo enfoque orçamentário determina que a receita deve ser reconhecida somente pela

subavaliando-a por desconsiderar as receitas lançadas ainda não arrecadadas, porém geradoras de direitos para o patrimônio público; enquanto a despesa é superavaliada por considerar atos orçamentários de empenho para cálculos dessas despesas.

Tal questão revela grande preocupação quando da apuração dos resultados de um governo, pois a adoção da forma legalista orçamentária gera um resultado diferente da essência contábil de efeito patrimonial, conforme as atuais normas brasileiras de contabilidade nos ensinam!



arrecadação, então regime de caixa, e a despesa pelo estágio do empenho, que nem fato patrimonial representa, pois trata-se de um ato orçamentário.

A forma praticada pela lei sempre feriu a teoria contábil em razão de reconhecer a receita somente quando o dinheiro ingressa nos cofres públicos e assim



Waldir Jorge Ladeira dos Santos
- Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana, mestre em Contabilidade/UERJ, professor Adjunto da UERJ e da UFRJ e acadêmico da Cátedra 22 da ACCERJ.



Como os núcleos de apoio fiscal podem promover a educação empreendedora aos acadêmicos de Ciências Contábeis

1. INTRODUÇÃO

O primeiro Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAF da cidade de Campo Grande – MS foi inaugurado dentro da Universidade Uniderp, campi Matriz, localizado na Avenida Ceará, 333, Bairro Miguel Couto, em 28 de Novembro de 2014.

Com mais de 40 anos de tradição e dedicação à educação de excelência, a Uniderp é considerada a melhor instituição particular de Mato Grosso do Sul, segundo o Ranking de Universidades da Folha (RUF). Com duas unidades em Campo Grande e representatividade em

todos os campos do conhecimento que promovem o desenvolvimento do Estado, oferece cursos de formação técnica, graduação e pós-graduação lato sensu, além de programas de mestrado e doutorado.

Desde que foi credenciada como Universidade, em 1996, a Instituição já formou mais de 22 mil alunos nos cursos presenciais, e milhares de estudantes já concluíram os cursos de Educação a Distância.

O curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da UNIDERP ainda é muito jovem. Teve seu início em julho de 2007

e a sua avaliação, realizada pelo Ministério da Educação (MEC), quando da renovação do reconhecimento atribui o Conceito Global 4,0 por meio da Portaria SESU/MEC nº 445 de 1º de novembro de 2011.

O curso oferece 200 vagas anuais e conta com professores doutores, mestres e especialistas atuantes no mercado, na extensão, pelo Projeto NAF e na pesquisa, instituída em 2015, com o título: "Contabilidade Avançada e Gestão Tributária", registrada no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e que visa, a educação profissional continuada.

Em 2014, a Anhanguera-Uniderp foi incorporada à Kroton, empresa brasileira com quase 50 anos de tradição que se tornou referência mundial no setor da educação pelo valor de mercado e pela quantidade de alunos. A Kroton é responsável por prover educação de qualidade a mais de um milhão de estudantes em 550 cidades por todo o Brasil.

Mais do que oferecer conteúdo de qualidade, a Uniderp tem em seu DNA a preocupação em compartilhar o conhecimento com a comunidade por meio de projetos e ações sociais. São programas focados em diversas áreas como educação, saúde, meio ambiente, inclusão social e inclusão no mercado de trabalho, que ajudam a transformar a vida de todos os sul-mato-grossenses. E nesse sentido, disponibiliza à comunidade, por meio do Projeto de Extensão Comunitária, o Núcleo de Pesquisas e Apoio Contábil e Fiscal, "NAF".

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAF é fruto do primeiro Termo de Cooperação Técnica que foi firmado em parceria entre a Universidade Uniderp e a Delegacia da Receita Federal da cidade de Campo Grande - MS.

Para o delegado Flávio de Barros Cunha, que firmou a primeira parceria no Centro Oeste, "A criação do Núcleo de Apoio representa um grande ganho tanto para as duas Instituições que são parceiras, quanto também para toda a sociedade que será mais bem atendida." A parceria entre a Universidade com a Receita Federal acarreta em um melhor relacionamento entre os profissionais da área contábil com a Receita Federal.

A coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Uniderp, Iara Marchioretto, cita que "a intenção é ampliar os conhecimentos práticos dos estudantes da área de contabilidade ao mesmo tempo em que se oferece um serviço de qualidade à comunidade de baixa renda e representantes das entidades de terceiro setor que, de outro modo, não teriam acesso a orientações contábeis e fiscais básicas", mostrando para todos que não

só a comunidade é beneficiada como também as pessoas que participam como voluntárias do projeto.

A sociedade recebe apoio e esclarecimentos sobre os impostos, negociação de suas dívidas, declarações de impostos, auxílio na abertura de empresas, entre outros. Já os voluntários, ganham experiência prática, realizando os serviços do cotidiano, que são do seu meio profissional.

Os voluntários são estudantes em desenvolvimento do curso de Ciências Contábeis da própria universidade, que contam com a orientação de um professor, com carga horária docente atribuída, sendo este, o responsável pela orientação e fiscalização do andamento das atividades executadas e do planejamento das ações junto aos parceiros estratégicos.

O presente estudo busca realizar considerações a respeito de um Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAF que veio como uma solução para a população que não possui condições financeiras para contratar um profissional ou escritório contábil, é conhecido pela prestação de serviços gratuitos, visa sempre no auxílio à comunidade e conta com serviços prestados por seus voluntários juntamente com a parceria da Receita Federal do Brasil.

1. O QUE SÃO OS NÚCLEOS DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL – NAF?

São projetos pioneiros de educação fiscal e contábil no âmbito universitário de apoio às pessoas físicas de baixa renda e às micro e pequenas empresas.

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAF é conhecido como um programa de coesão social que busca a união entre as questões de cidadania com a prática pedagógica exercida no dia a dia do profissional, considerado que com essa proposta ocorra uma melhor cidadania às comunidades e um treinamento diferenciado aos estudantes, que são seus voluntários.



Figura 01 – Painel de Identificação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal utilizado no SEBRAE/MS.

Fonte: UNIDERP (2015).

1.1 - QUAIS SÃO AS VANTAGENS DO NAF?

Os participantes recebem treinamentos, palestras e oficinas pelos parceiros, Receita Federal do Brasil (RFB), participações em workshops, visitas ao órgão da Receita Federal, etc. Para a comunidade um melhor esclarecimento desde suas questões mais básicas até suas questões mais complexas.

Ocorre o fortalecimento da imagem do NAF frente à comunidade onde se insere e oportuniza ações para a atuação prática dos acadêmicos contribuindo para uma excelente formação profissional.

1.2 QUAIS SÃO AS FINALIDADES DO NAF?

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF tem como finalidade dar um maior suporte contábil e fiscal às pessoas físicas que tenham uma renda de até 40 salários mínimos aproximadamente e às micro e pequenas empresas, as organizações sem fins lucrativos e o público interno das instituições de ensino onde os núcleos se situam.



Figura 02 – Capacitação sobre Empreendedorismo e a Formalização, Alteração e Baixa dos Micro Empreendedores Individuais, realizada por Consultores do Sebrae, no Auditório III da Uniderp, em 10.ago.2015. Fonte: UNIDERP (2015).



Figura 03 – Atendimento realizado na Sede da Delegacia da Receita Federal – Campanha IRPF 2015. Fonte: UNIDERP, Arquivos da Coordenação do Curso (2015).

O NAF é um centro de geração de conhecimento na área contábil e fiscal, através de grupos de estudos envolvendo estudantes, professores e profissionais, pesquisa e rodadas de discussões, palestras, seminários, estudos de casos, além de outras formações e capacitações oferecidas aos estudantes universitários. Os acadêmicos realizam anualmente

a sua inscrição no Projeto de Extensão e passam a ser capacitados nas atividades cotidianas de um escritório contábil, pesquisam atualizações na legislação e obrigações acessórias e são supervisionados por um Professor Contador, com registro Ativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul.

São executivos sociais, voluntários que desempenham uma atividade, revertendo em favor do serviço e do trabalho. (NUCLEO BATUIRA, 2015). Ser um “Executivo Social” é uma profissão de prestígio, visto que ele ajuda quem precisa, contribuindo para um mundo mais justo e solidário.

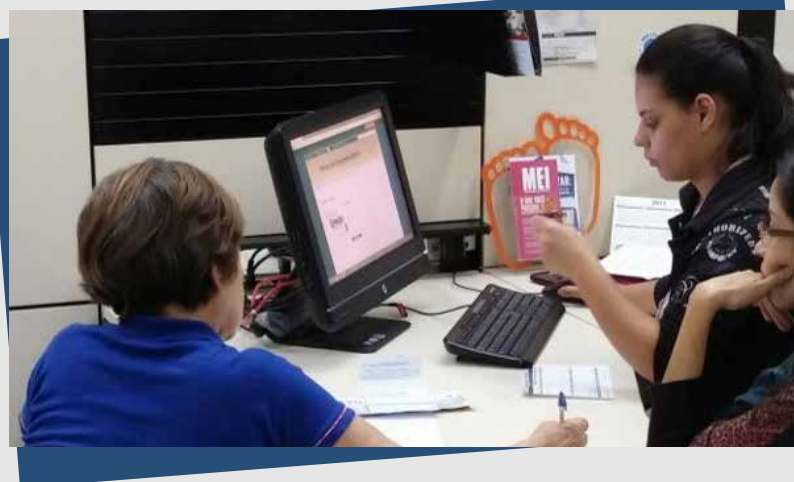


Figura 04 – Atendimento realizado na Sede do SEBRAE/MS em parceria com a UNIDERP. Fonte: UNIDERP, Arquivos da Coordenação do Curso (2015).

“ O NAF é um centro de geração de conhecimento na área contábil e fiscal, através de grupos de estudos envolvendo estudantes, professores e profissionais, pesquisa e rodadas de discussões, palestras, seminários, estudos de casos, além de outras formações e capacitações oferecidas aos estudantes universitários. ”

Para Arissa Saito, “Tendo uma experiência inicial sobre a carreira escolhida, o aprendizado de forma prática com as situações do cotidiano de um contador”. A Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis, Iara Marchioretto fala da procura pelo projeto, em especial dos ex-alunos, que já se formaram e apoiam as campanhas do NAF, como as de Elaboração do Imposto de Renda em que gostam de participar e estar “por dentro” das atualizações, como é o caso das ex-alunas, Ana Dresch e Deisiane Moreira.

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal de Campo Grande – MS firmou uma parceria com o SEBRAE do estado de MS em 13 de abril de 2015, um Termo de Cooperação Técnica, com o intuito de formalização, do microempreendedor individual, que precisa estar assegurado pelos direitos previdenciários e atento sobre suas responsabilidades nas áreas fiscais e contábeis.

E para dar um maior suporte relativo a esses assuntos, a UNIDERP e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS) firmaram uma parceria para que o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Universidade atenda diretamente na sede do órgão empresarial do SEBRAE em Campo Grande - MS.

A Reitora da Universidade- Uniderp, Leocádia Aglaé Petry Leme, declarou: “Unir-se a parceiros como o Sebrae/MS estimula essa cultura dentro da universidade ao mesmo tempo em que prepara nossos acadêmicos para o mercado de trabalho e para a cidadania”. Os atendimentos do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal - NAF se iniciaram em 10 de março, no Sebrae/MS, que é localizado na avenida Mato Grosso, 1661. A parceria com o SEBRAE/MS é inédita, haja vista ser a primeira universidade a inserir os acadêmicos em estágios curriculares e não curriculares junto a entidade.

Os serviços considerados mais procurados pela população, são as declarações de imposto de renda de pessoa física (IRPF) e declaração do imposto sobre



Figura 05 – Reitora, Leocádia Aglaé Petry Leme, durante a Cerimônia de Abertura da Semana do MEI 2015 e assinatura da Parceria entre a UNIDERP e o SEBRAE/MS.

Fonte: Arquivos da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis 2015.



Imagem 06- Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal

Fonte: RFB, 2015.



Imagem 07- O idealizador do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, Clovis Belbute Peres.

Fonte: RFB, 2015.

a propriedade territorial rural (ITR) e a formalização das empresas classificadas como Micro Empreendedores Individuais (MEI).

E as organizações sociais, sem fins lucrativos são entidades cujo NAF buscará atender no exercício de 2016, “devido a carência de recursos e a necessidade de tais organizações estarem em dia, com

as suas obrigações contábeis, acessórias e fiscais.” Comenta a Coordenadora do Curso, Prof. Dra. Iara Marchioretto.

“A idealização do NAF não foi feita por nós.” Cita a professora, pois o grande idealizador do NAF, Clovis Belbute Peres, foi vencedor da 4ª edição do concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal, cujo concurso teve por objetivo coletar,

selecionar e premiar registros de experiências dos servidores da Receita Federal no cotidiano de seu trabalho.

VANTAGENS E OBJETIVOS DO NAF

VANTAGENS

Fortalecer os conhecimentos técnicos dos estudantes, o núcleo de apoio contábil e fiscal – NAF procura trabalhar as questões relacionadas ao sentido social dos tributos, que por fim acabam gerando uma reflexão sobre o seu papel como um futuro profissional, que contribui para formar cidadãos com uma melhor conscientização a respeito de seus direitos e deveres.

As vantagens do NAF refletem durante a formação do futuro contador, podendo ser tão importante quanto os atendimentos, criando inúmeras iniciativas educacionais e empreendedoras:

- a. Incentivo ao empreendedorismo, por meio de Feiras de Negócios, em que se busca reduzir a informalidade e orientar sobre as formas de organização de empresas e o plano de negócios;
- b. Um maior acesso às informações, com diálogo simples e objetivo, visando aproximar o cidadão da cidadania por meio da educação fiscal.
- c. Assistência contábil e fiscal por acadêmicos orientados por professores contadores;
- d. Fortalecimento da formação prática dos estudantes;
- e. Redução da informalidade econômica pela legalização das empresas MEI, indicando as vantagens da formalização, OBJETIVOS

Ofertar a contribuintes de baixa renda orientações contábeis e fiscais, além de ampliar as ações de responsabilidade social e proporcionar treinamento aos nossos alunos da área, estimulando o conhecimento contábil e fiscal por meio da prática.



Imagem 08 – Atendimentos realizados na Semana do MEI de 10 a 17 de Março de 2015 na Praça Ary Coelho, em Campo Grande/MS.

Fonte: Arquivos da Coordenação do curso, 2015.

Esta entre seus objetivos a busca pela mudança na percepção dos cidadãos referente ao cumprimento de suas obrigações tributárias, com isso, transformar o caso do descumprimento da obrigação fiscal, para a prestação de serviços e orientação, facilitando o cumprimento das normas tributárias.

Transformar a percepção de hostilidade por parte da sociedade em uma nova postura conciliadora, que envolve a orientação e o auxílio, a prestação de serviços e a transparência.

Se tornando um exemplo de inovação na gestão pública Federal Brasileira, tendo como meta produzir mais resultados objetivos para o serviço público e para a sociedade brasileira.

RESULTADO E DISCUÇÃO - NAF

Provavelmente o resultado mais expressivo dos NAF seja a crescente evolução na implementação dos núcleos espalhados pelo país. Em 2011 que foi o ano que se iniciaram efetivamente inúmeros trabalhos de aproximação com

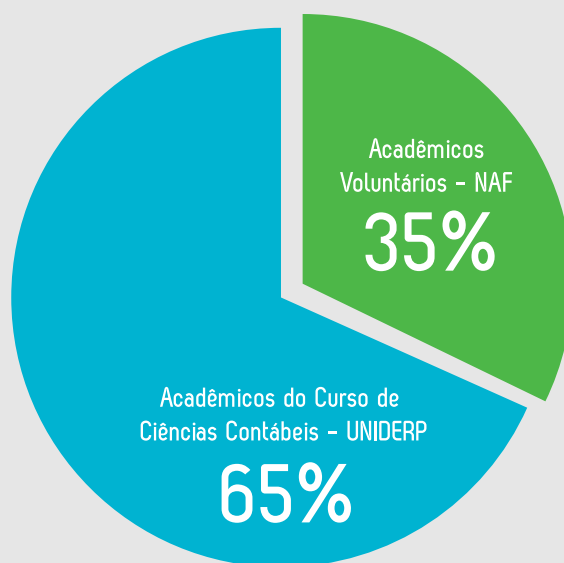


Gráfico 01 – Pesquisa sobre o número de voluntários, em relação ao número de matriculados.

Fonte: SAITO, 2015

“ Os escritórios de contabilidade ganham, pois podem direcionar casos mais simples para o NAF. A Receita Federal ganha, pois, com isso ela cumpre o seu papel na educação fiscal, diretamente, e de atendimento, indiretamente e também ganha através da aproximação e da capacitação da classe contábil. ”

As Instituições de Ensino Superior, foram implementados 3 NAF. Já em 2012, foram implementados mais 12. Em 2013, foram criados 14 no Brasil e 2 na América Latina. Em 2014, até julho foram implementados mais 14, totalizando 43 NAF no Brasil, além de 26 NAF na América Latina, totalizando 28 NAF fora do Brasil.

Em Mato Grosso do Sul, na UNIDERP, é o quarto semestre de existência do núcleo, com a participação dos discentes e docentes do curso, além do apoio técnico ofertado pelos parceiros do projeto: a Delegacia da Receita Federal de Campo Grande e o Sebrae/MS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Núcleos de Apoio Fiscal, são institutos de práticas de empreendedorismo e inovação, pois a vivência acadêmica com os empreendedores demonstram que a

interação entre a comunidade, entidades públicas e universidades é possível e beneficia a população, que precisa do apoio para preparar a sua declaração de imposto de renda ou para formalizar-se. É com essa perspectiva que os NAF's são considerados modelos inovadores de educação empreendedora e eficiente para interagir com o cidadão na busca da formação de sua cidadania fiscal. As vantagens são claras para todos os participantes da iniciativa. A comunidade ganha um atendimento às suas questões básicas e os acadêmicos ganham, por desempenhar atividades práticas que os capacitam ao desenvolvimento profissional.

Os escritórios de contabilidade ganham, pois podem direcionar casos mais simples para o NAF. A Receita Federal ganha, pois, com isso ela cumpre o seu papel na educação fiscal, diretamente, e de atendimento, indiretamente e também ganha através da aproximação e da capacitação da classe contábil. A Instituição de Ensino Superior ganha através da formação de seus alunos com o auxílio da Receita Federal e pelo fortalecimento de sua imagem frente à toda sociedade.

REFERÊNCIAS

CARVALHO E RAMOS. O que faz um departamento fiscal e tributário: Disponível em: <http://www.carvalhoramos.com.br/blog/o-que-faz-o-departamento-fiscal-e-tributario/> acesso em 08.dez. 2015.

NUCLEO BATUIRA. "O Trabalho Voluntário" - Maria Cristina Dal Rio. Disponível em <http://nucleobatuiira.org.br/projeto-de-voluntariado/> acesso em 08.dez.2015

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Universidade Anhanguera-Uniderp e a DRF de Campo Grande Lançam o primeiro NAF do Estado de MS. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/acoes/universidade->

anhanguera-uniderp-e-a-drf-campo-grande-lancam-o-primeiro-naf-do-estado-do-mato-grosso-do-sul acesso em 08.dez.2015

UNIVERSIDADE UNIDERP. Termo de Parceria entre a UNIDERP e a Delegacia da Receita Federal do Brasil. (2015).

UNIVERSIDADE UNIDERP. Termo de Parceria entre a UNIDERP e o SEBRAE/MS (2015).

UNIVERSIDADE UNIDERP. Disponível em: http://www.uniderp.br/uniderp/vw_noticia.aspx?CodNoticia=6717



Arissa Saemy Takao Saito é Bacharel em Ciências Contábeis, UNIDERP.



Iara Sônia Marchioretto é Contadora, Professora e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis, UNIDERP. Iara.marchioretto@anhanguera.com

Os impactos das receitas de *royalties* de recursos hídricos: um estudo comparativo entre os municípios brasileiros

Por Neusa Higa e Jorge Eduardo Scarpin, Dr.



Entende-se que o governo existe como consequência da evolução das sociedades e, com ele, surge a necessidade de sua organização hierárquica para dirimir os conflitos, gerir e alocar seus recursos de forma autônoma e eficiente.

De acordo com Matias e Campello (2000, p. 21), "(...) o poder local se apresenta mais próximo dos problemas, bem como suscetíveis ao controle da sociedade, mostrando-se mais adequado para atender às demandas sociais".

Ao mesmo tempo em que a Constituição Federal (1988) proporciona aos municípios a autonomia nas políticas públicas, incumbe-os de maiores

responsabilidades na alocação dos recursos recebidos de forma eficiente. Segundo Giambiagi & Além (2000), as funções básicas do governo, por meio da política fiscal, abrangem as funções alocativas, distributivas e estabilizadoras, e, para tanto, precisa gerar os recursos. Esses recursos advêm da arrecadação tributária, sendo o montante da arrecadação que determinará a quantidade de recursos a serem alocados e distribuídos.

Problema da Pesquisa

As transferências intergovernamentais são as maiores fontes de arrecadação dos municípios. No Brasil, os governos federal e estadual fazem a arrecadação

de tributos e, posteriormente, distribuem aos municípios. É um sistema centralizado de arrecadação que, segundo Giubert (2005, p. 12), "(...) também pode levar a uma tendência de gastos excessivos, pois o governo local pode aumentar seus gastos sem que a contrapartida seja o aumento nos impostos pagos pelos seus contribuintes".

A proposta deste estudo é avaliar se o montante recebido pelos municípios beneficiários de royalties de recursos hídricos, por meio de transferências intergovernamentais, demonstra algum comportamento financeiro diferente em relação aos outros municípios não beneficiários.

Face ao apresentado, a questão norteadora desta pesquisa é: O fato de os municípios receberem as receitas de royalties pela exploração dos recursos hídricos faz com que o seu comportamento financeiro apresente diferenças em relação ao dos municípios que não possuem estes benefícios?

Justificativa e objetivos

A Constituição Federal, no seu Art. 20, determina os bens da União e assegura a participação do ente público no resultado da sua exploração. Dessa forma, surgem as receitas públicas de exploração de recursos naturais, entre elas: a exploração dos recursos hídricos.

Essa receita tem como natureza a compensação aos danos causados ao meio ambiente – consequência da atividade exploratória. Esses recursos explorados podem proporcionar prosperidade econômica para o município, da mesma forma que podem levá-los à estagnação, à corrupção e à pobreza; isso depende muito da escolha de sua aplicabilidade. As adoções de práticas adequadas poderão ajudar na redução

da pobreza, mitigação das desigualdades e um crescimento sustentável.

O objetivo da escolha de estudo sobre o referido recurso é conhecer o comportamento financeiro dos municípios elencados, o quão significativo é o montante distribuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nesse comportamento e se é apenas uma fonte a mais de recursos para auxiliar na manutenção da máquina administrativa.

Delimitação e Hipótese da Pesquisa

A proposta desta pesquisa limita-se à observação do comportamento financeiro dos municípios que estão elencados no rol de repasses efetuados pela Aneel e aqueles das suas circunvizinhanças selecionados dentro do mapa geográfico disponibilizado no Google Maps. Com relação aos períodos determinados para o estudo, estipulou-se o prazo de oito anos, compreendidos nos períodos de 2005 a 2012, pelos seguintes fatores: (i) são os períodos em que se observou a completude de informações necessárias, disponibilizadas no site da Secretaria do Tesouro Nacional, no site das Finanças

do Brasil (Finbra), e nos dados contábeis dos municípios; e (ii) buscou-se, também, eleger períodos fechados de administração municipal, ou seja, duas gestões completas 2005 a 2008 e 2009 a 2012.

De acordo com estudos de Queiroz e Postali (2010), quando o município tem a garantia de receitas de royalties, reduzem-se os esforços na busca de mais tributos municipais. Descrevem, ainda, que nem sempre a alocação dos recursos públicos é feita com eficiência, causando, dessa forma, o descontentamento da população.

Nesse sentido, as hipóteses a serem testadas têm a finalidade de nortear os procedimentos do trabalho e responder ao problema da pesquisa.

H0: Não existem diferenças no comportamento financeiro entre municípios que recebem as receitas de royalties e aqueles que não recebem.

H1: Existem diferenças no comportamento financeiro entre municípios que recebem as receitas de royalties e aqueles que não recebem.

“ De acordo com estudos de Queiroz e Postali (2010), quando o município tem a garantia de receitas de royalties, reduzem-se os esforços na busca de mais tributos municipais. ”

QUADRO 1 – Principais Legislações da Contabilidade Pública

LEGISLAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Constituição Federal 1988	Promulga a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em 5/10/1988.
Lei n.º 4.320/1964	“Estatui as normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e do Distrito Federal.”
Lei Complementar 101/2000	“Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.”
Lei n.º 8.666/1993	“Regulamenta o Art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.”
Normas Brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor Público NBCASP de 21/11/2008	“O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), edita as Normas Brasileiras de Contabilidade NBCs.”

Fonte: adaptado de Vade Mecum Saraiva 2011 e CFC 2008.

REFERENCIAL TEÓRICO

Receitas Públicas

A Constituição Federal, no seu Art. 20, determina os bens da União e assegura a participação do ente público no resultado da sua exploração. Dessa forma, surgem as receitas públicas de exploração de recursos naturais, entre elas, a exploração dos recursos hídricos.

Essa receita tem como natureza a compensação aos danos causados ao meio ambiente – consequência da atividade exploratória. Esses recursos explorados podem proporcionar prosperidade econômica para o município, da mesma forma que podem levá-los à estagnação, à corrupção e à pobreza; isso depende muito da escolha de sua aplicabilidade. As adoções de práticas adequadas

“ De acordo com o Art. 11 da Lei Complementar 101/2000, cabe à União, aos estados, Distrito Federal e aos municípios instituir, prever e arrecadar todos os impostos de sua competência. ”

poderão ajudar na redução da pobreza, na mitigação das desigualdades e em um crescimento sustentável.

A contabilidade pública é executável sob a regência das leis, as quais estão inseridas as receitas públicas, desde o planejamento, que é o Orçamento Público, até a sua utilização. No quadro 1, seguem as regulações determinadas nas seguintes leis brasileiras.

De acordo com o Art. 11 da Lei Complementar 101/2000, cabe à União, aos estados, Distrito Federal e aos municípios instituir, prever e arrecadar todos os impostos de sua competência.

O Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional –, no Manual de Procedimentos das Receitas Públicas, define:

QUADRO 2 – Legislação dos Recursos Hídricos

Especificação	Súmula
Decreto Legislativo 23/1973	Aprova os textos do tratado para aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde, e inclusive, o salto Grande de Sete Quedas, ou salto de Guairá, até a foz do rio Iguaçu e de seus anexos, firmados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, no dia 26 de abril de 1973, bem como os das notas então trocadas entre os ministros das Relações Exteriores dos dois países.
Lei n.º 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei n.º 7.990 de 28/12/1989	Institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Regulamentada pelo Decreto n.º 1 de 11/1/1991.
Lei n.º 8.001 de 13/3/1990	Define os percentuais de distribuição da compensação financeira de que trata a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto n.º 1 de 11/1/1991.
Lei n.º 9.433 de 8/1/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal e altera o Art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Lei n.º 9.648 de 27/5/1998	Altera dispositivos das leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, e no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e de suas subsidiárias e dá outras providências.
Lei n.º 9.984/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Fonte: adaptado de Vade Mecum Saraiva 2011 e CFC 2008.

Receitas Públicas são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas. (MF – STN – 2005, p. 14).

A classificação das receitas públicas, de acordo com a Lei n.º 4320/1964, está dividida em Receitas Correntes e Receitas de Capital, sendo que a Receita de Capital só pode ser utilizada para o pagamento de Despesas de Capital. Já a Receita Corrente pode ser utilizada para qualquer tipo de despesa, seja ela corrente ou de capital.

As transferências intergovernamentais são as maiores fontes de arrecadação dos municípios. No Brasil, o Governo federal e estadual faz a arrecadação de tributos e, posteriormente, distribui aos municípios.

É um sistema centralizado de arrecadação que, segundo Giubert (2005, p. 12), (...) também pode levar a uma tendência de gastos excessivos, pois o governo local pode aumentar seus gastos sem que a contrapartida seja o aumento nos impostos pagos pelos seus contribuintes.”

Receitas de Compensação Financeira – Royalties de Recursos

As principais leis que regulamentam a Constituição Federal e regem o recebimento e a utilização dos recursos hídricos para as usinas hidrelétricas construídas no Brasil estão elencadas no Quadro 2.

A Lei n.º 6.938/81, de 31 de agosto de 1981, surgiu como reflexo da preocupação com o meio ambiente, que teve como mentor da lei Paulo Nogueira Neto. Essa lei deu origem à responsabilidade criminal e foi base da lei de crimes ambientais.

A Lei n.º 7.990/1989 regulamentou o Art. 20 da Constituição Federal, estabelecendo os valores a serem pagos pelas usinas hidrelétricas, estando em vigor atualmente a Lei n.º 9.984/2000, que trouxe uma alteração inserindo a parcela de 0,75%, correspondente à cobrança da água, destinada ao Ministério do Meio Ambiente para a aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Receitas de Royalties e a Execução Orçamentária

Como ente receptor da receita, o município deverá obedecer às proibições, no que tange à alocação dos recursos públicos. A Lei n.º 7.990/1989, e suas alterações, que criou a compensação financeira, proíbe a aplicação de recursos no abatimento de dívidas (a não ser que o credor seja a União e suas entidades), estendendo-se essa proibição ao

pagamento das despesas com pessoal.

Cabe aos municípios a utilização correta dos recursos que comporão o processo anual de prestação de contas ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público de cada estado, que são responsáveis pela fiscalização da utilização dos recursos de forma correta, de acordo com a legislação vigente.

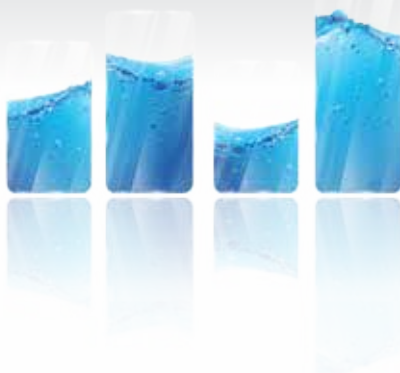
Gestão Pública e a Dependência das Transferências

A presente pesquisa enfatiza a Receita Pública, especificamente nos recursos arrecadados na exploração de recursos hídricos, utilizados pelas usinas hidrelétricas instaladas nos municípios brasileiros, voltados ao último nível hierárquico do Governo, que são os municípios.

De acordo com Matias e Campello (2000, p.21), “o poder local se apresenta mais próximo dos problemas, bem como suscetível ao controle da sociedade, mostrando-se mais adequado para atender às demandas sociais”. Isso significa que os municípios têm condições de executar um atendimento mais eficiente, por estarem próximos à realidade e às necessidades de seus eleitores e contribuintes.

Sobre a autonomia, a Constituição Federal de 1988 proporcionou aos municípios, de certa forma, uma autonomia mais voltada aos seus encargos recebidos, pois o financiamento destes encargos depende das transferências de recursos. Portanto, não existe uma total autonomia, ou seja, os municípios, para serem autônomos, deveriam ter a capacidade de arrecadação e alocação dos recursos, gerenciando, assim, seu próprio negócio. De acordo com Silva e Souza (2001, p. 8), “as transferências de recursos, além de representar uma das principais fontes de financiamento de grande parte dos níveis inferiores de governo, desempenham, também, um papel fundamental para

“Receitas Públicas são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas.”



garantir a provisão eficiente e equitativa de bens e serviços públicos”.

Nesse sentido, a administração pública tem o papel de colocar à disposição da população local o serviço público municipal, com vistas a atender às necessidades primárias e essenciais, utilizando, para tanto, as receitas públicas municipais de forma legal, coerente e equilibrada. Dessa forma, escolhendo as ações de acordo com suas prioridades, de forma que satisfaça ao maior número possível da população, pois o objetivo do setor público é, conforme Dalton (1980), “gerar o maior benefício social”. Para tanto, os municípios têm, constitucionalmente, autonomia para planejar a utilização das suas receitas dentro dos moldes da legislação.

Muitos dos municípios brasileiros têm a característica de possuir pouca capacidade financeira (somente com a arrecadação de suas receitas próprias) e acabam tornando-se

dependentes dos repasses do Governo federal, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que são transferências intergovernamentais, assim como são as Receitas dos Royalties. Essas transferências intergovernamentais caracterizam a função distributiva, que é de competência do Governo federal, que o faz por meio dos principais instrumentos, que são as transferências, o imposto e os subsídios. Portanto, o município detém a maior parte da função alocativa, que é o fornecimento dos bens públicos.

METODOLOGIA

Apresentam-se, neste tópico, os procedimentos metodológicos que norteiam a sequência desta pesquisa, os passos percorridos para a delimitação e determinação da amostra e as variáveis da pesquisa.

Ademais, foram definidos como estudo todos os municípios brasileiros beneficiários da Receita de Royalties

e alguns de sua circunvizinhança, não beneficiários, que disponibilizam os dados necessários.

Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva. De acordo com Collis e Hussey (2005, p.23), trata-se dos motivos pelos quais se está realizando (pesquisa exploratória, descritiva, analítica ou preditiva).

É bibliográfica e documental, pois, segundo Vergara (2000) assevera, uma investigação pode ser caracterizada como pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, etc. Neste caso, a classificação é bibliográfica, pelo embasamento teórico que fundamentam a pesquisa; e documental, pois as informações foram extraídas de documentos contábeis.

Na abordagem do problema, Collis e Hussey (2005, p.23) afirmam que uma pesquisa é agrupada em pesquisa quantitativa e qualitativa. Assim, a presente pesquisa enquadra-se como quantitativa tanto na coleta das informações quanto no tratamento estatístico.

A pesquisa apresenta características de série temporal e de corte transversal, em que os dados são coletados no mesmo ponto do tempo em diversos municípios do País.

Por fim, com relação à coleta de dados, pautou-se sob os relatórios contábeis dos municípios que são beneficiários das Receitas de Royalties e, também, daqueles que não são disponíveis nos sítios da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), das Finanças do Brasil (Finbra), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e (v) no Google Mais.

Como são dados já existentes, classificam-se como dados secundários, pois são extraídos dos relatórios disponibilizados pela Finanças Brasileiras (Finbra). A análise foi feita e os dados

QUADRO 4 – Amostra Final (Total dos Municípios por Estado)

ESTADOS	MUNICÍPIOS		TOTAL
	BENEFICIÁRIOS	NÃO BENEFICIÁRIOS	
AL	4	2	6
BA	13	7	20
ES	5	4	9
GO	35	14	49
MG	113	38	151
MS	11	7	18
MT	8	4	12
PA	2	4	6
PE	4	2	6
PI	2	1	3
PR	66	23	89
RJ	10	5	15
RO	2	2	4
RS	38	17	55
SC	20	10	30
SE	1	1	2
SP	152	66	218
TO	9	6	15
TOTAL	495	213	708

Fonte: elaborado com base nos dados extraídos dos sites: Aneel – Google Mais – IBGE.

TABELA 1 – Equação e Variáveis Utilizadas

DESCRIÇÃO	FÓRMULAS
Dependência das Receitas de Royalties – Recursos Hídricos	$DRF = (\text{Receitas de Royalties}) / (\text{Receita Orçamentária})$
Comprometimento da Receita Corrente	$CRC = (\text{Receitas Correntes}) / (\text{Despesas Correntes})$
Autonomia Financeira Real	$AFR = (\text{Receitas Totais Próprias}) / (\text{Despesas Totais})$
Receitas Correntes Próprias de Manutenção	$RCPM = (\text{Receitas Correntes-Transferências Correntes}) / (\text{Receitas Correntes})$
Capacidade Total de Pagamento	$CTP = (\text{Ativo Real}) / (\text{Passivo Real})$
Capacidade Imediata de Pagamento	$CIP = \text{Disponibilidades} / (\text{Depósitos} + \text{Restos a Pagar Processados e não Processados})$
Capacidade Seca de Pagamento	$CSP = (\text{Disponibilidades} - \text{Depósitos}) / (\text{Restos a Pagar Processados e não Processados})$

Fonte: adaptado de SILVA (2012, p. 46 a 59).

coletados transformados em per capita, para neutralizar o efeito escala e, dessa forma, aproximar-se da homogeneidade da amostra para a análise final.

Levantamento dos Dados e Informações

Delimitou-se a amostra dos municípios dos anos de 2005 a 2012, por se estender a duas gestões diferentes, com início e término do período de quatro anos de cada gestão, e por apresentar todos os dados necessários para a análise.

Fez-se o levantamento dos municípios beneficiários dos royalties, por meio do relatório divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do mapa geográfico brasileiro, divulgado no Google Maps. Além disso, elencaram-se os municípios da circunvizinhança de todos os beneficiários das receitas de royalties.

Vale ressaltar que se entende como circunvizinhança os municípios que não recebem as receitas de royalties e estão situados nos arredores imediatamente mais próximos daqueles que recebem as receitas. Na seleção, foram observados os limítrofes dos estados a que pertencem e quais municípios possuem as informações necessárias para a pesquisa no sítio das Finanças Brasileiras (Finbra).

No que tange às proximidades dos municípios, a estas não foi possível a realização da parametrização, em termos de distâncias quilométricas, devido ao tamanho geográfico diversificado de cada estado e à alternativa de possuir, ou não, informações contábeis nos relatórios das Finanças Brasileiras (Finbra). Por isso a forma mais possível de seleção, apesar da morosidade, foi a visualização de município por município no mapa do Google Maps.

Dessa forma, a amostra da pesquisa, ficou assim determinada (Quadro 4).

Ressalta-se que o número real de municípios beneficiários das receitas de royalties de recursos hídricos, segundo o relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), é de 646 municípios no período, porém, 151 foram retirados da amostra e, conseqüentemente, 2 estados, pois não apresentavam as informações necessárias para a pesquisa.

Variáveis da Pesquisa

As variáveis da pesquisa foram elencadas em contas de resultados e contas patrimoniais. As contas de resultados provocam os fatos modificativos da contabilidade, fatos estes que poderão refletir nas contas patrimoniais dos municípios.

As variáveis independentes da pesquisa são qualitativas e elencadas como dummy 0 – atribuída aos municípios que não são beneficiários dos royalties – e como dummy 1 – atribuída aos municípios que são beneficiários dos royalties, no que tange às receitas de exploração dos recursos hídricos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a seleção dos municípios que estão localizados próximos aos municípios beneficiários, não foi possível parametrizar essa proximidade em termos de distância quilométrica devido

TABELA 1 – comparação do comprometimento da Receita Corrente

MEDIDA DE TENDÊNCIA	RECEITAS PRÓPRIAS DE MANUTENÇÃO							
	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO-PADRÃO		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
ANOS	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
2005	1,26	1,25	1,25	1,24	0,10	0,13	7,9	10,4
2006	1,25	1,22	1,24	1,22	0,12	0,11	9,6	9,0
2007	1,28	1,23	1,27	1,22	0,14	0,11	10,9	8,9
2008	1,29	1,26	1,27	1,26	0,15	0,13	11,6	10,3
2009	1,27	1,26	1,26	1,25	0,17	0,12	13,4	9,5
2010	1,28	1,28	1,27	1,27	0,12	0,15	9,37	11,7
2011	1,32	1,30	1,30	1,29	0,13	0,12	9,85	9,23
2012	1,28	1,27	1,27	1,26	0,13	0,12	10,1	9,45

Fonte: dados da pesquisa (2016).

“Há municípios com melhores índices de arrecadação própria, o que acarreta um melhoramento no índice anual.”

à diversidade de tamanho geográfico de cada estado brasileiro. Então, a seleção foi feita na observação no mapa geográfico disponível no Google Maps.

Os dados coletados foram inseridos em planilhas do Excel, nas quais todos os valores expressos em moeda corrente do País foram transformados em valores per capita, utilizando-se os recursos das ferramentas disponíveis, tais como filtro, fórmulas percentuais, entre outros.

As adequações dos dados para a planilha foram feitas, segregando as variáveis

TABELA 1 – comparação do comprometimento da Receita Corrente

RECEITAS PRÓPRIAS DE MANUTENÇÃO								
MEDIDA DE TENDÊNCIA	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO-PADRÃO		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
ANOS	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
2005	0,15	0,13	0,12	0,11	0,10	0,09	66,6	69,2
2006	0,15	0,14	0,13	0,11	0,09	0,09	60,0	64,3
2007	0,16	0,14	0,14	0,12	0,10	0,09	62,5	64,3
2008	0,14	0,13	0,12	0,10	0,09	0,09	64,3	69,2
2009	0,16	0,14	0,14	0,12	0,10	0,09	62,5	64,3
2010	0,16	0,15	0,14	0,12	0,10	0,09	62,5	64,3
2011	0,17	0,16	0,15	0,13	0,11	0,09	64,7	56,2
2012	0,17	0,15	0,16	0,12	0,10	0,10	58,8	66,6

Fonte: dados da pesquisa (2016).

dummies=0 (D = 0 não recebem) e as variáveis dummies = 1 (D = 1, recebem). Para facilitar, enumeraram-se os municípios na ordem numérica de:

- 1 até 213 Municípios que não recebem royalties
- 214 até 708 Municípios que recebem royalties

Assim, os municípios passaram a ser relacionados como números, ou seja, cada município da amostra corresponde a um número entre 1 e 708.

Comprometimento da Receita Corrente

O comprometimento da receita corrente é um indicador positivo, pois o resultado maior que 1 significa sobra de recursos para a capitalização.

Observa-se que as médias se apresentam com valores acima de 1, e que, nessa variável, os municípios não beneficiários apresentam médias maiores ou iguais, em todos os anos estudados, em relação aos municípios beneficiários.

Nessa análise, de forma isolada, como são levadas em consideração a receita e a despesa corrente total, ou seja, depois de computadas todas as entradas de receitas correntes, inclusive os recebimentos de royalties de recursos hídricos, pode-se dizer que o fato de os municípios terem recebidos as Receitas de Royalties não influenciou neste indicador.

O coeficiente de variação revela a homogeneidade das amostras nos períodos analisados, levando em consideração que, de acordo com Fávero et al. (2009, p.58), se o resultado for até 30% é considerada amostra homogênea, acima de 30% é heterogênea.

TABELA 3 – Comparação Receitas Correntes Próprias de Manutenção

RECEITAS PRÓPRIAS DE MANUTENÇÃO								
MEDIDA DE TENDÊNCIA	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO-PADRÃO		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
ANOS	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
2005	0,13	0,12	0,11	0,10	0,09	0,08	69,2	66,6
2006	0,14	0,13	0,12	0,10	0,09	0,08	64,3	61,5
2007	0,14	0,13	0,13	0,11	0,09	0,08	64,3	66,6
2008	0,13	0,12	0,12	0,10	0,08	0,08	61,5	66,6
2009	0,14	0,13	0,13	0,11	0,09	0,08	64,2	61,5
2010	0,14	0,13	0,13	0,11	0,09	0,08	64,2	61,5
2011	0,15	0,13	0,13	0,11	0,09	0,08	60,0	61,5
2012	0,15	0,14	0,15	0,12	0,09	0,09	60,0	64,3

Fonte: dados da pesquisa (2016).

TABELA 04 – COMPARAÇÃO DA CAPACIDADE TOTAL DE PAGAMENTO

RECEITAS PRÓPRIAS DE MANUTENÇÃO								
MEDIDA DE TENDÊNCIA	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO-PADRÃO		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
ANOS								
2005	6,87	7,41	3,45	2,94	20,93	18,10	30,5	244,3
2006	4,69	5,79	3,20	2,88	5,35	10,10	114,0	74,6
2007	5,48	5,80	3,02	2,90	10,92	10,24	199,3	176,6
2008	6,92	6,83	3,40	3,42	16,61	13,83	240,0	202,4
2009	4,86	5,93	3,08	3,22	5,39	13,87	110,9	233,9
2010	5,06	5,00	2,80	3,12	8,01	6,27	158,3	125,4
2011	5,58	5,19	2,86	3,10	13,70	6,87	245,5	132,3
2012	5,79	5,98	3,17	3,11	11,41	10,79	197,06	180,4

Fonte: dados da pesquisa (2016).



“ O que se pode deduzir é que, provavelmente, não é a Receita de Royalties estudada que provocam estas oscilações ”

Vale destacar que, na amostra selecionada, entre os municípios excluídos por não apresentarem valores disponibilizados no sítio das Finanças Brasileiras (Finbra), necessários para os cálculos, encontram-se dois municípios que receberam os maiores valores de Royalties, em reais.

Autonomia Financeira Real

É indicador positivo, pois quanto maior for o resultado melhor é a otimização dos seus recursos próprios frente às despesas do município.

É bem verdade que o coeficiente de variação apurado apresenta

heterogeneidade na amostra em todos os exercícios estudados e nas dummies determinadas, mas se percebe que este mantém uma homogeneidade nos resultados durante os exercícios pesquisados, o que comprova que não se trata de outliers, mas, sim, a consequência do melhor ou pior desempenho na arrecadação própria de cada município pesquisado.

A média de todos os municípios de qualquer um dos grupos de dummies não apresenta diferenças de um ano para outro, porém, no cálculo da média por ano, o estudo individualizado dos municípios ratifica o comentário anterior, em que há municípios com melhores índices de arrecadação própria, o que acarreta um melhoramento no índice anual. Essa variável pode ser influenciada pelas receitas de royalties de recursos hídricos, no tocante às despesas, pois, como se tem uma arrecadação maior nas transferências correntes, não computadas no cálculo, poder-se-ia ter uma despesa maior.

Assim, quanto maior for a despesa, nesse caso, menor será o índice apurado. Mas, ao comparar os dois grupos de municípios, percebe-se que isso não ocorreu, pois os resultados são equivalentes para os dois grupos da amostra, o que significa um resultado bom para os municípios beneficiários, pois, mesmo tendo a

TABELA 05 – COMPARAÇÃO DA CAPACIDADE IMEDIATA DE PAGAMENTO

RECEITAS PRÓPRIAS DE MANUTENÇÃO								
MEDIDA DE TENDÊNCIA	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO-PADRÃO		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
ANOS								
2005	4,35	5,22	1,59	1,74	11,12	16,28	255,6	311,9
2006	4,83	4,49	1,64	1,70	16,51	12,37	341,8	275,5
2007	4,51	4,59	1,96	1,69	10,84	12,72	240,35	277,1
2008	5,28	5,22	2,42	1,99	9,53	10,35	180,49	198,3
2009	3,66	3,93	2,04	1,86	4,88	10,67	133,33	271,5
2010	4,11	5,53	1,90	1,78	9,98	16,96	242,82	306,7
2011	3,81	4,70	2,15	1,85	6,75	13,06	177,16	277,9
2012	5,38	4,54	1,86	1,68	13,15	12,44	244,42	274,0

Fonte: dados da pesquisa (2016).

TABELA 06 – COMPARAÇÃO DA CAPACIDADE SECA DE PAGAMENTO

RECEITAS PRÓPRIAS DE MANUTENÇÃO								
MEDIDA DE TENDÊNCIA	MÉDIA		MEDIANA		DESVIO-PADRÃO		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	
	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1	D = 0	D = 1
ANOS								
2005	7,82	8,35	1,79	1,97	29,16	31,72	372,9	379,8
2006	12,50	6,25	1,71	1,81	84,36	22,58	674,88	361,2
2007	10,26	6,43	2,12	1,76	73,55	23,27	716,86	361,9
2008	11,12	11,60	2,68	2,21	33,09	45,78	297,57	394,6
2009	6,73	11,60	2,31	2,22	20,45	45,79	303,86	394,7
2010	16,76	9,60	1,92	2,00	151,08	37,98	901,43	395,6
2011	6,83	8,49	2,27	1,99	23,95	39,72	350,65	467,8
2012	7,62	9,29	1,97	1,83	21,96	38,43	288,18	413,7

Fonte: dados da pesquisa (2016).

TABELA 07 – DEPENDÊNCIA DOS ROYALTIES DOS RECURSOS HÍDRICOS

DUMMY = 1				
ANOS	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente Variação%
2005	4,88	1,83	7,44	152,45
2006	4,11	1,66	6,35	154,50
2007	4,62	2,03	6,62	143,3
2008	3,88	1,59	5,62	144,8
2009	4,06	1,78	5,70	140,4
2010	3,92	1,66	5,56	141,8
2011	3,66	1,48	5,30	144,8
2012	3,41	1,46	5,01	146,9

Fonte: dados da pesquisa (2016).

TABELA 07 – DEPENDÊNCIA DOS ROYALTIES DOS RECURSOS HÍDRICOS

DEPENDÊNCIA DOS RECURSOS					
ANOS	< 10%	10 F 20%	20 F 30%	30 F 40%	≥ 40%
2005	414	53	19	7	2
2006	440	41	9	5	0
2007	415	63	10	6	1
2008	438	43	11	3	0
2009	434	45	13	3	0
2010	437	44	14	0	0
2011	437	44	13	1	0
2012	445	39	10	1	0

Fonte: dados da pesquisa (2016).

arrecadação de royalties, não sofreu influência no aumento das despesas.

Receitas Correntes Próprias de Manutenção

Os dois grupos de municípios estudados apresentam índices semelhantes, o que comprova que os municípios têm forte dependência dessas transferências.

Da receita total arrecadada, não mais que 15% representam a arrecadação própria do município, um resultado muito aquém das suas necessidades de manutenção.

Para este levantamento, utilizaram-se os dados de cada um dos municípios e observou-se que o coeficiente de variação é bastante elevado. Mas como a análise já fora realizada na Autonomia Real Financeira, esta variação pode ser a consequência das peculiaridades de cada Município.

Capacidade total de pagamento

O Ativo Real é formado pelo Ativo Financeiro e o Ativo não Financeiro, ou seja, é a soma total do Ativo. Da mesma forma, o Passivo

“ Entre os municípios da amostra, o Estado do Paraná é o que se apresenta com o maior número de municípios com dependência dos royalties de recursos hídricos acima de 10% ”

Real é o resultado do Passivo Financeiro e Passivo não Financeiro. Quando se efetua a razão entre o Ativo Real e o Passivo Real, busca-se determinar a capacidade que o município tem para pagar suas dívidas totais.

Observa-se que as médias anuais sofrem oscilações ano a ano de forma relevante. Porém, como a análise feita é somente sobre a receita de recursos hídricos, não se pode determinar a causa dessas oscilações, visto que o cálculo foi realizado nos itens do Balanço Patrimonial, que considera todas as entradas e saídas e recursos. Nesta pesquisa, a análise realizada foi apenas em uma das receitas que compõem toda a arrecadação municipal auferida.

O que se pode deduzir é que, provavelmente, não é a Receita de Royalties estudada que provocam estas oscilações, visto que tanto os municípios beneficiários, assim como os não beneficiários, possuem estas mesmas oscilações.

Capacidade Imediata de pagamento

É o indicador que revela o quanto o município está preparado para pagar suas dívidas de curto prazo. Para isso, utiliza-se, especificamente, a

disponibilidade que tem para pagar suas dívidas imediatamente.

As médias do ano, sem exceção, mostram-se bastantes confortáveis em termos de índice, pois aqui se pode interpretar que, para cada real de dívida de curto prazo, o município mantém valores acima de R\$ 1,00. Analisando isso de forma isolada, volta-se às mesmas limitações da contabilidade pública, que exige que se faça uma análise de outros demonstrativos para um diagnóstico preciso da real situação financeira.

CAPACIDADE SECA DE PAGAMENTO

Este índice usa as disponibilidades excluindo os depósitos em consignações, pois estes depósitos são recursos já com destinação certa, que não poderão ser utilizadas para outro fim, a não ser aquele já consignado.

Observa-se que, uma vez que o indicador é positivo, ou seja, quanto maior o resultado, melhor encontra-

“ No que tange aos aspectos financeiros patrimoniais, não apresenta diferenças entre os beneficiários e não beneficiários. ”



se o município. Dessa forma, todos os municípios encontram-se numa situação confortável, correto?

Aqui, novamente deve se usar o bom senso e analisar outros relatórios para o diagnóstico preciso.

Dependência dos municípios nos Royalties dos recursos hídricos

A análise da dependência dos recursos hídricos pelos municípios na pesquisa, evidenciou o fator de importância dos recursos para os municípios.

O relatório de medidas de tendência central e medidas de dispersão apresentou o seguinte resultado sintetizado na Tabela 07.

Dos 494 municípios que receberam os recursos hídricos nos períodos selecionados, elaborou-se o quadro da dependência dos recursos em percentuais.

Entre os municípios da amostra, o Estado do Paraná é o que se apresenta com o maior número de municípios com dependência dos royalties de recursos hídricos acima de 10%, e isso pode ser atribuído pelo fato de ser o estado em que está instalada a Usina de Itaipu Binacional, hoje considerada a segunda maior usina do mundo geradora de energia, com potência de geração de 14.000 MW.

Percebe-se que o patamar acima de 10% de dependência do recurso já é bastante representativo na composição da receita total do município, levando em consideração que, segundo estudo realizado por Moratta (2015) nos municípios do Estado de Santa Catarina, constatou que as Transferências Intergovernamentais assumem percentuais acima de 89% e que em poucos casos o percentual de dependência é inferior a 50%.



CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A escolha da Receita de Royalties deve-se ao fato de apresentar uma receita em que poucos municípios são beneficiários – cerca de 11,6% do total dos municípios brasileiros, o que representa um total de 646 municípios localizados em 22 estados brasileiros – e assim ter-se a flexibilidade de elencar os seus municípios mais próximos para a comparação.

Salienta-se que a pesquisa limitou-se aos municípios brasileiros que continham informações suficientes disponíveis no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e das Finanças Brasileiras (Finbra). Esta limitação estendeu-se, especificamente, aos dados informados

“ Percebe-se que o patamar acima de 10% de dependência do recurso já é bastante representativo na composição da receita total do município ”

no sítio nos períodos contemplados de 2005 a 2012.

Os resultados apresentam que as Receitas de Royalties, obviamente, contribuem para o reforço financeiro dos municípios. Porém, no que tange aos aspectos financeiros patrimoniais, não apresenta diferenças entre os beneficiários e não beneficiários.

Recomenda-se uma investigação mais profunda futuramente, em que se possa contar com todos os municípios brasileiros beneficiários e envolvendo variáveis de comportamento social não elencadas para esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Vade Mecum Saraiva, 11ª edição, São Paulo – SP, 2011,

CAMPELLO, C. A., BARRETO, G., MATIAS, A. B. Administração Financeira Municipal. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, G. M. B. Contabilidade

Ambiental – Teoria e Prática. 2. Ed. Curitiba: Juruá 2012.

DALTON, H. Princípios de finanças públicas. Ed, FGV, 4ª ed. Rio de Janeiro, 1980.

FARIAS, T. Q. Aspectos gerais da política nacional do meio ambiente – comentários sobre a Lei nº 6.938/81, agosto/2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1544. Acesso em 23 de agosto de 2015.

FÁVERO, L. P., BELFIORE, P., SILVA, F. L., CHAN, B. L. Análise de dados – modelagem multivariada para tomada de decisões, Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

GIAMBIAGI, F., ALÉM, A. C. Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil, 2ª edição, Campus, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, M. C. Demonstrações Contábeis Públicas – Indicadores de Desempenho e Análise. São Paulo, Atlas, 2012.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo, Atlas, 2009.



Neusa Higa é Mestranda do PPGCont/UFPR



Jorge Eduardo Scarpin é Dr. Professor do PPG-Cont/UFPR



Relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem em docência superior

Por Mahysa Bona de Carvalho, Maria Auxiliadora Cruz e Ceciane Portela Sousa



O objetivo da pesquisa foi analisar a influência da qualidade da relação interpessoal professor-aluno na eficácia do processo ensino-aprendizagem no ensino superior. A abordagem foi qualitativa, descritiva e analítica através da pesquisa bibliográfica. A Educação Superior no Brasil é analisada através do desenvolvimento sócio-histórico. Voltada para às elites e atualmente é da iniciativa privada. Os docentes são tradicionais, gerando situações problemáticas. É

preciso trocar experiências, afinidades, e mediar conflito para que o processo ensino-aprendizagem torna-se eficaz.

Palavras-chaves:

Ensino Superior. Relacionamento professor-aluno. Ensino-Aprendizagem.

Abstract

The objective of the research was to analyze the influence of interpersonal

relationship quality student-teacher effectiveness in the teaching-learning process in higher education. The approach was qualitative, descriptive and analytical through literature. Higher education in Brazil is analyzed by socio- historical development. Facing the elites and is currently the private sector. Teachers are traditional, creating problematic situations. You need to share experiences, affinities, and mediate conflict to the teaching-learning process becomes effective.

Keywords:

Higher Education. Teacher-student relationship. Teaching and Learning.

Introdução

A sala de aula é um espaço de formação humana, de vivências e convivências e de relações pedagógicas que se destinam: ao crescimento individual; e a interação com o outro e com o conhecimento. É um espaço constituído pela diversidade e heterogeneidade de ideias, valores e crenças dos alunos e professores.

O papel do professor no processo de ensino aprendizagem é de suma importância, uma vez que ele é o agente responsável pela mediação aluno-conhecimento. Esse profissional deve ser um agente facilitador do conhecimento, um orientador, um educador, uma pessoa acessível aos seus alunos sendo responsáveis em extrair dúvidas.

Comparando os docentes do âmbito básico com os do ensino superior observar-se o seguinte: os professores do âmbito escolar buscam fatores que envolvem o compromisso com a didática de ensino, as dificuldades, as deficiências e o comportamento dos seus alunos, buscam compreender e questionar as carências da educação e apresentam uma relação proximal com seus alunos. Já no Ensino Superior esses profissionais compreendem três competências: o preparo técnico-profissional; a promoção de sua emancipação política e o estímulo à pesquisa.

Na Educação Básica a relação afetiva dos docentes com os alunos, é focada neles. Já os professores do Ensino Superior passam gradativamente a focar o seu trabalho apenas no conteúdo. Gerando um distanciamento na relação afetiva com seus discentes.

Essa relação afetiva de professor-aluno é um fator fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Esse fator se manifesta na atitude de mediação pedagógica, na atitude de parceria co-responsabilidade pelo processo de aprendizagem aluno e professor e na aceitação de uma relação entre adultos.

Sem dúvida é uma relação das mais difíceis de ser exercida em nossa

“ Os professores do âmbito escolar buscam fatores que envolvem o compromisso com a didática de ensino, as dificuldades, as deficiências e o comportamento dos seus alunos, buscam compreender e questionar as carências da educação e apresentam uma relação proximal com seus alunos. ”

sociedade. É primeiramente uma relação assimétrica, em que a tendência espontânea do professor é pensar que o aluno não tem conhecimento, que aprender é passar da ignorância ao saber, e que o conhecimento está no poder do mestre.

Quando se diz que a relação é muitas vezes uma relação de distanciamento, tornando-se importante entender fatores

responsáveis para uma boa relação e correlacioná-las com uma aprendizagem efetiva. Mas como a relação professor-aluno influencia a melhoria do processo ensino-aprendizagem?

Partindo do exposto acima e com a intenção de auxiliar e chamar a atenção dos docentes do ensino superior, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a influência da qualidade da relação interpessoal professor-aluno na eficácia do processo ensino-aprendizagem no Ensino Superior. E como objetivos específicos: conhecer a evolução da Educação Superior no Brasil; discutir os fatores problemáticos da relação professor-aluno no Ensino Superior; e analisar a influência da qualidade da relação interpessoal professor-aluno na melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Portanto a pesquisa foi de abordagem qualitativa de caráter descritivo e analítico, através da revisão de literatura, por meio de consultas nos bancos de dados da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico, como também acervo de livros, documentos, dissertações do próprio pesquisador e da biblioteca do Centro de Ensino Unificado de Teresina - Faculdade CEUT pelas palavras: relacionamento professor-aluno; processo ensino-aprendizagem e ensino superior, delimitadas para o período de 2001 a 2015 no idioma português.

O Ensino Superior no Brasil

As Instituições de Ensino Superior (IES) são escolas multidisciplinares com formação profissional de nível superior, de Pesquisa, de Extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São responsáveis pela produção, preservação e transmissão dos

conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos adquiridos pela humanidade em sua evolução cultural (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Moura (2009) afirma que a Educação Superior tem a finalidade de formar profissionais para as mais variadas áreas do conhecimento e que se apresenta em quatro modalidades: 1) Cursos sequenciais; 2) Graduação, que envolve os bacharelados, as licenciaturas e os cursos superiores de tecnologias; 3) Pós-graduação, que pode ser tanto *stricto sensu*, Mestrado ou Doutorado, ou *lato sensu*, especializações ou aperfeiçoamento; e 4) Cursos de extensão.

Muito antes dessa definição da formação Educacional Superior, o Brasil em sua inserção histórica passou por dificuldades

econômicas, sociais, políticas e culturais, que refletiu na formação universitária do País (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

De acordo com Martins (2002), no período colonial o Brasil não tinha permissão para o Ensino Superior devido o pragmatismo português. E Humerez e Jankevicius (2015) afirmaram que quem possuía esse tipo de educação ou era estrangeiro ou era membro de famílias brasileiras abastadas, enviado para uma educação em outros países, principalmente Portugal.

A primeira experiência da Educação Superior no Brasil ocorreu com o surgimento da primeira universidade: a Universidade de Coimbra. Nela graduavam-se em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Para Martins (2002) a formação do núcleo de Ensino Superior só teve início com a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, e o seu desenvolvimento foi voltado para a formação profissional com o controle do Estado. O modelo adotado combinou o pragmatismo da reforma pombalina e o modelo napoleônico que contemplava o divórcio entre o ensino e a pesquisa científica.

O desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil no período colonial foi tardio e decorreu de mudanças provenientes na estrutura política do Estado Português. Seu caráter não universitário e profissionalizante foi determinado pelos interesses da elite, evidenciando que não existia universidade e sim cursos profissionalizantes para grupos elitistas abrangendo interesses dominantes (MELO; SANTOS; ANDRADE, 2008).

Mesmo com muita dificuldade, o Brasil conseguiu, durante o século XIX, implantar pouco mais de 10 faculdades. E no final desse mesmo século existiam 24 estabelecimentos de Ensino Superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015 e MARTINS, 2002).

No ano de 1822 com a Independência Política, até o ano de 1889 com a Proclamação da República, o Ensino Superior desenvolve-se lentamente não havendo mudança no formato do sistema de ensino, nem na sua ampliação ou diversificação (MARTINS, 2002).

Com a Constituição da República em 1891, a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimento de Ensino Superior. Essas instituições surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas



ao controle do governo central com a criação dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica da atual Universidade Mackenzie. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional passou de 24 escolas isoladas a 133 (MARTINS, 2002).

No século XX o debate sobre a criação de Educação Superior não se restringia mais a questões estritamente políticas, mas ao conceito de universidade e suas funções na sociedade. As funções definidas foram as de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa. Nessa época, o país contava com cerca de 150 escolas isoladas do Ensino Superior e duas universidades existentes: a do Paraná e a do Rio de Janeiro (MARTINS, 2002).

De acordo com Humerez e Jankevicius (2015), a primeira Universidade Brasileira moderna criada baseada no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão foi a Universidade de São Paulo - USP em 1934. Ressalta-se que, sem dúvida, o Brasil foi o último país americano a criar uma Universidade.

Segundo Humerez e Jankevicius (2015), foi ainda no século XX com a junção de algumas Faculdades isoladas, que surgiram as Universidades brasileiras, a citar: a Universidade da Amazônia - Manaus, a Universidade Federal do Paraná - Curitiba e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1951, é criado o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq com o papel de coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, encarregada da formação de docentes e pesquisadores. Em 1961 foi criada a segunda Universidade moderna no Brasil, a Universidade de Brasília - UNB.

A partir do final do século XX observou-se uma redução progressiva da demanda para o Ensino Superior em decorrência

da retenção e evasão de alunos do 2º grau, da inadequação das universidades às novas exigências do mercado e da frustração das expectativas da clientela em potencial (MARTINS, 2002).

Em 2009 constavam no Brasil 2.281 Instituições de Ensino Superior (IES), das quais 183 eram universidades, 120 centros universitários e 1.978 faculdades isoladas, desdobradas em três grandes segmentos: o do ensino presencial, o do

“ De acordo com Humerez e Jankevicius (2015), o perfil do Ensino Superior Brasileiro é de predomínio da iniciativa privada, que representa 87,4% das Instituições de Ensino Superior ”

ensino técnico e o do ensino a distância. Das 2.281 IES, 89% eram instituições privadas, 11% públicas, sendo 4,6% federais, 3,6% estaduais e 2,7% municipais (SEVERINO, 2009).

De acordo com Humerez e Jankevicius (2015), o perfil do Ensino Superior Brasileiro é de predomínio da iniciativa privada, que representa 87,4% das Instituições de Ensino Superior. Seguramente, o Brasil é o país que apresenta a maior privatização do Ensino Superior das Américas.

Em 2011, o censo da Educação Superior registrou 2.365 IES. Destas, 274 são

públicas (103 federais, 100 estaduais e 71 municipais). As demais 2.091 pertencem ao sistema privado, representando 88% do total (RISTOFF, 2013).

Segundo Borralho e Fialho (2012) as universidades têm vindo a sofrer grandes alterações nos últimos vinte e cinco anos muito por força das mudanças sociais e econômicas, criando pressões e tensões que não aconteciam no passado de forma tão evidente. A massificação, a heterogeneidade da população discente, as novas culturas de qualidade, mudanças no mundo produtivo e do trabalho, internacionalização dos estudos superiores, novas orientações para a formação, redução de fundos, são alguns dos fatores que se têm repercutido na forma como as instituições de Ensino Superior organizam os seus recursos e estabelecem a oferta formativa.

Por mais que os resultados históricos não tenham correspondido às expectativas da formação profissional técnico e especialista, isso não compromete sua finalidade intrínseca formadora que precisa ser da consciência social que é única sustentação de um projeto político minimamente equitativo, justo e emancipador (SEVERINO, 2009).

A influência da qualidade da relação interpessoal professor-aluno na eficácia do processo ensino-aprendizagem. Segundo Santos (2011), o processo de ensinar e aprender são compostos de quatro elementos: o professor, o aluno, o conteúdo e as variáveis ambientais onde cada um exerce maior ou menor influência dependendo da forma pela qual se relacionam num determinado contexto, e ainda baseado nas diferentes interações entre eles e o que deve ser o cerne do processo de melhoria da qualidade de ensino das IES.

Em sala de aula a dimensão do ensino e da aprendizagem é marcada por um tipo especial de relação, a qual envolve o professor e o aluno na mediação e apropriação do saber. Cabe aos dois polos, determinar o clima desta relação. No entanto, cada um desempenha um papel diferente na sala de aula, e o professor deve tomar a maior parte das iniciativas, dando início para estabelecer o relacionamento (MIRANDA, 2008; SANTOS, 2011).

Para Machado (2007), é essencial a existência de uma relação saudável entre aquele que aprende e aquele que ensina, pois na verdade um auxilia o outro. Aquela educação opressora, alienante, descontextualizada do ensino, sob domínio da relação verticalizada do professor e das suas aulas expositivas tradicionais, apenas corroboram mais ainda para a ineficácia do ensino (SOUZA; SÍVERES, 2013).

É por isso que a função do professor do ensino superior não é apenas a simples apresentação de determinado conteúdo. Sua tarefa é mais ampla, e consiste também em preparar seus alunos para o exercício de uma profissão (MASETTO, 2003).

No entanto, o professor do Ensino Superior estará preparado para executar o processo ensino-aprendizagem quando apresentar pelo menos três competências específicas: 1) a competência técnica – que é o conhecimento da área que pretende lecionar; 2) a competência pedagógica – ter habilidades de tornar transmissíveis os saberes técnicos que possui; 3) e a competência política – ter a capacidade de fazer reflexão crítica. Ao adquiri-las, o docente terá aptidão para desenvolver três ações em sala de aula, a saber: 1) o preparo técnico-

profissional do aluno, 2) a promoção de sua emancipação política, 3) e o fomento à pesquisa (MASETTO, 2003).

Não cabe mais ao professor o trabalho de apenas transmitir informações ou conhecimentos, mas em apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, contextualizando-os e perspectivando-os de tal modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes (BORRALHO e FIALHO, 2012).

“ De acordo com Santos (2001), apesar de limitada por um programa, um conteúdo, um tempo predeterminado, normas internas e pela infraestrutura da instituição, é a interação entre professor e aluno que vai dirigir o processo educativo. ”

A docência não pode ser realizada por qualquer pessoa que tenha apenas domínio do conteúdo curricular da disciplina. O aluno, atualmente, espera do docente a capacidade de transformar o conteúdo em algo assimilável (MOURA, 2008).

Enquanto a função docente estiver confinada exclusivamente à competência

científica e não for dado o tempo, a importância e a dedicação exigida à dimensão didático-pedagógica, não será possível ter um ensino superior de qualidade (BORRALHO; FIALHO, 2012).

O aluno ao ingressar no Ensino Superior se depara com uma série de disciplinas e, nem sempre transitam por elas desfrutando o prazer de aprender. Em alguns casos, o conteúdo é estudado mais como uma forma de cumprir com as obrigações curriculares do que como instrumento necessário à formação e profissionalização (QUADROS; MORTIMER, 2014).

De acordo com Santos (2001), apesar de limitada por um programa, um conteúdo, um tempo predeterminado, normas internas e pela infraestrutura da instituição, é a interação entre professor e aluno que vai dirigir o processo educativo. Conforme a maneira pelo qual esta interação se dá, a aprendizagem do aluno pode ser mais ou menos facilitada e orientada para uma ou outra direção.

O discente espera dos professores uma atuação destacada, tendo-o como modelo profissional e do qual se espera a transmissão dos conhecimentos e métodos necessários para um destaque na sua futura atuação no mercado de trabalho. A maneira pela qual o professor planeja suas atividades de sala de aula é determinante para que o grupo de alunos de sua plateia reaja com maior ou menor interesse e contribui no modo como a aula transcorre (MAZZIONI, 2013).

Tradicionalmente o aluno é visto como mero espectador, na qual não pode expressar ideias e muito menos o pensamento crítico. O excesso de autoritarismo, a intransigência, o papel ditador, grosseria, humilhação,

falta de respeito e falta de ética do docente negativa o processo ensino-aprendizagem (SILVA; CAVALCANTE; XIMENES, 2005).

O bom relacionamento é fundamental. Ele torna-se mais completo quando existe diálogo, colaboração, participação, trabalhos e jogos em conjunto, desenvolvendo assim respeito mútuo (MACHADO, 2007; VASCONCELOS, 2000). Nesta perspectiva, o relacionamento entre professor e aluno deve ser de amizade, de troca, de solidariedade, enfim, não se concebe desenvolver qualquer tipo de aprendizagem, em um ambiente hostil (MIRANDA, 2008).

Por outro lado, muitos professores relatam perda de prestígio e respeito principalmente diante do mundo globalizado capitalista. São vistos pelos alunos, principalmente os das instituições privadas de ensino, como seu funcionário. Ele paga e pode exigir e determinar o professor que ele quer. Em contrapartida, professores ansiosos e inseguros pela ignorância e arrogância de alunos preferem manter um afastamento, utilizando práticas pedagógicas tradicionais, se achando o dono do saber, desprezando a construção do relacionamento com o aluno e criando um clima de medo em sala de aula (VASCONCELOS; AMORIM, 2007).

Embora a indisciplina, o desinteresse e o desrespeito dos alunos sejam fatores que, por si só contribuem para o mal-estar dos professores, quando associados ou relacionados ao não envolvimento e à falta de dedicação do professor aumentam ainda mais esse problema. A sua frustração cresce e há um decréscimo muito grande da sua autoimagem. É possível que por trás desses aspectos, "falta de educação" e desinteresse dos

alunos, a satisfação/insatisfação com o trabalho docente esteja intimamente relacionada com o resultado, positivo ou negativo, de sua mediação no processo ensino-aprendizagem (REBOLO; NOGUEIRA; SOARES, 2010).

Rebolo, Nogueira e Soares (2010) ainda informam que grande parte do alunado de hoje acaba por exigir do professor um esforço redobrado para que o programa e os conteúdos do ensino sejam cumpridos. No entanto, este não é o maior problema. Para os professores, o que mais incomoda nesta situação é a perspectiva de que será difícil concretizar os objetivos e as metas que tinham ao optarem pela docência, quais sejam: a de possibilitar a ascensão socioeconômica e uma melhoria na qualidade de vida dos alunos, e a de transformar o país através da educação.

Embora os professores ensinem a turmas/grupos, para Machado (2007) eles não podem esquecer as diferenças individuais, afinal são os indivíduos que

aprendem as situações vivenciadas em uma sala de aula, seja ela física ou virtual. As possibilidades de ação variam assim como a capacidade de aprender.

Santos (2011) completa que essas diferenças individuais devem ser respeitadas e a aprendizagem deve ser acompanhada de maneira mais individualizada e pessoal onde deverá visar objetivos realísticos. A aprendizagem de qualquer assunto requer uma continuidade ou sequencia lógica e psicológica. Deve ser acompanhada de feedback imediato e precisa estar embasada num bom relacionamento entre seus elementos: professor, alunos e colegas de turma.

Para o aprendizado do alunado, o professor é o elemento essencial, sendo sua função ensinar novas formas de leitura, permitindo-lhe também confirmar ou questionar as fontes e a veracidade ou qualidade de citações e, acima de tudo, da informação, passando a ser



intermediador, ajudando o aluno a analisar as fontes de informação que possuem melhor evidências sobre um determinado fato, não sendo apenas o transmissor de informação e sim um mediador do saber (CRUZ, 2008).

Mesmo após o término dos estudos, o aluno certamente se lembrará de algo que seu professor tenha lhe influenciado positivamente. De fato, a interação deve ser contínua e intensa para que isso aconteça. Mas, infelizmente, da mesma forma que há influência positiva, há a negativa, que por muitas vezes pode ser mais lembrada do que os bons fatos ocorridos (BACCARELLI, 2010).

É normal, na convivência humana, conflitos surgirem. A solução dos conflitos é que se torna importante. Como professores e líderes na relação pedagógica é necessária uma postura autocrítica para perceber que se um determinado tipo de conflito tem persistido ao longo do tempo na carreira docente, é necessário tratar a real causa fugindo das justificativas. O primeiro passo para a mudança é o reconhecimento da necessidade de mudar, e o segundo é a tomada de decisão de fazê-lo a despeito do outro ou das circunstâncias (VASCONCELOS; AMORIM, 2007).

Se o sucesso do ato de educar não é completo, nele está contemplado também o insucesso do professor. Assim sendo, o fracasso do ensinar, já tantas vezes apontado como uma das causas da evasão de alunos, se contínuo, pode ser também considerado uma das causas da evasão docente e falha no processo de ensino-aprendizagem (REBOLO; NOGUEIRA; SOARES, 2010).

Conclusão

A história da Educação Superior no Brasil é marcado pelo elitismo e pela exclusão, com implicações em nossa educação.

Foi somente no século XX, que surgiu no Brasil a primeira a Universidade de São Paulo, ressaltando o Brasil como o último país americano a criar uma Universidade.

Atualmente, o perfil do Ensino Superior Brasileiro é de predomínio da iniciativa privada, que representa 87,4% das Instituições de Ensino Superior. No censo de 2011 as 2.091 instituição do ES pertenciam ao sistema privado, e justificada pela criação de Programas Governamentais que estimularam o Ensino Privado.

Foi evidenciado que no ES os alunos trazem aptidões, gostos, saberes anteriores e,

sobretudo, um projeto de realização pessoal. E deparam com professores autoritários e tradicionais onde fazem da sala de aula um local regrado por ele e pelas normas da instituição, devendo ser acatadas passivamente, não havendo espaço para discussões, nem momento de esclarecimento de dúvidas, gerando situações problemáticas no processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, muitos professores encontram alunos sem motivação para aprender, desinteressados no conteúdo, e até mesmo com comportamentos agressivos.

Para que esses problemas possam diminuir na educação superior é preciso que o professor abrigue pelos menos três competências: a competência técnica; a competência pedagógica e a competência política. Além disso, é preciso diálogo, colaboração, participação, trabalhos e jogos em conjuntos e desenvolvimento do respeito mútuo para que possa ter um bom relacionamento entre integrantes e para tornar mais eficaz o processo ensino-aprendizagem.

Portanto a pesquisa procurou auxiliar professores e alunos na melhoria da relação afim de que, através delas, possam alcançar resultados mais positivos no processo ensino-aprendizagem. Conclui-se que a pesquisa realizada também auxilia pra elaboração de novas pesquisas com análises quantitativas.

Referências

BACCARELLI, M. T et al., Relacionamento Interpessoal professor-aluno na educação física. Revista Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Brasil, 2010.

BORRALHO, A. FIALHO, I. Aprendizagem no Ensino Superior: relações com a



prática docente universitária de Évoa. Centro de Investigação em Educação e Psicologia. Porto. 2012.

CRUZ, J. M. O. Processo de ensino aprendizagem na sociedade da informação. Revista Educação e Sociedade. Brasil, 2008.

HUMEREZ, D. C. de. JANKEVICIUS, J. V. Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil. UEL. Brasil, 2015.

MACHADO, K. O. A percepção do professor sobre as relações interpessoais no ensino da matemática. Brasil, 2007.

MARTINS, A. C.P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira. Brasil, 2002.

MASETTO, M. T. Competência Pedagógica do professor universitário. Summus, Brasil, 2003.

MAZZIONI, S. As estratégias atualizadas no processo de ensino-aprendizagem: correções de alunos e professores de ciências contábeis. Rev. Eletrônica de Administração e Turismo. Brasil, 2013.

MELO, A.L.de; SANTOS, E.J.R. dos.; ANDRADE, G.P. de. Ensino Superior

no Brasil: do etilismo colonial ao autoritarismo militar. Trabalho de conclusão de curso. UFA.Brasil, 2008.

MIRANDA, Elis D. S. A influência da relação professor-aluno para processo de ensino aprendizagem no contexto afetividade. FAFIUV, Brasil, 2008.

MOURA, A. B. F. O professor de direito: em busca da profissionalidade docente. Scientia et Spes. ICF, Brasil, 2009.

QUADROS, S.A.L.; MORTIMER, E.F. Fatores que toram o professor do ensino superior bem sucedido: analisando um caso. Ciência e Educação. Brasil, 2014.

REBOLO, F.; NOGUEIRA, E.J.; SOARES, M.L.A. As entrelinhas da relação professor-aluno: notas para se pensar o bem-estar e o mal-estar docente na contemporaneidade. Serie Estudos. Brasil, 2010.

RISTOFF, D. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. Caderno do GEA, Brasil, 2013.

SANTOS, A.P. dos.; CERQUEIRA, E. A, de. Ensino Superior: trajetórias históricas e políticas recentes. Brasil, 2009.

SANTOS, Sandra Carvalho dos. O processo de ensino aprendizagem e a relação professor aluno: aplicação dos sete princípios para boa prática na educação de ensino superior. Caderno de pesquisa em administração. Brasil, 2011.

SEVERINO, A.J. Expansão do Ensino Superior: contexto, desafios, possibilidades. Revista Avaliações. vol.14, nº 02, Brasil, 2009.

SILVA, A.A.: CAVALCANTE. K. M. H.: XIMENES, L. B.X. Relacionamento professor-aluno na graduação de enfermagem: visão do discente. RENE. Brasil. 2005.

SOUZA, I.C.A.R.; SÍVERE, L. A importância da interação social entre professor- aluno no processo ensino e aprendizagem. Dissertação. UCB. Brasil, 2013.

VASCONCELOS, M. L. M. C. Formação do professor do ensino superior. Brasil, 2000.

VASCONCELOS, M. C.; AMORIM, D. C. G. A docência no Ensino Superior na reflexão sobre a relação pedagógica. Trabalho de conclusão de curso. UNESP. Brasil, 200



Mahysa Bona de Carvalho é graduada do curso de fisioterapia pela Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – NOVA-FAPI



Maria Auxiliadora Cruz é graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia; Especialista em Docência Superior pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba.



Ceciane Portela Sousa é graduada em bacharelado em contabilidade pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Paraíba; Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas e Doutora em Ciências Empresarias pela Universidade Del Museo Social Argentino

Relación profesor-alumno en el proceso enseñanza – aprendizaje en docencia superior

Por Mahysa Bona de Carvalho, Maria Auxiliadora Cruz e Ceciane Portela Sousa

1 Introducción

El aula es un espacio de formación humana, de vivencias y convivencias de relaciones pedagógicas que se destinan: al crecimiento individual y de la interacción con el otro y con el conocimiento. Es un espacio constituido por la diversidad y heterogeneidad de ideas, valores y creencias de los alumnos y profesores.

El papel del profesor en el proceso de enseñanza aprendizaje es de suma importancia, una vez que él es el agente responsable por la mediación alumno-conocimiento. Este profesional debe ser un agente facilitador del conocimiento, un orientador, un educador, una persona accesible a los alumnos siendo responsable en extraer dudas.

Comparando los docentes en el ámbito básico con los de la educación superior se observa el siguiente: los profesores del ámbito escolar buscan factores que envuelven el compromiso con la didáctica del ensino, las dificultades, las deficiencias y el comportamiento de sus alumnos, buscan comprender y cuestionar las carencias de la educación y presentan una relación próxima con sus alumnos. Ya en la Enseñanza Superior esos profesionales comprenden tres competencias: la preparación técnico-profesional; la promoción de su emancipación política y el estímulo a la investigación.

En la Educación Básica la relación afectiva de los docentes con los alumnos se centra en ellos. Ya los profesores de la Educación Superior pasan gradualmente a centrar su trabajo apenas en el contenido. Lo que produce un distanciamiento en la relación afectiva con sus discentes.

Esa relación afectiva del profesor – alumno es un factor fundamental en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Ese factor se manifiesta en actitud de la mediación pedagógica, en la actitud de compañerismo y corresponsabilidad por el proceso de aprendizaje alumno y profesor y en la aceptación de una relación entre adultos.

Sin duda es una relación de las más difíciles por ser ejercida en nuestra sociedad, es primeramente una relación asimétrica, en la que la tendencia espontánea del profesor es pensar que el alumno no tiene conocimiento, que aprender es pasar de la ignorancia al saber, y que el conocimiento está en el poder del maestro.

Cuando se habla que la relación suele ser muchas veces una relación de distanciamiento, se vuelve importante entender factores responsables para una buena relación y corresponderlos con un aprendizaje efectivo. ¿Pero cómo una relación profesor-alumno puede influenciar en la mejoría del proceso enseñanza-aprendizaje?

Partiendo de lo expuesto arriba y con la intención de auxiliar y llamar la atención de los docentes de la Educación superior, el presente estudio tuvo como objetivo general analizar la influencia de la cualidad de relación interpersonal profesor-alumno en la eficacia del proceso enseñanza-aprendizaje en la Educación Superior. Y como objetivos específicos: conocer la evolución de la Educación Superior en Brasil; discutir los factores problemáticos de la relación profesor-alumno en la Educación Superior; y analizar la influencia de la cualidad de la relación interpersonal profesor-alumno en la mejoría del proceso enseñanza-aprendizaje.

Por tanto el estudio fue de abordaje cualitativo de carácter descriptivo y analítico, a través de una revisión de la literatura, por medio de consultas en la base de datos de la ScientificElectronic Library Online (SCIELO) y Google Académico, como también de acervo de libros, documentos, disertaciones del propio investigador y de la biblioteca del Centro de Enseñanza Unificado de Teresina - Facultad CEUT por las palabras: relación profesor-alumno; proceso de enseñanza-aprendizaje y educación superior, delimitadas para el periodo de 2001 a 2015 en el idioma español.

2 La Educación Superior en Brasil

Las Instituciones de la Educación Superior (IES) son escuelas multidisciplinares con formación profesional del nivel superior, de Investigaciones, de Extensión y de dominio y cultivo del saber humano. Son responsables por la producción, preservación y transmisión de los conocimientos culturales, científicos y tecnológicos adquiridos por la humanidad en su evolución cultural (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Moura (2009) afirma que la Educación Superior tiene la finalidad de formar profesionales para las más variadas áreas del conocimiento y que se presenta en cuatro modalidades: 1) Cursos secuenciales; 2) Graduación, que envuelve los licenciados, la licenciatura y los cursos superiores de tecnología; 3) Posgrado, que puede ser tanto stricto sensu, Maestría o Doctorado, o lato sensu, especialización o perfeccionamiento; e 4) Cursos de extensión.

De acuerdo con Martins (2002), en el periodo colonial Brasil no tenía permiso para la Educación Superior debido al



pragmatismo portugués. Y Humerez y Jankevicius (2015) afirmaron que quien poseía ese tipo de educación o era extranjero o era miembro de familias ricas brasileñas, enviado para una educación en otros países, principalmente Portugal.

La primera experiencia de la Educación Superior en Brasil ocurrió con el surgimiento de la primera universidad: la Universidad de Coimbra. En ella se graduaban en Teología, Derecho Canónico, Derecho Civil, Medicina y Filosofía (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Para Martins (2002) la formación del núcleo de la educación Superior sólo tuvo inicio con la llegada de la familia real portuguesa a Brasil en 1808, y su desenvolvimiento tardío se centró en la formación profesional con el control del Estado. El modelo adoptado combinó el pragmatismo de la reforma pombalina y el modelo napoleónico que contemplaba el divorcio entre la enseñanza y la investigación científica.

Mismo con muchas dificultades, Brasil consiguió, durante el siglo XIX, implantar poco más de 10 facultades. Y al final mismo siglo existían 24 establecimientos de la Educación superior en Brasil con cerca de 10.000 estudiantes (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015 e MARTINS, 2002).

Con la Constitución de la República en 1891, la iniciativa privada creó sus propios establecimientos de Educación Superior. Esas instituciones surgieron de la iniciativa de las elites locales y confesionales católicas. El sistema educacional paulista representó la primera gran ruptura con el modelo de escuelas sometidas al control del gobierno central con la creación de carreras de Ingeniería Civil, Eléctrica y Mecánica de la actual Universidad Mackenzie. En los 30 años siguientes, el sistema educacional pasó de 24 escuelas aisladas a 133 (MARTINS, 2002).

En el siglo XX, el debate sobre la creación de la Educación Superior no se restringía más a una cuestión estrictamente política, sino al concepto de universidad y sus funciones en la sociedad. De acuerdo con Humerez y Jankevicius (2015), la primera Universidad Brasileña moderna creada en base trípode Enseñanza-Investigación-Extensión fue la Universidad de San Paulo – USP en 1934. Se resalta que, sin duda, Brasil fue el último país americano a crear una Universidad.

Según Humerez y Jankevicius (2015), fue aun en el siglo XX con la unión de algunas Facultades aisladas, que surgieron las Universidades brasileñas, a citar: la Universidad de Amazonia-Manaus, la Universidad Federal del Paraná-Curitiba y a Universidad Federal

de Rio de Janeiro. En 1951, es creado el Consejo Nacional de Pesquisa – CNPq con el papel de coordinar el desarrollo científico y tecnológico del país, y la Coordinación de perfeccionamiento de Personal del Nivel Superior – CAPES, encargada de la formación de docentes e investigadores. En 1961 fue creada la segunda Universidad moderna en Brasil, la Universidad de Brasilia – UNB.

A partir del final del siglo XX se observó una reducción progresiva de la demanda de la Educación Superior debido a la retención y evasión de alumnos de secundaria, de la inadecuación de las universidades a las nuevas exigencias del mercado y de la frustración de las expectativas de la clientela en potencial (MARTINS, 2002).

En 2009 constaba en Brasil 2.281 Instituciones de la Educación Superior (IES), de las cuales 183 eran universidades, 120 centros universitarios y 1.978 facultades aisladas, desdobladas en tres grandes segmentos: el de la enseñanza presencial, la enseñanza técnica y la de la enseñanza a distancia. De acuerdo con Humerez y Jankevicius (2015), el perfil de la Enseñanza Superior Brasileña es de predominio de la iniciativa privada, lo cual representa 87,4% de las Instituciones de la Enseñanza Superior. Seguramente, Brasil es un país que

presenta la mayor privatización de la Enseñanza Superior de las Américas.

En 2001, el censo de la Enseñanza Superior registró 2.365 IES. De las cuales 274 eran públicas (103 federales, 100 estatales y 71 municipales). Las demás 2.091 pertenecen al sistema privado, representando 88% del total (RISTOFF, 2013).

Según Borralho y Fialho (2012) las universidades han experimentado grandes alteraciones en los últimos veinticinco años debido a la fuerza de los cambios sociales y económicos, creando presiones y tensiones que no ocurría en el pasado de manera evidente. La masificación, la heterogeneidad de la población estudiantil, las nuevas culturas de calidad, los cambios en el mundo productivo y del trabajo, la internacionalización de la enseñanza superior, las nuevas orientaciones para la formación, la reducción de capital, son algunos de los factores que ha repercutido en la forma como las instituciones de la Enseñanza Superior organizan sus recursos y establecen la oferta de formación.

3 La influencia de la calidad interpersonal profesor-alumno en la eficacia del proceso enseñanza – aprendizaje

De acuerdo con Santos (2011), el proceso de enseñar y aprender está compuesto de cuatro elementos: el profesor, el alumno, el contenido y las variables ambientales donde cada uno ejerce más o menos influencia dependiendo de la forma de la cual vinculan en cierto contexto, y todavía basado en las diferentes interacciones entre ellos y lo que se debe ser el cerne del proceso de la mejoría en la cualidad de la enseñanza de IES.

En aula la dimensión de la enseñanza y del aprendizaje es señalada por un especial tipo de relación, que involucra el profesor y el alumno en la mediación y la apropiación del conocimiento. Cabe a los dos polos, determinar el clima de esta relación. Sin embargo, cada uno desempeña un papel diferente en el aula, y el profesor debe tomar la mayoría de las iniciativas, dando inicio a establecer la relación (Miranda, 2008; SANTOS, 2011). Para Machado (2007), es esencial la existencia de una relación sana entre lo que aprende y al otro que enseña, por lo tanto en realidad un ayuda al otro. Aquella educación opresora, alienante, descontextualizada de la enseñanza, bajo el dominio de la relación vertical del profesor y de sus clases explicativas tradicionales, que sólo colaboran más aun para la ineficiencia de la enseñanza (SOUZA; SÍVERES2013).

Es por eso que la función del profesor de la enseñanza superior no es solo una simple presentación de determinado contenido. Su tarea es más amplia, y consiste también en preparar a sus alumnos para el ejercicio de una profesión (MASETTO, 2003).

Mientras tanto, el profesor de la Enseñanza Superior estará preparado para ejecutar el proceso enseñanza - aprendizaje cuando presentar al menos tres competencias específicas:1) la competencia técnica - que es el conocimiento de la zona que pretende enseñar;2) la competencia pedagógica - de tener habilidades de tornar transmisibles los saberes técnicos a quienes posee;3) y la competencia política - de tener la capacidad de hacer una reflexión crítica. Al adquirirlas, el profesor tendrá aptitud para desenvolver tres acciones en aula. 1) el preparo técnico-profesional del alumno, 2) el ascenso de su emancipación política3) y la fomentación para la investigación (MASETTO2003).

No corresponde al profesor el trabajo de apenas transmitir la información o los conocimientos, pero en presentar bajo la forma de problemas a solucionar, contextualizando lo y creando perspectivas de tal modo que el alumno pueda establecer la conexión entre su solución y otras interrogaciones más vasta. (BORRALHO e FIALHO, 2012).

La enseñanza no puede ser realizada por cualquier persona que sólo tiene dominio del contenido curricular de la asignatura. El alumno, ahora, espera del profesor la capacidad de transformar el contenido en algo asimilable (MOURA, 2008).

Mientras la función educativa esté limitada exclusivamente a la competencia científica y no dé el tiempo, la importancia y la dedicación exigida que la dimensión didáctico-pedagógica, no será posible tener una calidad en la enseñanza superior (BORRALHO; FIALHO, 2012).

El alumno al entrar en la Enseñanza Superior encuentra a una serie de asignaturas y, ni siempre se mueve por ellas disfrutando el placer de aprender. En algunos casos, el contenido es estudiado más como una forma de cumplir con las obligaciones curriculares que como instrumento necesario para la formación y profesionalización (QUADROS; MORTIMER, 2014).

De acuerdo con Santos (2001), a pesar de limitada por un programa, un contenido, un tiempo predeterminado, normas internas y por la infraestructura



de la institución, es la interacción entre el profesor y alumno que impulsará el proceso educativo. De acuerdo con la manera por la cual esta interacción se da, el aprendizaje para el alumno puede ser más o menos facilitado y orientado para una otra dirección.

El alumno espera de los profesores una actuación destacada, tomando como modelo profesional de lo cual se espera una transmisión de conocimientos y métodos necesarios para una futura actuación en el mercado laboral. La manera por la cual el profesor planea sus actividades de aula es determinante para que el grupo de alumnos de su entorno reaccione con mayor o menor interés y contribuye en la manera que el aula transcurre. (MAZZIONI, 2013).

Tradicionalmente el alumno es visto como simple espectador, por lo cual no puede expresar las ideas y mucho menos la idea crítica. El exceso del autoritarismo, la intransigencia, el papel de dictador, la rudeza, la humillación, falta de respeto y falta de ética del profesores negativa al proceso enseñanza-aprendizaje (SILVA; CAVALCANTE; XIMENES, 2005).

El buen relacionamiento es fundamental. Él se vuelve más completo cuando hay diálogo, colaboración, participación, trabajos y juegos en conjunto, desarrollando así respeto mutuo (MACHADO, 2007; VASCONCELOS, 2000). En esta perspectiva, la relación entre profesor y alumno debe ser de amistad, de cambio, de solidaridad, definitivamente, uno no concibe para desarrollar cualquier tipo de aprendizaje en una atmósfera hostil (Miranda 2008). Por otro lado, muchos profesores relatan la pérdida de prestigio y respecto principalmente ante el mundo globalizado capitalista. Son vistos por los alumnos, principalmente los de las instituciones privadas de la enseñanza, como su empleado. Él paga y puede exigir y determinar al profesor lo que quiera. En contraste, los profesores preocupados e inseguros de la ignorancia y arrogancia de sus alumnos prefieren mantener una distancia, usando prácticas pedagógicas tradicionales, se creyendo el propietario de los conocimientos, despreciando la construcción de la relación con el alumno y creando un ambiente de miedo en aula. (VASCONCELOS; AMORIM, 2007).

Aunque la falta de disciplina, la indiferencia y la falta de respeto de los alumnos son los factores que, sólo aportan a la indisposición de los profesores, cuando asociados o relacionados al no involucramiento y a la falta de dedicación

del profesor a quien todavía incrementan más ese problema. Su frustración crece y hay un decrecimiento muy grande de su autoimagen. Es posible que por detrás de esos aspectos, "la falta de educación" y desinterese de los alumnos, la satisfacción / insatisfacción con el trabajo educativo están íntimamente relacionadas con el resultado, positivo o negativo, de su mediación en el proceso enseñanza-aprendizaje. (REBOLO; NOGUEIRA; SOARES, 2010).

Rebolo, Nogueira y Soares (2010) todavía informan que esa gran parte del alumnado de hoy exige del profesor un esfuerzo redoblado para que el programa y los contenidos de la enseñanza se puedan cumplir. Sin embargo, éste no es el mayor problema. Para los profesores, lo que más incómoda en esta situación es la perspectiva de que será difícil concretizar los objetivos y las metas que tenían al optar por la enseñanza, independiente de cuáles sean: posibilidad a la ascensión socioeconómica y una mejora en la calidad de la vida de los alumnos, y la de transformar el país a través de la educación.

Aunque los profesores enseñan a clases/grupos para Machado (2007) ellos no pueden olvidar las diferencias individuales, al final son individuos que aprenden con las situaciones vivenciales en un aula, sea ella física o virtual. Las posibilidades de acción varían así como la capacidad de aprender.

Santos (2011) completa que esas diferencias individuales deben ser respetadas y el aprendizaje debe ser acompañado de la manera más individualizada y personal donde deberá alcanzar a objetivos realistas. El aprendizaje de cualquier tema requiere una continuidad o secuencia lógica y psicológica. Debe ser acompañado de feedback inmediato y precisa estar basado en una buena relación entre sus elementos: profesor, alumnos y compañeros de clase.

El profesor es el elemento esencial para el aprendizaje del alumno, siendo su función enseñar nuevas formas de lectura, permitiéndole también confirmar o cuestionar las fuentes y la veracidad o calidad de las referencias y, sobre todo, de la información, convirtiéndose en intermediario, a al alumno a analizar las fuentes de información que poseen mejores evidencias sobre un determinado hecho, no siendo apenas el transmisor de información, y sino un mediador del saber (CRUZ, 2008).

Después de terminar los estudios, el alumno seguramente recordará algo que su profesor le haya influenciado positivamente. De hecho, la interacción debe ser continua e intensa para que eso ocurra. Pero, infelizmente, de la misma manera que hay influencia positiva, hay negativa, que muchas veces puede que sea más recordada que los buenos hechos ocurridos (BACCARELLI, 2010).

Es normal, en la convivencia humana, que surjan conflictos. La solución de los conflictos es que se torna importante. Como profesores y líderes en la relación pedagógica es necesaria una postura autocrítica para percibir que si un determinado tipo de conflicto ha persistido a lo largo del tiempo en la carrera docente, es necesario tratar la causa real escapando de las justificaciones. El primer paso para el cambio es el reconocimiento de la necesidad de cambiar, y el segundo es la toma de decisión de hacerlo a pesar de los demás o de las circunstancias (VASCONCELOS; AMORIM, 2007).

Si el éxito de la acción de educar no es completo, en él está contemplado también el fracaso del profesor. Así siendo, el fracaso de enseñar, ya tantas veces apuntado como una de las causas de evasión de los alumnos, si es continuo, puede ser también considerado una de las causas de la evasión docente y fallo en el proceso de enseñanza-aprendizaje (REBOLO; NOGUEIRA; SOARES, 2010).

4 Conclusión

La historia de la Educación Superior en Brasil está marcada por lo elitismo y por la exclusión, con implicaciones en nuestra educación.

Fue solamente en el siglo XX, que surgió en Brasil la primera Universidad de São Paulo, resaltando a Brasil como el último país americano a crear una Universidad. Actualmente, el perfil de Enseñanza Superior Brasileña es de predominio de la iniciativa privada, que representa 87,4% de las Instituciones de Educación Superior. En el censo educacional de 2011, las 2.091 instituciones de la enseñanza superior pertenecían al sistema privado, y justificada por la creación de Programas Gubernamentales que estimularan la Enseñanza Privada.

Fue demostrado que en la enseñanza superior los alumnos poseen aptitudes, gustos, conocimientos anteriores y, sobretudo, un proyecto de realización personal. Además se encuentran con

profesores autoritarios y tradicionales que hacen del aula un local pautado por ellos y por las normas de la institución, debiendo ser aceptadas pasivamente, no teniendo espacio para discusiones, ni momento de esclarecimiento de dudas, generando situaciones problemáticas en el proceso de enseñanza-aprendizaje.

Por otra parte, muchos profesores encuentran alumnos sin motivación para aprender, desinteresados en el contenido e incluso con comportamiento Para que esos problemas puedan disminuir en la educación superior se hace preciso necesario que el profesor tenga por lo menos tres competencias: la competencia técnica; la competencia pedagógica y la competencia política. Además, es necesario el diálogo, la colaboración, la participación, los trabajos y juegos en simultáneo, y el desarrollo del respeto mutuo con el propósito de haber buena relación entre los miembros integrantes y tornar más eficaz el proceso enseñanza-aprendizaje. Por lo tanto, la investigación trató de

ayudar a profesores y alumnos en la mejoría de la relación para que, a través de ella, puedan alcanzar resultados más positivos en el proceso enseñanza-aprendizaje. Se concluye que la investigación realizada también puede ayudar a la elaboración de nuevas investigaciones con análisis cuantitativas.

REFERENCIAS

BACCARELLI, M. Tet al., La relación Interpersonal profesor-alumno en la educación física. Revista Facultad de Educación Física da UNICAMP. Brasil, 2010.

BORRALHO, A. FIALHO, I. Aprendizaje en la Enseñanza Superior: relaciones con la práctica docente universitaria de Évoa. Centro de Investigación en Educación y Psicología. Porto. 2012.

CRUZ, J. M. O. Proceso de enseñanza aprendizaje en la sociedad de la información. Revista Educación y Sociedad. Brasil, 2008.

HUMEREZ, D. C de. JANKEVICIUS, J. V. Evolución Histórica de la Enseñanza Superior en Brasil. UEL. Brasil, 2015.

MACHADO, K. O. La percepción del profesor sobre las relaciones interpersonales en la enseñanza de las matemáticas. Brasil, 2007.

MARTINS, A. C.P. Enseñanza Superior en Brasil: del descubrimiento hasta los días actuales. Acta Quirúrgica Brasileña. Brasil, 2002.

MASETTO, M. T. Competencia Pedagógica del profesor universitario. Summus, Brasil, 2003.

MAZZIONI, S. Las estrategias actualizadas en el proceso de enseñanza-aprendizaje: correcciones de alumnos y profesores de ciencias contables. Rev. Electrónica de Administración y Turismo. Brasil, 2013.

MIRANDA, Elis D. S. La influencia de la relación profesor-alumno para proceso de enseñanza aprendizaje en el contexto afectividad. FAFIUV, Brasil, 2008.

MOURA, A. B. F. El profesor de derecho: en la búsqueda de la profesionalidad docente. ScientiaetSpes. ICF, Brasil, 2009.

QUADROS, S.A.L.; MORTIMER, E.F. Factores que tornan el profesor de la enseñanza superior exitoso: analizando un caso. Cienciay Educación. Brasil, 2014.

REBOLO, F.; NOGUEIRA, E.J.; SOARES, M.L.A. Las entrelíneas de la relación profesor-alumno: notas para se pensar el bien-estar y el mal-estar docente en la contemporaneidad. Serie Estudios. Brasil, 2010.

RISTOFF, D. Veintiun años de educación superior: expansión y democratización. Cuaderno do GEA, Brasil, 2013.

SANTOS, Sandra Carvalho dos. El proceso de enseñanza aprendizaje y la relación profesor alumno: aplicación de los siete principios para buena práctica en la educación de enseñanza superior. Cuaderno de pesquisa en administración. Brasil, 2011.

SILVA, A.A.: CAVALCANTE. K. M. H.: XIMENES, L. B.X. Relación profesor-alumno en la graduación de enfermería: visión del discente. RENE. Brasil. 2005.



Da utilidade do estudo de teoria para os profissionais da contabilidade

Por Sérgio de Iudicibus

INTRODUÇÃO

Teorias, imagino que seja útil para os profissionais da contabilidade se, de fato, após a estudarem, acabem tornando-se melhores profissionais. Capazes de entender por que a contabilidade é como é, na prática, e se essa prática (normas) não poderia ser aperfeiçoada. Nos meus cursos de teoria, que ministro há mais de 40 anos em mestrados e doutorados, sempre afirmo na primeira aula de apresentação que, se após terminar o curso os alunos (maior parte já profissionais) não se sentirem mais aptos a entender os princípios e as normas, se não se tornarem melhores praticantes, muito pouco terá adiantado o curso. Por isso que um curso de teoria, em qualquer nível, tem que ser sempre ilustrado com exemplos de situações práticas que os auditores, controladores, contadores de custo, diretores financeiros e outros especialistas da contabilidade enfrentam na prática. Para isso, em primeiro lugar, as definições básicas têm que ser muito bem evidenciadas. Vejam, como exemplo, a definição de ativo! Tem que se separar muito bem o agente dos benefícios gerados pelo mesmo. O ativo de verdade são os benefícios, para efeito de avaliação. No plano de contas, pode constar o ativo veículos, por exemplo, mas o seu valor, pelo menos

conceitualmente, deveria ser o valor presente dos benefícios gerados pelo uso do veículo e não, propriamente, quanto custou o veículo! Isso não é seguido na prática, mas o profissional tem que ter sempre em mente e entender a conceituação correta subjacente. Da mesma forma, a propriedade não é mais o atributo principal de um ativo, mas sim sua controlabilidade. Só assim poderemos entender a contabilização de

leases, hoje, pela nova normatização, até as operacionais, a partir de poucos meses.

De resto, para os não praticantes, certas aulas sobre teoria podem parecer algo complexas demais, principalmente as de alguns mestres, quase um exercício à procura de frases elegantes, nem sempre ilustradas por exemplos. Essa forma de atuação, principalmente em cursos de graduação, não desperta o interesse dos alunos, pois não liga a teoria à prática e ao mundo real. Ainda assim, é preciso reconhecer que teoria é algo complexo e, por isso, textos mais avançados para cursos de mestrado e doutorado possam e devam ser mais difíceis para o cidadão comum entender. Se com essa complexidade de linguagem ainda se conseguir melhorar a explicação das



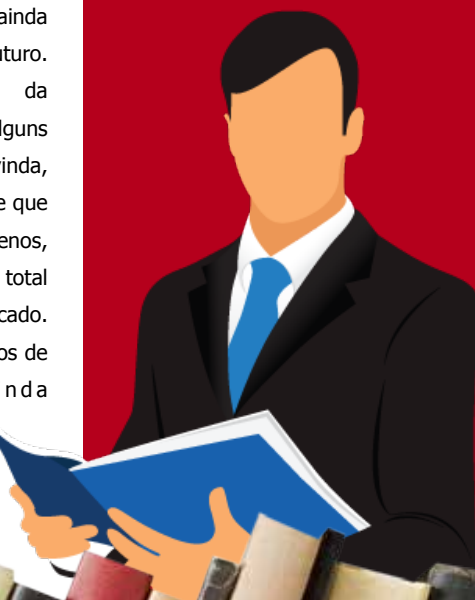
relações entre postulados, princípios e normas, terá valido a pena.

II-perspectivas evolutivas da teoria e da contabilidade

Em grande percentagem dependem do que a sociedade solicitar dos contadores! Não adianta muito ficar oraculando sobre o que vai acontecer com nossa teoria e também com a prática, a não ser que possamos conseguir prever a evolução da sociedade, em sentido amplo, e suas demandas contábeis. É possível que a contabilidade, como a conhecemos hoje, venha a se transformar bastante, ou, se não conseguirmos enfrentar e satisfazer as novas demandas, a ser substituída por outra forma de conhecimento! Não acho que, atualmente, estejamos sendo tão úteis, quanto apregoamos, à sociedade! Basta analisar os não tão longínquos escândalos contábeis, a total inexistência de contadores, no Brasil, no estudo e debate dos grandes problemas econômicos do país, embora deva se reconhecer que a adoção das normas internacionais tem sido um sucesso e cujos reflexos positivos ainda vão aparecer mais claramente no futuro. Entretanto, está claro que, apesar da introdução do valor justo para alguns ativos e passivos, introdução bem vinda, ainda é muito pouco para afirmar-se que a contabilidade, a regulatória pelo menos, esteja indo na direção da avaliação total de ativos e passivos a valor de mercado. A qualidade média dos nossos cursos de graduação em contabilidade ainda deixa algo a desejar, diga-se de passagem, embora tenha havido progressos nos últimos 20 anos.

Qualquer que seja o futuro da teoria e da contabilidade, no que se refere à avaliação, ela não poderá seguir as flutuações de mercado que ocorrem todo dia. A sociedade exige algo mais permanente, que indique tendências, mais do que correr atrás de variações de curtíssimo prazo. Tradicionalmente, a contabilidade tem sido mais reativa do

“As estruturas de valores de saída e de entrada beneficiam análises em situações peculiares e é bom que o sistema contábil esteja preparado para compará-las.”



que proativa. Se quisermos nos adiantar, teremos que nos referenciar, muito mais do que agora, à economia, às finanças e a outros campos do conhecimento.

III-E essa teoria positiva?

Os sinais que a gente pode extrair das pesquisas de teoria positiva são que algumas das variáveis que melhor preconizam valores de mercado (modelo de Ohlson) não são variáveis independentes de mercado mas sim baseadas em valores históricos extraídos dos livros e registros contábeis. Alguns não aceitam tal evidência, dizendo que o modelo de Ohlson é parcial e funciona em certos contextos, mas o fato é que não se pode esquecer a realidade das pesquisas. Significaria isso que os custos históricos ou a contabilidade a valores históricos seria o único ou mesmo o melhor sistema de avaliação a valores de entrada? Não cremos que seja possível inferir isso! De forma alguma!! Como afirma o prof. Carvalho, um bom valor justo é o melhor produtor de fluxos de caixa futuros. Eu adicionaria um bom valor justo a valores de entrada, na maioria dos casos.

As estruturas de valores de saída e de entrada beneficiam análises em situações peculiares e é bom que o sistema contábil esteja preparado para compará-las. O ideal, todavia, seria um sistema de mensuração em moeda estável pois, mesmo o mais sofisticado método de correção monetária integral, é (era) aplicado quando o problema (dano) já ocorrera.

Se quisermos nos adiantar (proativos) creio que a pesquisa sobre ativos intangíveis criados internamente deveria ser intensificada, mas de forma gradual, não se pretendendo, enquanto as formas de mensuração não se tornarem mais objetivas, ou menos subjetivas, que as elucubrações resultantes fossem, de partida, registradas pela contabilidade. Tem que ser um avanço seguro, iniciando-se com relatórios suplementares e progredindo aos poucos, com segurança. Neste aspecto, é lamentável que no Brasil não se estudem as lições dos mestres nórdicos, que se especializaram em capital intelectual, que evidenciam de forma interessante, embora muito subjetiva, as distribuições do CI entre capital humano e outros itens do ativo intelectual. Esta forma de detalhar, no fundo, na ajuda a descrever melhor as causas do goodwill, embora, no fim, sempre sobre um pedaço inexplicado do mesmo.

IV - Rumo a uma utopia?

Os sistemas computadorizados de informação contábil, como os conhecemos hoje, são muito complexos e caros (e não são instantâneos). Precisaríamos, como teóricos, junto com os praticantes, imaginar um sistema para balanços e relatórios contábeis absolutamente instantâneos. Com a evolução da tecnologia isso seria possível. Em cada empresa, como imaginei em artigo de 1962, deveria aparecer, na sala principal, o balanço instantâneo, alterando-se continuamente. Seria, imagino, a valores de mercado. Restariam apenas alguns ajustes de final de período,

Deveríamos, como teóricos, abandonar, de vez, a complexidade e o gongorismo de nossos raciocínios simplesmente fantasmagóricos e derivantes de alucinações opióides e, quem sabe, voltar um pouco, na ênfase, à época

“As estruturas de valores de saída e de entrada beneficiam análises em situações peculiares e é bom que o sistema contábil esteja preparado para compará-las.”

dos balanços e relatórios sucessivos, agora a valores de mercado. Pode parecer absurdo, mas, o que atrasou a contabilidade, no sentido da avaliação, foi a invenção das partidas dobradas. Foi muito importante como sistematização de lançamentos, genial até, mas contribuiu para a prevalência dos custos históricos, desviando-nos dos valores de mercado.

É claro que não teria sido impossível conviver com custos correntes e, ao mesmo tempo, na parte sistêmica, com as partidas dobradas. (Nem se está, aqui, preconizando o fim das partidas dobradas!). Enfim, a avaliação total a valores de mercado, prevalentemente de entrada, (reposição) na empresa em continuidade segue a máxima do prof. Carvalho: accounting follows economics. Além disso, todavia, não se pode relegar os outros usuários da informação contábil, (além dos principais que são, é claro, os fornecedores de recursos, segundo IASB e FASB), a um papel absolutamente secundário, diríamos quase nulo. A contabilidade, hoje em dia, tem responsabilidades sociais, ambientais e de sustentabilidade, além de para com o governo, a sociedade em geral e os trabalhadores, dentro de cada empresa.

Assim, uma generalização do accounting follows economics, seria accounting follows society.

Por fim, a teoria é como a estrela que guiava os antigos navegadores a se aventurarem na imensa escuridão dos mares bravios, na falta de bússola. A teoria é a estrela que nos guia nos eventos contábeis mais complexos, para sua solução, mesmo na ausência de normas específicas a respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE SUPORTE

DE IUDICIBUS, Sergio ; LOPES ,A. Teoria Avançada da Contabilidade. Ed. Atlas, 2004, São Paulo

SCOTT ,William. Financial Accounting Theory. Prentice Hall ,2009 ,USA

RIABI-BALKAOUI, Ahmed. Accounting Theory . South-Western ,5th Edition 2004, UK /USA



Sérgio de Iudicibus é doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Atualmente é cargo eletivo da Fundação Inst. Pesq. Atuariais e Financeiras e professor de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: custos, teoria da contabilidade, contabilidade gerencial, análise de balanços.



Clovis Balbute Peres

Por Maristela Giroto

ABRACICON - Você tomou posse, no dia 15 de março de 2016, em Brasília, como membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), passando a ocupar a cátedra 80, cujo patrono é Werno Herckert. O que significa, para você, ser membro da Abracicon?

“ Junto aos universitários, criei um programa de formação e prática contábil e fiscal (NAF) que se tornou internacional. ”

Clovis Balbute Peres - Tenho atuado na valorização da classe contábil por diversos meios. Junto aos universitários, criei um programa de formação e prática contábil e fiscal (NAF) que se tornou internacional. Junto aos Contadores, tenho procurado criar uma ponte entre os profissionais e o fisco federal, ouvindo e atuando em diferentes frentes, em especial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Nesse contexto, a minha entrada para a Academia Brasileira de Ciências Contábeis foi, a um tempo, motivo de alegria e orgulho. Alegria por ter o trabalho de valorização dos Contadores, que venho desempenhando por meio de medidas concretas, reconhecido. Orgulho por poder compartilhar espaço e conhecimentos com um grupo tão seletivo de acadêmicos. Orgulho de poder substituir o professor Werno Herckert em sua cátedra de número 80. O Dr. Werno Herckert foi um brilhante Contador gaúcho que atuou nas áreas da Contabilidade

Ambiental e do Neopatrimonialismo dentre outras. Sentar à sua cátedra, como membro da Abracicon, me lembra da responsabilidade de fazer avançar seu legado e o conhecimento da Contabilidade.

ABRACICON - Qual a sua opinião sobre a importância da Academia de Ciências Contábeis para o fortalecimento dessa ciência no Brasil?

Clovis Balbute Peres - Não há verdadeira ciência em um país sem a presença de uma academia forte, pois é ela que congrega e dirige os olhares dos que praticam a atividade científica.

A Academia é ímpar na persecução desse mister: avançar no conhecimento Contábil científico. Discutir as novas ideias: impactos das IFRS, inovações na educação, implantação de novas tecnologias, busca e aperfeiçoamento de teorias contábeis, etc.

Se a labuta do dia a dia dos contadores fornece os insumos práticos, é na labuta acadêmica que novas ideias são confrontadas e testadas. É assim em todas as ciências, inclusive na Contabilidade.

ABRACICON - Como chefe da Divisão de Escrituração Digital da Receita Federal, unidade que supervisiona o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), qual a sua avaliação sobre os avanços e o desenvolvimento da contabilidade brasileira? Em que medida o Sped está contribuindo para isso? Os países mais desenvolvidos utilizam sistemas como o Sped?

Clovis Balbute Peres - O Sped tem sido fundamental na valorização da Contabilidade no Brasil. Ele é hoje mais do que um projeto da Receita Federal: é uma instituição da sociedade. Ele não é apenas a tradução das antigas obrigações contábeis e fiscais em meio digital. O SPED é um instrumento de busca de simplificação e uniformização da prestação de informações, por isso mesmo confunde-se em grande medida com o que a própria ciência contábil anseia.

Não é um projeto acabado. É uma ideia que vem sendo aperfeiçoada desde 2007, com a ativa participação da classe contábil, através dos conselhos, da academia, das empresas, das empresas de software Contábil etc. O fato é que por sua natureza harmonizadora e integradora das diversas áreas da empresa, o Sped ajudou a elevar o contador para os níveis mais estratégicos de decisão. Através do Sped ele não mais atua apenas na área Contábil ou de auditoria. Junto com o Sped, fortaleceu-se nas áreas de tributos, na gestão de pessoas e na área de TI, além de participar ativamente de decisões e processos estratégicos.

ABRACICON - Qual a relevância do trabalho realizado pelos

“ O SPED tem sido fundamental na valorização da Contabilidade no Brasil. Ele é hoje mais do que um projeto da Receita Federal: é uma instituição da sociedade. ”

profissionais da contabilidade, no âmbito do setor público, quanto à transparência e ao controle das contas públicas?

Clovis Balbute Peres - Total. A contabilidade como ciência da informação da entidade, seja ela pública ou privada, é essencial para que essa informação seja tornada transparente. Como falar em controle e transparência sem contabilidade? A digitalização e o mapeamento de processos - muitos alavancados pelo Sped - são fundamentais. Mas é importante também ressaltar iniciativas de controle social tais como os observatórios sociais que muito tem contribuído para o avanço do controle e da transparência.

ABRACICON - Qual a sua opinião sobre o nível de conhecimento, principalmente quanto à tecnologia,

dos profissionais da área que estão hoje no mercado de trabalho? Como é possível melhorar?

Clovis Balbute Peres - Infelizmente, ainda precisamos avançar em muito. Se temos profissionais liderando times com alto expertise em grandes empresas, temos um gap de formação muito grande no universitário que inicia na Carreira Contábil. Ele quase não tem acesso aos meios informatizados mais avançados na graduação e muitos estacionam no tempo após o fim do curso.

É uma realidade na qual a academia tem um papel importantíssimo e no qual espero poder ajudar ativamente.

ABRACICON - Você gostaria de destacar mais alguma coisa?

Clovis Balbute Peres - Algo que não se pode deixar de mencionar é o papel que ainda podemos avançar na educação contábil. Precisamos avançar fortemente no fortalecimento da formação dos futuros contadores. Os conhecimentos e praticas avançam muito rapidamente, aumentando o gap de formação dos egressos dos cursos de ciências contábeis. Há que se atuar fortemente pra reduzir esse gap e a Academia tem um papel fundamental aqui, mas todos devem cooperar: Conselhos, fiscos, universidades. Os NAF são um experimento bem sucedido nessa direção. Já avançamos e muito, mas muito ainda se pode avançar.



Contabilidade agropecuária: avaliação pelo método de custo e mercado

Por Anderson Gomes da Silva, Iara Sônia Marchioretto e Luciana Rocha da Silva

No processo econômico do Brasil, revela-se a força da agropecuária por sua importante participação na economia interna e externa. No entanto, o agronegócio ainda enfrenta problemas quanto a sua Administração e a Contabilidade. Assim, o estudo das avaliações, dos Ativos Biológicos, baseadas pelo método de custo e mercado torna-se relevante uma vez que fornece ao gestor a melhor combinação dos recursos disponíveis para atingir melhores resultados. Através da realização dos estudos, o objetivo é verificar uma maneira de auxiliar o gestor, assim como obter ferramentas para realizar melhores e mais confiáveis análises da formação de rebanhos na categoria de gados de corte. Serão apresentados resultados de estudos em uma propriedade rural, na cidade de São Gabriel do Oeste-MS, tendo

como atividade principal à pecuária, com propostas analisar e aplicar os dois métodos de avaliação no rebanho.

Palavras-Chave:

Contabilidade Rural; Ativos Biológicos; Pecuária.

ABSTRACT

In Brazil the economic process, proves to be the strength of agriculture for its important role in the internal and external economy. However, agribusiness still faces problems as its Administration and Accounting. Thus, the study of evaluations of biological assets, at cost-based and market becomes relevant as it provides the manager the best combination of available resources to achieve better results. Through such studies, the objective is to verify a way

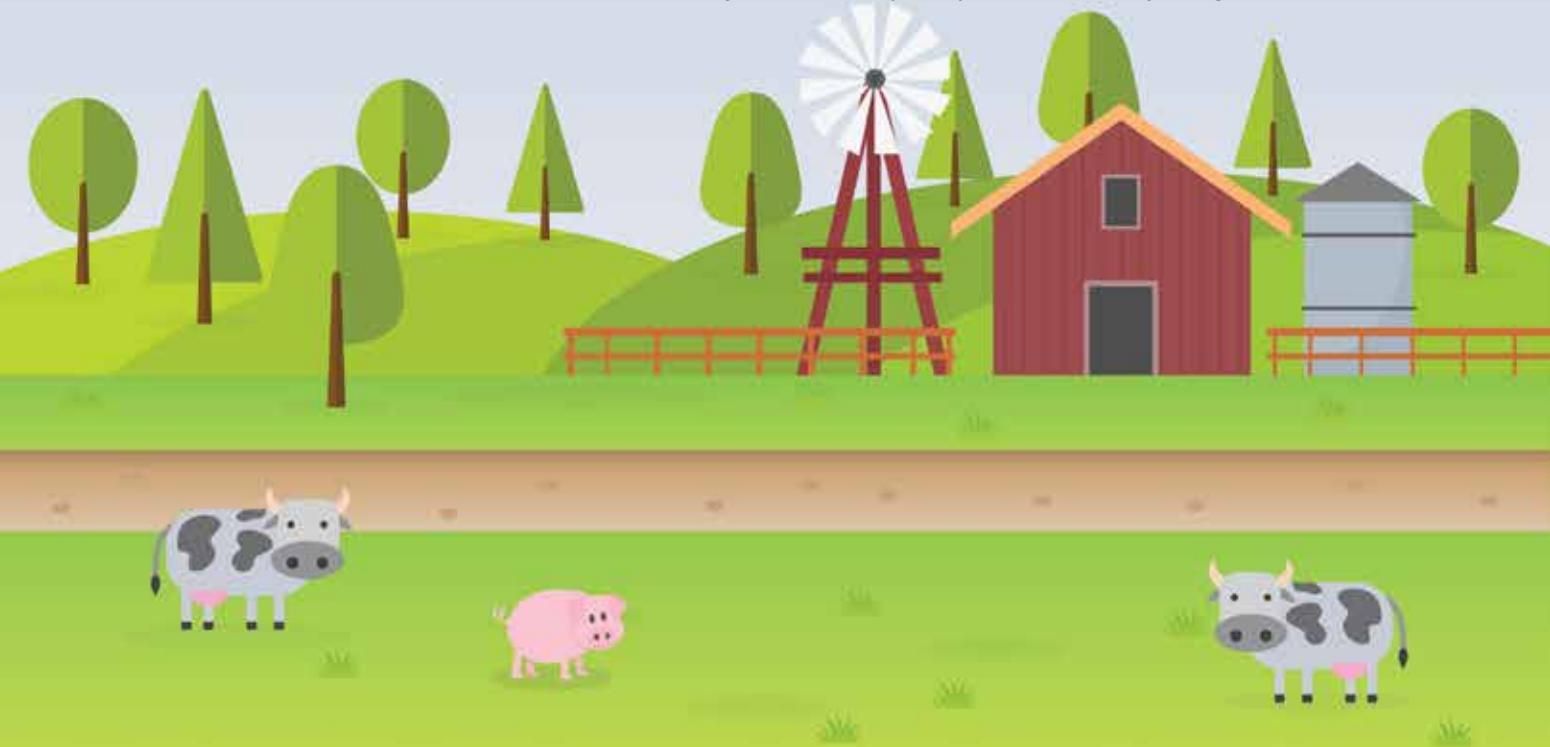
to assist the manager, as well as get tools to make better and more reliable analysis of the formation of herds in the category cutting cattle. Study results will be presented in a farm in the city of São Gabriel do Oeste-MS, whose main activity is livestock, with proposals to analyze and apply both evaluation methods in the herd.

Keywords:

Rural Accounting; Biological Assets; Livestock.

Introdução

O presente artigo será proposto a um embasamento de pesquisa teórico e de estudo de caso de uma propriedade rural, localizada na cidade de São Gabriel do Oeste-MS, com atividades principais de comercialização de gados de corte.



São propostas de fontes teóricas para realização do presente trabalho informações da propriedade em estudo, IAS 41, CPC 29 e livros de contabilidade rural dos autores José Carlos Marion, Fernando Nepomuceno e Silvio Aparecido Crepaldi.

Com o maior rebanho de gado localizado no Centro-Oeste brasileiro, o projeto poderá servir não só como uma ampliação nos conhecimentos na contabilidade pecuária, mas também como uma grande oportunidade de no mercado de trabalho, utilizando-se dessas técnicas para um melhor gerenciamento das propriedades e valores dos rebanhos.

Com base na última pesquisa pecuária efetiva de rebanhos bovinos, ano 2013, do IBGE está o retrato da situação do país, na tabela 1, a quantidade de cabeças de gado, enriquecendo ainda mais a importância do estudo.

Nota-se através do exposto, que atuamos em uma região privilegiada, com os maiores números de cabeças de gado do Brasil. Fracionando os números do Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso concentra 39,92%, Goiás com 30,34%, Mato Grosso do Sul 29,59% seguindo do Distrito Federal que concentra apenas 0,14% do rebanho, o que reforça ainda

mais a ideia de investir mais nesses conhecimentos para quem pretende atuar nessas regiões.

Contabilidade Pecuária

Define-se como pecuária, uma técnica aplicada na criação, tratamento e reprodução de gados ou outros animais domésticos. Podem-se dividir as atividades pecuárias em duas modalidades: pecuária de corte, que é destinada a criação de animais com o objetivo de produção de carne para o consumo e pecuária leiteira, que é destinada à produção de leite e seus derivados.

Nepomuceno (2004, p. 20 e 21) aponta as definições para as modalidades apresentadas: "gado de corte é o conjunto de animais que se encontra pronto para o abate, fase em que o pecuarista o vende para os frigoríficos ou matadouros [...] e gado leiteiro é o plantel de gado destinado à produção de leite".

Fases do rebanho

Na atividade pecuária existem três tipos de classificação para o rebanho: cria, recria e engorda.

Cria: considerado bezerro adquirido ou que nasce na fazenda, classificado no ativo circulante, se for destinado à venda ao sair

do desmame, ou seja, o animal de 0 a 12 meses. Crepaldi (1998, p. 199) define cria como "a atividade principal é a produção do bezerro que é vendido após o desmame (período igual ou inferior a 12 meses)".

Recria: é a denominação que se dá ao animal na transição da desmama ou em animais adquiridos no fim da desmama e podem ser classificados no ativo não circulante se a intenção de negociá-lo for no período da engorda ou no ativo circulante se for negociado no mesmo ciclo. São considerados gados de recria com a idade de 13 a 23 meses. Para Crepaldi (1998, p. 199) recria conceitua-se como "a partir do bezerro desmamado (período de 13 a 23 meses), produzir e vender o novilho magro para engorda".

Engorda: neste ciclo, de 24 a 36 meses, é o período em que o animal está pronto para o abate, é classificado no ativo circulante, pois a qualquer momento poderá ser negociado. Crepaldi (1998, p. 200) conceitua ciclo de engorda em sua obra "é a atividade denominada invernista, que a partir do novilho magro, produz o novilho gordo para vendê-lo (o processo leva de 24 a 36 meses)".

Por tanto, será classificado como estoque o animal que o produtor vender em forma de bezerro, novilho magro ou gordo.



Tabela 1. Situação do Brasil e suas regiões em criação de gado no ano de 2013

RANKING	BRASIL E REGIOES DO PAÍS	QUANTIDADE (CABEÇAS DE GADO)	%
	Brasil	211.764.292	100,00%
1	Centro-Oeste	71.124.329	33,59%
2	Norte	44.705.617	21,11%
3	Sudeste	39.341.429	18,58%
4	Nordeste	28.958.676	13,67%
5	Sul	27.634.241	13,05%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os animais que não serão vendidos e são destinados à procriação, reprodutor denominado para o touro e matriz para a vaca, serão classificados no Ativo Biológico Maduro, no Ativo Não Circulante como também serão depreciados, o reprodutor-touro em 8 (oito) anos e para matriz-vaca em 10 (dez) anos.

Marion (2007, p. 39) define matriz em sua obra da seguinte maneira: "após a primeira parição, a novilha passa a categoria de vaca (fêmea adulta já parida) ou matriz. Assim, a novilha em experimentação, se apresentar bom desempenho passará a categoria de matriz".

A classificação de gados para corte e reprodução

Durante a formação do rebanho, muitos produtores destinam parte dos animais para a reprodução. Por tanto para

incorporar parte dos gados adquiridos ou até mesmo nascidos na propriedade ao plantel de reprodução, devem ser classificados inicialmente como Estoque, no Ativo Circulante, pois devem atender aos requisitos básicos como: fertilização, carcaça, ganho de peso, boa genética, etc., com intuito de facilitar a liquidez. Somente poderá ser transferido para o Imobilizado quando tiver a certeza que os animais atendem as características básicas para procriação.

Reprodutores e matrizes serão incorporados a valores correntes quando transferidos dos estoques e a valores de custos quando adquiridos de terceiros. A partir daí haverá depreciação e, havendo acréscimo relevante no valor econômico acima do histórico corrigido, reavaliação (MARION, 2007, p. 72).

Seria inviável classificar os recém-nascidos no Ativo Não Circulante, pois muitos não atenderiam os requisitos para procriação, só podendo ser identificados na fase adulta, onde teriam que ser reclassificados para o Ativo Circulante para serem vendidos. Além dos problemas o a depreciação e baixa de imobilizado, contraria também a o Parecer Normativo CST nº 3/80, que veta a transferência do Imobilizado para o Ativo Circulante e

também o Parecer Normativo 57/76 onde diz que deve ser avaliado no Imobilizado o Gado Reprodutor, a Matriz e quanto ao plantel reservado à inseminação artificial, desobrigado a contabilizar os bezerros no Imobilizado.

Ativos Biológicos Maduros e Imaturos

Conforme observado no parágrafo 43, a IAS 41 incentiva as empresas a apresentar uma descrição quantificada de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre ativos biológicos consumíveis e de produção, ou ainda, entre ativos biológicos maduros ou adultos e imaturos ou juvenis.

No Parágrafo 43 da NBC TSP 27, evidencia que "Ativos biológicos maduros são aqueles que alcançaram a condição para serem colhidos (ativos biológicos consumíveis) ou estão aptos para suprir colheitas regulares (ativos biológicos de reprodução/e ou produção)".

Na pecuária, Ativos Biológicos Maduros são os animais que atingiram seu peso ideal para ser negociado, enquanto os Ativos Biológicos Imaturos são os animais



que ainda não atingiram o peso ideal para o abate, ou seja, aqueles que ainda estão na fase de engorda.

De acordo com o NBC TSP 27, no seu Parágrafo 16, menciona que "O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência [...]".

Distribuição do rebanho nos Ativos Biológicos Maduros e Imaturos

Se tratando do plano de contas, podemos separar no Ativo Circulante, os Ativos Biológicos Maduros para a fase de engorda (24 a 36 meses) que já estão prontos para ser vendidos e os Ativos Biológicos Imaturos para as fases de cria (0 a 12 meses), recria (13 a 23 meses) e engorda (24 a 36 meses) que ainda estão em desenvolvimento, não impedindo que esses animais sejam negociados como imaturos, e quando atingirem o peso e idade ideal, devem transferidos para o Maduro para serem negociados.

Agora, por qual motivo classificar no Ativo Circulante uma criação que poderá ser negociada em três anos, sendo que para classificar como Circulante normalmente é um ano? Pois depende muito da política da propriedade, considerando que se negocia também durante a fase de cria e recria, são classificados no Ativo Circulante, por outro lado, se a política da propriedade for de negociar somente na fase ideal da engorda, nada impede de classificar no Ativo Não circulante as fases de cria e recria, e, quando os animais atingirem a fase da engorda, serem transferidos para o Ativo Circulante nos Biológicos Maduros.

No Ativo Não Circulante, também estão classificados Ativos Biológicos Maduros, são os reprodutores e matrizes, comparando-os com o Imobilizado da indústria seriam as máquinas que geram produtos e na pecuária as máquinas geradoras de bezerros.

Valor de Custo X Valor de Mercado com Relação ao Estudo de Caso

No Brasil, existem dois tipos de avaliação de estoque vivo para a Contabilidade Pecuária: valores de custos e valores de mercados. Com o objetivo de interpretar e analisar os seus efeitos nos ramos gerenciais como também nos lançamentos contábeis, serão demonstrados o dois tipos de avaliação para os Ativos Biológicos.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 29, no seu paragrafo 30, cita uma hipótese para avaliação dos Ativos Biológicos.

30. Há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável. Contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser determinado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para vendê-los não são, claramente, confiáveis [...].

Então, de acordo com o CPC 29, o ativo biológico deve ser registrado pelo valor de mercado quando obtiver facilidade no valor atualizado do ativo em questão e quando considerado difícil o acesso, pelo valor de custo. Se tratando da pecuária no Brasil, esse valor de mercado dos animais é encontrado facilmente, recomendando

então a contabilização pelo seu valor de mercado.

A diferença clássica entre os métodos de custo e mercado estão na contabilização dos estoques e receitas.

Nos estoques, quando controlado pelo método de custo considera-se por todo seu custo de produção ou criação, como: sal, vacina, medicamentos, etc., enquanto no método de mercado o estoque é mensurado em quanto vale o animal no mercado deduzidos de suas despesas para vendê-lo.

No método de custo, só se reconhece receita no DRE quando ocorre a venda do animal, na contabilização pelo valor justo, periodicamente deve se ajustar o valor de rebanho, seja pelo crescimento do animal ou pela mudança do seu valor no mercado, reconhecendo na demonstração como variação do valor de mercado (ou valor justo).

Base de dados da propriedade em estudo de caso

Considerando as informações retiradas de controles e relatórios gerenciais, no período de janeiro a agosto de 2015, da propriedade em estudo de caso, Fazenda Sucuri, localizada na Cidade de São Gabriel do Oeste-MS, que conta com aproximadamente 7000 ha de área e tem como sua atividade principal a produção de gados de corte, a qual trabalha com as categorias de cria, recria e engorda e tem como base de reprodução a montada e tem sua produção de forma semi-intensiva, o qual o gado é engordado no pasto e durante o período da seca é confinado a base de ração e periodicamente a suplementação.



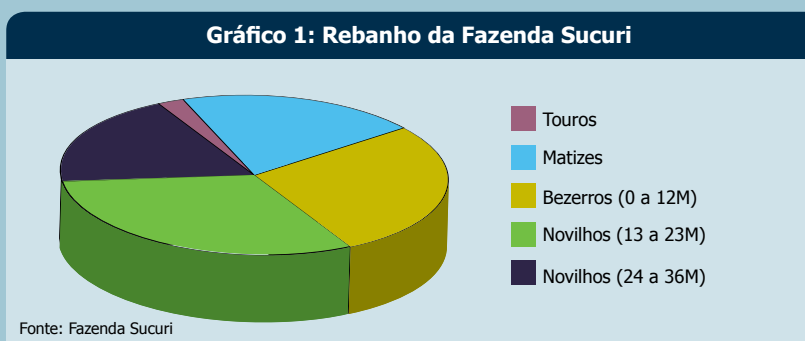
A propriedade soma uma quantia de aproximadamente 6500 cabeças de gado da raça Nelore, em um período apurado de janeiro de 2015 a agosto do mesmo ano, sendo 150 touros reprodutores, cerca de 2000 matrizes, 1260 bezerros de 0 a 12 meses, 1800 novilhos de 13 a 23 meses e cerca de 1280 de 24 a 36 meses, demonstrado no Gráfico 1.

A fazenda em estudo conta com a colaboração de oito funcionários para o desenvolvimento de suas atividades e seus custos para a entidade já estão considerados seus encargos trabalhistas, entre eles um gerente com salários de R\$ 3.500,00, uma auxiliar de serviços gerais com salários de R\$ 1.960,00, um tratorista com salários de R\$ 2.940,00, um campeiro com salários de R\$ 1.960,00, um cerqueiro com salários de R\$ 2.380,00 e um capataz responsável com o manejo dos gados com salários de R\$ 2.520,00 e mais dois auxiliares com salários de R\$ 1.960,00 mensais cada.

Os custos com medicamentos, vacinas e consultas veterinárias giram em torno de R\$ 2.077,00 mensais e os custos com rações e suplementos somam uma quantia de aproximadamente 8.500,00 mensais e os custos com as pastagens soma R\$ 2.062,00 mensais.

A taxa de prenhas das matrizes por monta natural é de 92%, a mortalidade do rebanho estudado, considerada normal, tem uma taxa média anual de 1,5% para os natimortos, de 2% para os bezerros do seu nascimento até o desmame, incluindo predadores da região, e de 1,5% para o restante do rebanho sendo: recria, engorda, touros e matrizes.

Através das fontes bibliográficas e das informações concedidas da propriedade rural em estudo de caso, será aplicada



a contabilização do rebanho através do método de custo e pelo valor de mercado para uma posterior análise dos resultados obtidos.

Contabilização do estudo de caso pelo valor de custo

Segundo, Pereira e Oliveira (citado por RAUPP, 2014) “destacam entre as principais aplicações e contribuições da contabilidade de custos na pecuária de corte: saber o custo real de cada cabeça de gado; compor o valor de estoque de animais vivos; apurar a rentabilidade após a venda; determinar o lucro do período; determinar o momento ótimo para venda [...]”.

Para fazer a avaliação pelo valor de custo, deve ser levado em conta todo custo realizado para a manutenção do rebanho,

ou seja, o que está ligado diretamente ao rebanho em formação e assim que reconhecido e contabilizado serão então distribuídos unitariamente aos animais do seu Ativo Biológico, conforme é demonstrado seu ciclo na figura 1.

Vale ressaltar que as mortes naturais no plantel, na contabilização pelo método de custo, não reduz o valor dos Ativos Biológicos em estoque, o estoque continua com o mesmo valor de custo apropriado, o que se deve abater em caso de percas por mortes é apenas nos controles de quantidade de animais, fazendo com que o restante do rebanho absorva os valores dos custos dos animais mortos, aumentando dessa forma o seu valor unitário.

A contabilização do rebanho pelo método de custo, do período de janeiro de 2015



a agosto de 2015, apresenta-se da seguinte maneira (tabela 2).

Com a apuração dos seguintes dados chegamos a um valor unitário, em relação ao período de janeiro a agosto de 2015, do rebanho em formação da propriedade em estudo, conforme o cálculo 1 ao lado demonstrado.

Utilizando razonetes, através do sistema de Débito e Crédito, a contabilização é realizada da seguinte forma:

Após os lançamentos das contas auxiliares, os seus saldos devem ser

Tabela 2. Custos apurados no período de janeiro a agosto de 2015.

Custos	Valor (R\$)
Salários (exceto gerente e auxiliar de serviços gerais)	109.760,00
Medicamentos e consultas veterinárias	16.616,00
Ração e suplementos	68.000,00
Pastagens	16.496,00
Depreciação touros	37.500,00
Depreciação Matrizes	266.666,00
Custo do rebanho em formação	515.038,00

Fonte: Fazenda Sucuri

Contas Auxiliares

$$\text{"Custo unitário por animal"} = \frac{\text{"Custo do período"}}{\text{"nº de cabeças de gado"}} = \frac{\text{"515.038,00"}}{\text{"4.340"}} = \text{"R\$ 118,67 por cabeça"}$$

Contas Auxiliares											
Salários				Medicamentos/Veterinário				Ração/Suplementos			
(1)	109760,00	109760,00	(7)	(2)	16616,00	16616,00	(8)	(3)	68000,00	68000,00	(9)
	0,00				0,00				0,00		
Pastagens				Depreciação/Touros				Depreciação/Matrizes			
(4)	16496,00	16496,00	(10)	(5)	37500,00	37500,00	(11)	(6)	#####	266666,00	(12)
	0,00				0,00				0,00		

Contas Auxiliares											
Equivalentes de caixa				Depreciação acumul. de Touros				Depreciação acumul. de Matrizes			
	500000,00	109760,00	(1)			37500,00	(5)			266666,00	(6)
		16616,00									
		68000,00									
		16496,00									
	500000,00	210872,00									
	289128,00										



Contas Auxiliares											
	Custo do rebanho em produção				Bezerros (0 a 12 meses)				Depreciação acumul. de Matrizes		
(7)	109760,00	149527,16	(13)	(13)	149527,16			(14)	213610,23		
(8)	16616,00	213610,23	(14)								
(9)	68000,00	151900,61	(15)								
(10)	16496,00										
(11)	37500,00				Novilhos (24 a 36 meses)						
(12)	266666,00			(15)	151900,61						
	515038,00	515038,00									
	0,00										

transferidos para custos do rebanho em produção e a partir desta, para seu estoque de Ativos Biológicos (tabela acima):

Considerando a avaliação pelo método de custos, após os lançamentos, de acordo com os dados coletados no período de oito meses, a propriedade já soma no seu Ativos Biológicos na categoria de bezerros de (0 a 12 meses) a quantia de R\$ 149.527,16 para uma quantidade de 1.260 animais, na categoria de novilhos (13 a 23 meses) uma quantia de 213.610,23 para 1.800 animais e na categoria de novilhos (24 a 36 meses) uma quantia de 151.900,61 para uma quantidade de 1.280 animais. Vale lembrar que nas categorias de recria e engorda os custos unitários do período são somados ao seu respectivo saldo inicial, o qual não foi informado pela administração da propriedade.

Finalizando a análise pelo método de custo, no caso de reclassificação de categorias no estoque de Ativos Biológicos, a contabilização de transferência do animal seria pelo seu valor de custo unitário.

Considerando as informações do rebanho em produção, o Ativo Biológico no Balanço Patrimonial ficaria representado da seguinte forma (tabela abaixo):

11.3. Avaliação do estudo de caso pelo valor de mercado

De acordo com CPC 29, valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma

transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Considerando que um bezerro nasce pesando entre 23 a 40 Kg e na Fazenda Sucuri nasceram 1.260 animais com uma média de 30 Kg cada, já que a cotação de 20 de novembro de 2015 está estipulada ao valor de R\$ 923,61 para bezerros de 12 meses com 170 Kg, onde calculando por essa proporção chega-se ao valor de mercado no nascimento dos animais de

BALANÇO PATRIMONIAL 2015	
1 - ATIVO	5.304.166,00
1.1 - CIRCULANTE	804.166,00
1.1.1 - Caixa e Eq. De caixa	289.128,00
1.2 - Ativos Biológicos	-
1.2.1 - Maduros	-
1.2.1.1 - Novilhos (24 a 36 meses)	-
1.2.2 - Imaturos	515.038,00
1.2.2.1 - Bezerros (0 a 12 meses)	149.527,16
1.2.2.2 - Novilhos (13 a 23 meses)	213.610,23
1.2.2.3 - Novilhos (24 a 36 meses)	151.900,61
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.500.000,00
1.2.1 - Ativos Biológicos – Maduros	4.500.000,00
1.2.1.1 - Matriz	4.000.000,00
1.2.1.2 - Touro	450.000,00



R\$ 162,99 cada, ou seja, um rebanho de bezerros de 0 a 12 meses no valor de R\$ 195.099,03, onde está deduzida uma estimativa de despesas com vendas de 5% do valor do rebanho.

Se considerássemos que os bezerros, oito meses depois, com um peso em média de 140 Kg cada, obteríamos um novo valor para cada animal, R\$ 760,62, onde seu novo saldo de rebanho de bezerros, já deduzidas às despesas com vendas, seria de R\$ 910.462,14.

Para contabilizar, deve-se ajustar o novo saldo do rebanho, lançar a variação do saldo do rebanho de bezerros como receita no DRE como ajuste no valor de mercado no valor de R\$ de R\$ 715.363,11, deduzindo pelos custos de produção de R\$ 40.939,71, onde não considera a depreciação dos touros e matrizes porque também são avaliados ao valor de mercado, no qual chegaríamos a um lucro de R\$ 674.423,40 sendo posteriormente

transportado para Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

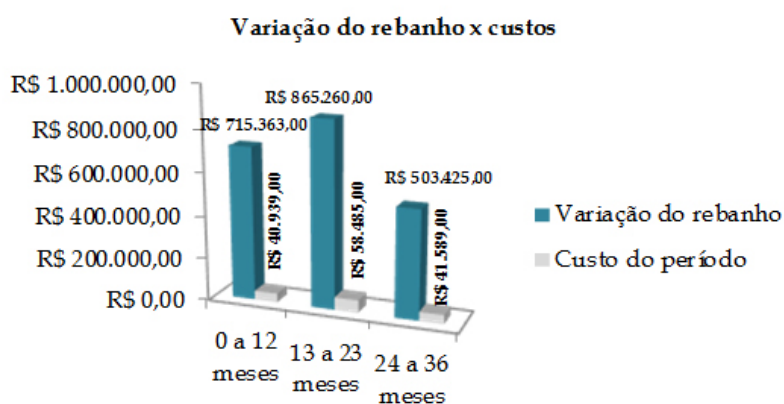
Para os novilhos de 13 a 23 meses, estimando um peso de 170 Kg por animal para o saldo inicial, considerando 1.800 animais, com despesas de venda estimada a 5%, considerando o preço da arroba por R\$ 138,00, temos um saldo de R\$ 2.674.440,00.

Se após oito meses os animais estiverem com um peso de 225 Kg, utilizando a mesma cotação e despesas de vendas, teríamos um novo saldo de novilhos de 13 a 23 meses a R\$ 3.539.700,00, onde lançaria a variação do saldo do rebanho dos novilhos como receita no DRE como ajuste no valor de mercado a quantia de R\$ 865.260,00, onde deduzindo o seu custo de produção no período de R\$ 58.485,30, teríamos um lucro de R\$ 806.774,70, no qual é somado ao seu lucro acumulado no Patrimônio Líquido.

Na categoria de novilhos para engorda de 24 a 36 meses, suponhamos que o rebanho no ato da sua mudança de categoria no Ativo Biológico estivesse com um peso médio de 255 Kg, considerando um plantel de 1.280 animais, a uma cotação de R\$ 138,00 a arroba, teria o seu saldo inicial registrado, já descontando as despesas com vendas, no valor de R\$ 2.852.736,00.

Após atingirem o seu peso ideal para o abate, os animais são reavaliados e transferidos do Ativo Biológico Imaturo para Maduro, considerando que essa média de peso seja 300 Kg, mantendo a mesma cotação e taxa de despesas sobre vendas, chegaríamos ao valor de R\$ 3.356.160,00, obtendo uma variação de R\$ 503.425,00, no qual é lançado no DRE como receita de ajuste de valor de mercado, quando deduzido do custo de produção do período, R\$ 41.589,00, chegamos a um lucro de R\$ 461.836,00, o qual é somado ao seu lucro acumulado do Patrimônio Líquido.

Gráfico 2. Relação da variação do rebanho com seus custos no período



Fonte: Janeiro a Agosto de 2051

De acordo com o gráfico 2, será ilustrado uma comparação da variação de ajuste do valor de mercado do rebanho em formação com relação aos seus custos de produção no período.

Na categoria de bezerros de 0 a 12 meses, os custos de produção corresponderam a 5,72% do seu valor de ajuste do valor de mercado, para os novilhos de 13 a 23 meses os custos corresponderam a 6,75% do seu ajuste e para os novilhos de 24 a 36 meses 8,26% do seu ajuste do valor de mercado, onde foi reconhecida

uma receita pelo crescimento do rebanho no total de R\$ 1.943.034,10.

A tabela 3, traz um retrato dos valores inseridos aos rebanhos, da Fazenda Sucuri, nos respectivos períodos com suas variações.

Com os testes aplicados nas categorias do plantel, chegamos a um saldo final do rebanho em formação de R\$ 7.806.322,14, uma variação positiva no valor de mercado total de R\$ 2.084.048,11 com um custo total no período de formação



de R\$ 141.013,01, variações apuradas no período de janeiro a agosto de 2015.

12. Considerações Finais

Com a realização do respectivo artigo, fica claro que gestores de propriedades rurais devem manter rigorosamente atualizados os seus controles de custos, quantidade de animais por categorias, taxas de nascimento e mortalidade entre outros mapeamentos que possam ser fundamentais para a realização da contabilização dos rebanhos em formação, o que pode servir como ferramentas para as tomadas de decisões.

Se tratando da pecuária brasileira, os valores de mercado dos animais são constantemente atualizados e encontrados com certa facilidade, pois o CPC 29 recomenda que todo Ativo Biológico deve ser registrado pelo seu valor de mercado quando os valores forem encontrados facilmente, mas não impede um controle em conjunto com o método de custo, onde proporciona uma visão mais detalhada da locação dos

custos utilizados na formação do rebanho, como foi demonstrado no estudo de caso proposto.

Através do estudo de caso ficaram claramente expostas as principais características de cada método de avaliação do rebanho, no método de custo preza para o controle e locação dos seus custos em cada categoria, onde também o rebanho destinado a reprodução é depreciado e considerado como custo e para mortes naturais dos animais, não tem seu custo baixado do ativo e sim os demais absorvem os custos aumentando seu valor de custo unitário. O método de valor de mercado tem como a principal característica demonstrar o valor atual do rebanho considerando o seu crescimento ou alteração de preço base da arroba, destacando também que o plantel de reprodutores não é depreciado por também ser avaliado e ajustado pelo valor mercado e se tratando de mortes é considerado como perda.

Na avaliação do estudo de caso pelo método de valor de mercado, fica claro

Tabela 3: Variações do rebanho

Categorias	Janeiro 2015	Agosto 2015	Varição no rebanho	Custos da produção no período	Resultado
Bezerros (0 a 12)	195.099,03	910.462,14	715.363,11	(40.939,71)	674.423,40
Novilhos (13 a 23)	2.674.440,00	3.539.700,00	865.260,00	(58.485,30)	806.774,70
Novilhos (24 a 36)	2.852.736,00	3.356.160,00	503.425,00	(41.589,00)	461.836,00
TOTAL (R\$)	5.722.275,03	7.806.322,14	2.084.048,11	(141.014,01)	1.943.034,10



“ Se tratando da pecuária brasileira, os valores de mercado dos animais são constantemente atualizados e encontrados com certa facilidade ”

que seria recomendável produzir e comercializar o rebanho em até 23 meses, de acordo com o gráfico 1, em que ficam evidenciados os maiores ganhos com ajustes de valor para as categorias de cria e recria e ainda com menores proporções de custos para formação do rebanho e melhores margens de lucros.

Que este artigo agregue e enriqueça ainda mais os conhecimentos de contabilidade pecuária e que desperte uma atenção especial para atuação na área, já que a região Centro-Oeste é privilegiada com o maior rebanho brasileiro e que pode, por isso, proporcionar grandes oportunidades de emprego.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade da Pecuária. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Rural. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade da Pecuária. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEPOMUCENO, Fernando. Contabilidade Rural e seus Custos de Produção. São Paulo: Thomson, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury. Gerenciamento de Custos na Pecuária de Corte: um comparativo entre a engorda de bovinos em pastagens de confinamento. Florianópolis: n. 20 nov. 2014. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_mXu8ojdWhsJ:www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v10/Artigo%252013%2520pecuaria.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 15 nov. 2015.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>> Acesso em: 08 set. 2015.

IFRS Brasil, IAS 41 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em <<http://ifrsbrasil.com/ativos/outros/ias-41-ativo-biologico-e-produto-agricola-o-que-nos-ensina-esta-norma>> Acesso em: 15 set. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção da Pecuária

Municipal – 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2013/default.shtm>> Acesso em: 20 jun. 2015.

Rural Centro, Cotações Agropecuárias. Disponível em <<http://ruralcentro.uol.com.br/cotacoes>> Acesso em: 20 nov. 2015.

Conselho Federal de Contabilidade, NBC TSP 27 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBC_TSP_-27_audiencia.pdf> Acesso em: 20 nov. 2015.



José Augusto de Carvalho

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis apresenta, nessa seção, o currículo dos acadêmicos que fazem parte da história da ABRACICON. Conheça o currículo do acadêmico José Augusto de Carvalho.



1 Informações

1.1 NOME

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO

1.2 NACIONALIDADE

Brasileiro

1.3 NASCIMENTO

31-10-1936

1.4 ESTADO CIVIL

Casado

1.5 – REGISTROS PROFISSIONAIS

CONTADOR – CRC – RJ – 7744/O-7

ADVOGADO – OAB – RJ – 2255

ADMINISTRADOR – CRA – RJ – 9372

1.6 - TRABALHO

Avenida Érico Veríssimo, 855 – Sala 205
Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ – CEP - 22.621-180
E-mail – jose.augusto.c@terra.com.br

2 Atividades Profissionais Atuais

2.1 ATIVIDADE ATUAL E PERMANENTE DESDE 23/ABR/1956

AUDICONE - Auditoria, Contabilidade e Consultoria Especializada Ltda, sucessora de ACASES S/C LTDA, Auditoria, Contabilidade e Assessoria Especializada.
Responsável Técnico e Sócio Administrador

2.2 OUTRA ATIVIDADE ATUAL – DESDE O ANO DE 2002

SENAC – NACIONAL – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Membro Efetivo do Conselho Nacional, representando a FENACON.

2.3 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS ANTERIORES

1977/1987

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

- Universidade Santa Úrsula
 - Faculdades Integradas Simonsen
 - Universidade Cândido Mendes
 - Centro de Ensino Superior Gay-Lussac
- Professor Titular - Direito, Contabilidade, Técnicas de Orçamento e Análise e Estrutura de Balanços.

1981/1987

JUIZ TEMPORÁRIO
TRT – Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região – RJ

1976/1977

COORDENADOR DO PIPMO
– PROGRAMA INTENSIVO DE
PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Ministério do Trabalho e do Emprego

1974/1976

PERITO EM PLANIFICAÇÃO DA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O
SETOR COMÉRCIO E SERVIÇOS EM
QUITO – EQUADOR

OIT – Organização Internacional do
Trabalho e PNUD – Programa das Nações
Unidas para o Desenvolvimento

1962/1973

DIRETOR REGIONAL
SENAC/RJ- Serviço Nacional de
Aprendizagem Comercial

1962/1973

SUPERINTENDENTE GERAL
Federação do Comércio de Bens e
Serviços do ERJ

1960/1962

ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA
SESC/RJ e Federação de Turismo e
Hospitalidade do ERJ

1959/1973

SUPERVISOR DA CONTABILIDADE E
SUPERINTENDENTE GERAL
Federação das Indústrias do Estado do
Rio de Janeiro

1956/1962

ENCARREGADO GERAL DA
CONTABILIDADE

Federação do Comércio de Bens e
Serviços do ERJ

**2.4 – ATIVIDADES DE
REPRESENTAÇÃO DA CLASSE
CONTÁBIL**

1996/ 2003

PRESIDENTE DO SESCON/RJ – Sindicato
das Empresas de Serviços Contábeis do
ERJ

1992/1995

PRESIDENTE E CONSELHEIRO EFETIVO
CRC – RJ – Conselho Regional de
Contabilidade - RJ

1987/1990

PRESIDENTE
CNPL – Confederação Nacional das
Profissões Liberais

1983/1987

PRESIDENTE FEDECONT/RJ-ES-BA –
Federação dos Contabilistas nos Estados
do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia

1980/1983

PRESIDENTE
SINDICONT – Sindicato dos Contabilistas
de Niterói – RJ

1982/1985

MEMBRO SUPLENTE DO CFC
Conselho Federal de Contabilidade

1995/2013

MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO
REGIONAL

SESC – RJ – Serviço Social do Comércio
do ERJ, representando as Federações
Nacionais do Setor de Comércio e
Serviços.

1994/1995

MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO
FISCAL

ADESG – NACIONAL – Associação dos
Diplomados na Escola Superior de
Guerra

3 Estudos**3.1 SECUNDÁRIOS****1953/1955**

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Escola Técnica do Comércio Plínio Leite –
Niterói – RJ

3.2- SUPERIORES**1955/1959**

ADVOGADO
UFF – Universidade Federal Fluminense
– Niterói – RJ

1970/1973

ADMINISTRADOR

UFF – Universidade Federal Fluminense
– Niterói – RJ

1973/1974

PROFESSOR
FANIP – Faculdade Niteroiense de
Formação de Professores Niterói – RJ

1976/1979

CONTADOR
Faculdade de Economia e Finanças – Rio
de Janeiro – RJ

**3.3 PÓS - GRADUAÇÃO E
ESPECIALIZAÇÃO
MAR/DEZ-1992**

CAEPE - CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE
POLÍTICA E ESTRATÉGIA ESG - Escola
Superior de Guerra – Rio de Janeiro

MAR/DEZ-1981

DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR
Universidade Federal Rural – Rio de
Janeiro

MAI/OUT-1966

GESTÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL
OIT Organização Internacional do
Trabalho
Turim - Itália

**4 Principais Medalhas e
Condecorações****4.1 1993**

ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO
TRABALHO
Tribunal Superior do Trabalho – Grau –
Comendador

4.2 1992

MEDALHA TIRADENTES
Assembléia Legislativa do Estado do Rio
de Janeiro

4.3 1990

MEDALHA PEDRO ERNESTO
Câmara Municipal do Rio de Janeiro

4.4 1988

ORDEM DO MÉRITO DE ARARIBOIA
Prefeitura Municipal de Niterói – Grau –
Comendador

4.5 - 1986

ADEMIAS BRASILEIRA DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS - ABRACICON
Membro Acadêmico e Perpétuo – Cadeira 34



PERFIL

Eliseu Martins

Por Michelle Telino

Nasceu na cidade de Albertina, em Minas Gerais, mas cresceu no estado de São Paulo, em Espírito Santo do Pinhal. Eliseu Martins frequentou o Grupo Escolar Dr. Abelardo Vergueiro César, o Ginásio no Instituto de Educação Cardeal Leme, em Espírito Santo do Pinhal (SP) também, e Científico no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Estudou na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, em 1964 para fazer Economia. “Na verdade não sabia o que era isso, nem mesmo Contabilidade; mas entrávamos para a Faculdade, e não para o Curso. Só ao passar para o segundo ano dessa Faculdade é que se escolhia o curso. E tínhamos disciplinas, no primeiro ano, das várias áreas para conhecer. Aí foi que conheci Contabilidade, gostei, e optei por Ciências Contábeis e não por Ciências Econômicas (nomes oficiais da época)”, contou Eliseu que concluiu sua graduação em 1967.

Três professores foram destacados por Martins: “Prof. Alkindar de Toledo Ramos foi fundamental para a

Contabilidade do Brasil. Foi ele quem introduziu o ensino da Contabilidade saxônica no currículo da FEA/USP. Foi ele, após a aposentadoria de quem chefiava essa área, e com o apoio do prof. José da Costa Boucinhas quem iniciou a revolução no ensino dessa área, criando o início do que foi depois o livro Contabilidade Introdutória. E quero destacar e, obviamente, atribuir o grande mérito ao Prof. Sérgio de Iudícibus, meu Orientador, que foi a pessoa que, a seguir, implantou definitivamente essa nova filosofia contábil entre nós”.

“ Martins participou da primeira turma onde se lecionou a “Nova Contabilidade” no Brasil, FEA/USP, 1964 ”

Martins participou da primeira turma onde se lecionou a “Nova Contabilidade” no Brasil, FEA/USP, 1964; foi coautor de Contabilidade Introdutória e Contabilidade de Custos; foi membro instituidor da Fipecafi-Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (1974), conveniada à USP; foi coautor do “Manual de Contabilidade da Fipecafi”.

Também foi diretor da CVM em 1985/1988; foi representante do Brasil na ONU para assuntos contábeis na década de 90, conseguindo a abdicação do papel daquela organização no processo de internacionalização das normas contábeis, em prol do papel do então IASC, hoje IASB. Participou ativamente no processo de criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e na implantação das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil.

Eliseu destacou seu pai, Francisco Martin, como incentivo em sua carreira. “Meu pai foi nascido e criado “na roça”, que sacrificou sua vida para que seus filhos pudessem sair debaixo da saia do pé de café, ir para a cidade e chegar onde chegamos”.



ENCONTRO NACIONAL DAS ACADEMIAS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EXPANDIR O
SABER É O
NOSSO
DEVER!



Inscreva-se para o 20º CBC e participe do I Encontro Nacional deste momento especial promovido pela ABRACICON.

Além de uma palestra imperdível, o encontro trará aos participantes uma grande oportunidade para quem valoriza a produção científica e literária: a ExpoAbracicon, com lançamento coletivo de diversos livros e artigos.

Contamos com a sua presença!



PALESTRA
Gabriel Chalita

Data: 14 de setembro de 2016

Horário: 10h às 12h

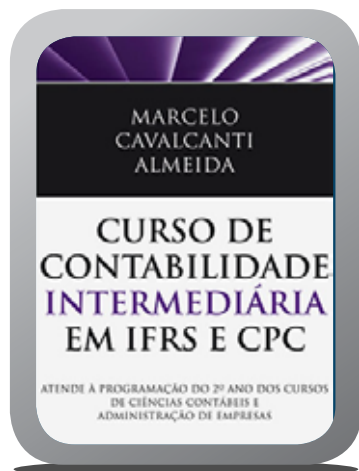
**Local: Centro de Eventos do Ceará
(Auditório do Pavilhão Oeste,
1º Mezanino, Salas 07 e 08)**





Gardênia Maria Braga de Carvalho é acadêmica da Academia Brasileira de Ciências Contábeis – ABRACICON. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora da UFPI. Auditora Fiscal da Fazenda Estadual do Piauí. Representante do Piauí na Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE. Conselheira do CFC, atuando na Câmara Técnica. Coordenadora do Comitê Editorial da Revista Abracicon Saber. Autora do Livro Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática. Coautora do Livro Caderno de Procedimentos Aplicáveis a Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor (Fundações).

CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA EM IFRS E CPC

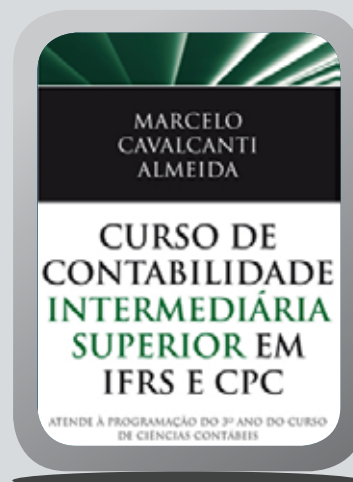


Editora – Atlas
Ano – 2013
Autor: Marcelo Cavalcanti Almeida

Essa obra foi escrita de acordo com as normas contábeis emanadas das IFRS/CPC/NBC, em linha com as modificações introduzidas na Lei societária Brasileira (Lei nº 6.404/76), pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, no processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade produzidas pelo IASB. A metodologia do livro contempla exposição teórica, exemplos práticos, casos programados para estudo e suas resoluções. Esse volume integra um conjunto de quatro livros de contabilidade em IFRS/CPC/NBC, abordando os temas das normas internacionais de contabilidade. Esse segundo livro contempla os seguintes temas:

- Estoques.
- Ativo biológico e produto agrícola.
- Propriedade para investimento.
- Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto.
- Negócios em conjunto.
- Ativo imobilizado.
- Ativo intangível.
- Operações de arrendamento mercantil.
- Redução ao valor recuperável de ativos.
- Mensuração do valor justo.
- Demonstração dos fluxos de caixa.
- Demonstração do valor adicionado.

CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC



Editora – Atlas
Ano – 2014
Autor: Marcelo Cavalcanti Almeida

Essa obra foi escrita de acordo com as normas contábeis emanadas das IFRS/CPC/NBC, em linha com as modificações introduzidas na Lei societária Brasileira (Lei nº 6.404/76), pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, no processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade produzidas pelo IASB. A metodologia do livro contempla exposição teórica, exemplos práticos, casos programados para estudo e suas resoluções. Esse volume integra um conjunto de quatro livros de contabilidade em IFRS/CPC/NBC, abordando os temas das normas internacionais de contabilidade. Esse quarto livro contempla os seguintes temas:

- Combinação de negócios.
- Demonstrações consolidadas.
- Incorporação, fusão e cisão.
- Demonstrações combinadas.
- Informações financeiras pro forma.
- Notas explicativas.



**Contabilidade:
Transparência para o
Controle Social**



Participe do maior evento da classe contábil brasileira.

Uma rica programação está sendo cuidadosamente preparada para este que promete ser o maior Congresso já realizado para os profissionais brasileiros. Garanta agora sua vaga, faça sua inscrição!

Informações: cbc.cfc.org.br

Realização:  **CFC**  **CRCCE**
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CEARÁ

Apoio:  **ABRACICON** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE Organização:  **FBG** FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE



Curso: Atualização em IFRS e a Lei nº. 12.973/2014: com exemplos práticos



Palestrante:
**Laudelino
Jochem**

CRCPI	11/Ago	CRCAP	29/Set
CRCPR	18/Out	CRCSP	17/Nov
	CRCPB	01/Dez	



ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhemos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A ABRACICON oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site www.abracicon.org.br.

